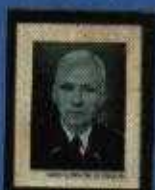




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

70º aniversário de
A DEFESA NACIONAL



Euclides Figueiredo — Dados para um Perfil Militar
Francisco Ruas Santos

Paula Cidade — Soldado e Escritor
Claudio Moreira Bento

Nº 709
SET/OUT-83

Cat.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

Pág.

PARTE ESPECIAL

EDITORIAL	5
GENERAL EUCLYDES FIGUEIREDO, INDICAÇÕES PARA SUA BIOGRAFIA MILITAR — <i>Cel Francisco Ruas Santos</i>	7
PAULA CIDADE, UM SOLDADO A SERVIÇO DO PROGRESSO DO EXÉRCITO — <i>Cel Claudio Moreira Bento</i>	13

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

ARMAMENTOS NA AMÉRICA DO SUL — <i>Ten Brig Nelson Freire Lavenère-Wanderley</i>	37
ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA GUERRA — <i>Cel Ney da Silva Oliveira</i>	51
O CONFLITO DAS FALKLANDS E SEUS REFLEXOS — <i>Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	95
OCEANOPOLÍTICA — <i>Professora Therezinha de Castro</i>	107

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, MORAL E CIVISMO

A EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA E O CONCURSO DE AMISSÃO À ECEME — 2ª Parte — <i>Cel Octavio Tosta</i>	75
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A REALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR — <i>Cel Roberto Miscoz Filho</i>	143
CONCURSO DE AMISSÃO À ECEME	151

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

LIDERANÇA NOS BAIXOS ESCALÕES — <i>Cel Frederico Faria Sodré de Castro</i> ..	129
---	-----

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA E SUBSÍDIOS — <i>Professor Benjamin A. de Medeiros</i>	69
BNH EM RESUMO — <i>Informe Especial</i>	159

INFORMAÇÕES	165
LIVROS	169
REGISTROS	171

A DEFESA NACIONAL — Nº 709
Rio de Janeiro — Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Principes Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA NETO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (traductores), Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino de Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcanti, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Azilá Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N. 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

NOSSOS ANUNCIANTES

Helibrás	2ª	Capa
Haspa	3ª	Capa
Poupex	4ª	Capa
CAEEB		4
Tristão		36
Esso		50
Caixa Econômica Federal		68

ABECIP	72/73
Mendes Junior	74
Alpargatas	104/105
CPRM	106
Royal & Fleischmann	127
Souza Cruz	128
Embraer	158
Transbrasil	168
Editorial Monch	173
Bibliex	174/175



NOSSA CAPA

No dia 10 de outubro de 1913, treze jovens militares, imbuídos dos ideais de melhor servir à Pátria se mais bem preparados, cívica e profissionalmente, estivessem para servir ao Exército a que todos pertenciam, decidiram fundar A DEFESA NACIONAL, como veículo de manifestação desses ideais. Seus nomes estão perpetuados no bronze na sede desta Revista, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro. São eles: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim Souza Reis Netto, Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino de Carvalho, Epaminondas de Lima e Silva, Cezar Augusto Parga Rodrigues, Francisco Jorge Pinheiro, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, Euclydes de Oliveira Figueiredo, Brazilo Taborda, Amaro de Azambuja Villa Nova e José dos Mares Maciel da Costa.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma

Diretor-Secretário: Cel Aldilio Sarmiento Xavier

Diretor-Administrativo: Ten Cel Sady Nunes

Diretor-Tesoureiro: Major Walter Soares Vieira

Conselheiros: Cel Celso José Pires

Cel R/1 Asdrubal Esteves

Cel Amaury Friese Cardoso

Conselho Fiscal: Ten Cel Lino Palha de Castro

Ten Cel José Pordeus Maia

Maj Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Bda Mario Vital Guadalupe Montezuma

Redator-Executivo: Cel Aldilio Sarmiento Xavier

Redator-Assistente: José Lívio Dantas

Redatores: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis

Cel Edson Alves Mey

Cel Prof Celso José Pires

Cel Agenor Francisco Homem de Carvalho

Cel R/1 Asdrubal Esteves

CF José Correia de Sá e Benevides

Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas

Ten Cel José Galaor Ribeiro

Maj Hiram de Freitas Câmara

Des Antonio de Arruda

Prof José Alberto de Assumpção

Revisão: Renaldo di Stasio

Publicidade: Floriano Serpa

Expedição: Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 2.000,00

Exterior: US\$ 50,00

Número avulso — Cr\$ 400,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 283-3030

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



EDITORIAL

Mais trinta anos, e A DEFESA NACIONAL estará celebrando seu primeiro centenário de existência. Será um título que poucas publicações, no Brasil e no mundo, terão a honra de ostentar. E que são trinta anos para uma revista, como esta, que já percorreu mais de duas vezes esse périplo?

De certo modo, até já começamos a viver sob a égide de nossa primeira centúria: um século de nascimento de dois dos nossos ilustres fundadores — GENERAL FRANCISCO DE PAULA CIDADE e GENERAL EUCLYDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO — é o que celebramos neste número.

Sobre o General Francisco de Paula Cidade, evoca-lhe a figura de militar o Cel Claudio Moreira Bento no artigo "Paula Cidade, o Soldado e o Escritor a Serviço do Progresso do Exército", enquan-

to o Cel Francisco Ruas Santos referencia os dados para um perfil militar, em cogitação, do General Euclides Figueiredo.

Circunstância não poderia ser mais grata ao 70º aniversário de A DEFESA NACIONAL do que registrar, ao mesmo tempo, o centenário de nascimento desses numes tutelares de nossa organização. Na verdade, 1983 representa o fruto sazonado daquele grão plantado em terreno fecundo em 1913. Ontem como hoje, hoje como amanhã, esta revista há de sempre se espelhar nas palavras daquele memorável Editorial de 10 de outubro de 1913: "... trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é, senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo".

Esse povo, repetimos nós, é o Brasil.



GENERAL EUCLYDES FIGUEIREDO

(☆ 12 Nov 1883 — † 20 Dez 1963)
Indicações para sua biografia militar

Francisco Ruas Santos

Entre os eventos cívicos a comemorar em 1983 está o centenário de nascimento do General Euclides Figueiredo. Para tal a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos previu que se reconstituísse seu pensamento militar, com base em seu arquivo pessoal, à semelhança do que foi feito em 1968 relativamente ao Marechal Castello Branco¹. Coube-me a tarefa e este artigo é uma primeira tentativa de equacioná-la, ao mesmo tempo que se relembra a figura de um dos fundadores desta Revista.

O trabalho a realizar é de História Militar Terrestre e, assim, deve basear-se na Diretriz do Estado-Maior do Exército para as atividades do Exército no campo da História². Interpretando esse documento segundo seus objetivos e atividades previstas, posso sinteti-

z-lo dizendo que orienta os esforços, no âmbito militar terrestre, para o desenvolvimento do Exército. Mas, no tocante ao apoio à produção cultural, inclusive a destinada aos meios de comunicação social, a Diretriz é muito mais ampla, ainda que ressaltando que esse apoio se faça de acordo com os interesses do Exército. Por outras palavras, no universo das informações históricas, devemos buscar, principalmente, as de interesse para o desenvolvimento da doutrina da Força Terrestre, a formação e o aperfeiçoamento dos quadros e da tropa e o fortalecimento do moral e do espírito de corpo do Exército.

Essas informações históricas estão contidas em fontes, por isso mesmo denominadas *fontes históricas*. O primeiro trabalho a realizar é, então, o de levantamento dessas fontes.

Tanto para realizá-lo, quanto para atender aos objetivos das atividades do Exército no campo da História, devemos delinear primeiro o perfil do biografado, se a biografia for a outra tarefa em causa.

O PERFIL DO GENERAL EUCLIDES FIGUEIREDO

A vida do General Euclides Figueiredo decompõe-se em dois quadros bem distintos: o militar e o civil.

Descreve-os, resumidamente, o historiador Vamireh Chacon na introdução ao livro de sua autoria *Euclides Figueiredo*, nº 23 da série "Perfis parlamentares", editado pela Câmara dos Deputados em 1982, no qual são estampados discursos parlamentares do general.

Aí uma das fontes das quais devem ser extraídas informações relacionadas com seu pensamento militar. Outras devem ser pesquisadas nas fontes relativas à sua vida militar, assim resumida: aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, na condição de filho órfão de veterano da guerra da Tríplice Aliança³, verificou praça em 17 de março de 1902 na Escola Militar do Realengo; alferes-aluno em 3 de março de 1904; 2º tenente de Cavalaria em 10 de janeiro de 1907; 1º tenente em 3 de abril de 1912; capitão em 12 de março de 1919; major em 7 de setembro de 1922; tenente-coronel em 5 de novembro de 1924; e coronel em 23 de junho de 1927.

Conquistou essas três últimas promoções por merecimento e foi por este critério que se viu selecionado para um estágio de dois anos

num regimento de cavalaria em Ohlau, Prússia Oriental, Alemanha, em 1911; de volta ao Brasil, é um dos fundadores de *A Defesa Nacional*⁴; participa da campanha do Contestado em 1914; contribui para o Tratado de Pedras Altas que pôs fim à revolução de 1923 no Rio Grande do Sul; comanda a 2ª Divisão de Cavalaria, em Santa Ana, quando se recusa a participar da revolução de 1930 e é preso; torna-se o chefe militar da revolução de 1932 em São Paulo, ao assumir o comando da 2ª Região Militar; exilado e preso, é anistiado pela segunda vez, e feito reverter ao Exército pelo Presidente Dútra, no posto de general, em 1946.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICO-MILITARES JÁ PUBLICADAS

Destacamos: a série de artigos que Euclides Figueiredo publicou em *A Defesa Nacional*⁵, entre 1914 e 1954; os artigos comentando a guerra mundial de 1939 a 1945, que sob o pseudônimo "Um Observador Militar", mandava, clandestinamente, da prisão, para *O Jornal* e o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro; e o livro *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*⁶.

Já fiz uma primeira análise daquela série, assim resumida segundo títulos e anos de publicação dos artigos:

Caderneta de reconhecimento (1914)

Sobre a missão do comandante de patrulha de cavalaria, o que e

como este deve comunicar, com exemplos práticos e erros a evitar.

Dressagem do cavalo de tropa segundo o método alemão (1915)

Ginástica necessária ao cavalo, o qual deve aprender a obedecer às ajudas da perna e do assento do cavaleiro.

Escola de Cavalaria (1915)

Assinala que o regulamento para a instrução, de 1909, produziu grandes modificações na vida castrense, definindo uma transição do Exército antigo para o moderno ou profissional; e sugere projeto de regulamento para uma Escola de Cavalaria, onde se preparariam os instrutores dessa arma, pois isso não é possível fazer nos corpos de tropa.

Um exame de esquadrão na Alemanha (1916)

Transcrição de registro no seu livro de anotações quando estagiava no Exército Alemão, dia 15 de maio de 1912.

Raid Hípico Militar (1916)

Sobre os requisitos desejáveis ao reide.

Os Corpos de Trem (1918)

Propõe a organização de um quadro de oficiais de trem.

O 5º Esquadrão (1918)

Propõe a organização desse esquadrão, no quadro da progressiva modernização da Cavalaria.

Exploração — Reconhecimento —

Descoberta — Waxl —

Esclarecimento (1918, juntamente com o Tenente Capitão Lima Mendes)

Manifesta seu otimismo relativamente às leituras que os militares brasileiros já estão fazendo sobre temas profissionais, e defende a necessidade de conceituação precisa desses termos.

O Regulamento de Equitação (1918 e 1919)

Enfatiza a necessidade de uma boa instrução do recruta, erros de método e modo de corrigi-los.

Exercícios de Esquadrão (1919 e 1920)

Preconiza a necessidade de um novo regulamento para os exercícios de Cavalaria. Explicação pessoal sobre o artigo anterior.

Escola de Pelotão de Cavalaria (1920)

Programa de instrução para os pelotões do esquadrão de cavalaria da Escola Militar.

Escola de Cavalaria (1929)

Idéias com vistas à criação de uma Escola de Cavalaria.

Nesses artigos ressalta a figura de cavalariano notável que foi o General Euclides Figueiredo, atuando em prol de sua arma no período 1913-1929, quer no sentido de seu aprimoramento profissional, quer no de melhorar sua organização para o combate.

Segundo as mesmas linhas estão seus artigos *O Problema da Remonta* (1919 e 1954).

Em 1953, voltaria às páginas de *A Defesa Nacional*, com o artigo *Doutrina de Guerra*, na qual faz comentários sobre a manobra alemã na França, em 1914.

A lista de sua colaboração nessa revista se completa com os artigos *Direitos fundamentais dos militares* (1948) e *General Alipio da Fontoura Costallat* (1954).

O PENSAMENTO MILITAR DE EUCLIDES FIGUEIREDO RELATIVAMENTE À DIRETRIZ DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO PARA AS ATIVIDADES NO CAMPO DA HISTÓRIA

Será agora imprescindível que se pesquise quanto aos possíveis resultados do pensamento militar doutrinário de Euclides Figueiredo relativamente ao progresso de sua arma. Depoimentos de cavalarianos, principalmente, em especial seus contemporâneos, são uma fonte indispensável. Devemos também buscar resultados de sua atuação como instrutor de Cavalaria da Escola Militar do Realengo e comandante dessa arma, como, por exemplo, no 1º Regimento de Cavalaria — Dragões da Independência e na 2ª Divisão de Cavalaria.

Assim estaremos levantando subsídios para a "formação e o aperfeiçoamento dos quadros e da tropa", ainda que se tenha evoluído da Cavalaria a cavalo para a Cavalaria mecanizada, além de servir à preservação e divulgação do "patrimônio histórico-cultural do Exército e suas tradições", tudo como requer aquela Diretriz.

Sem dúvida, os estudos resultantes dessa pesquisa contribuirão para o "entendimento do homem brasileiro" e o da "chefia e liderança", pois ele só será conseguido através da análise, ainda que por amostragem, do fator biográfico através do tempo. E o General Euclides Figueiredo é, sem dúvida, um excelente tipo representativo, muito em particular no que concerne à sua arma e às operações militares.

Muito mais do que isso, que já é muito, está na grande contribuição que sua vida pode dar para "o perfeito entendimento do papel desempenhado pelo Exército ao longo da vida nacional", segundo a linha do *legalismo* e do *liberalismo*, magistralmente seguida pelo General Osório, do qual Euclides Figueiredo é digno continuador.

Finalmente, no que toca às informações para a produção cultural, no cinema e na televisão em particular, estamos em presença de uma vida motivadora. Esta, isso bem mostra e nela se encontra um sólido apoio para essa produção, principalmente se expressa num bom livro.

Notas

1 — *Marechal Castello Branco, seu pensamento militar*, organizado pelo autor, com base no arquivo pessoal do marechal recolhido à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e editado por essa escola em 1968.

2 — Aprovada pela Portaria 073, de 20 Out 1982. Um extrato no nº 708 desta Revista, pág. 108-109.

3 — Funcionário público, trabalhando no Tesouro Nacional, encontramo-lo, com o posto de coronel e o nome João Batista Figueiredo, na chefia da Inten-

dência da Repartição de Fazenda do Exército em campanha sob o comando do Marquês de Caxias, em dezembro de 1867 (cf. Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e Paraguai*, vol. V).

4 — As idéias básicas desses fundadores acham-se no editorial do primeiro número desta Revista, de 10 Out 1913; dele tratamos no discurso na reunião comemorativa do 70º aniversário de *A Defesa Nacional* e o fizemos reproduzir,

em facsimile, no 2º volume da *História do Exército Brasileiro*, editada pelo Estado-Maior do Exército em 1972.

5 — Para consultá-los, valer-se da coleção existente na redação dessa revista ou, de preferência, na Biblioteca do Exército, com base no respectivo índice analítico organizado pelo autor deste artigo, com uma das cópias naquela redação.

6 — São Paulo, Livraria Martins, 2ª edição, 1977.



O Coronel R/I Francisco Ruas Santos, da Arma de Infantaria, é possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição da *História do Exército Brasileiro* (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o *Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes* (1976-1977) e *Informação e Indexação*.





PAULA CIDADE, UM SOLDADO E ESCRITOR A SERVIÇO DO PROGRESSO DO EXÉRCITO (1883-1968).

Claudio Moreira Bento

Dia 22 dezembro 1883 assinala o centenário de nascimento do portoalegrense General Francisco Paula Cidade. Oficial de Infantaria e de Estado-Maior de escol, além de bem sucedido comandante de Unidades e Grande Unidade, na paz e em ações de guerra interna e externa, foi apontado aos Cadetes, em 1955, em Ordem do dia na AMAN, como um exemplo de oficial a ser seguido.

Paula Cidade devotou o melhor de suas energias, patriotismo, idealismo e inteligência para o progresso do Exército, a ponto de ser punido disciplinarmente por lutar pelas idéias hoje vitoriosas — a retirada do Exército do encargo de guardar repartições fazendárias e a exigência de arregimentação na tropa, como condição de promo-

ção, costumes que comprometiam seriamente a operacionalidade do Exército no início do século.

Participou ativamente, como oficial de Infantaria, "troupiér ou tarimbeiro" e de Estado-Maior e escritor especializado em assuntos militares, da Reforma Militar, cujos lances principais imortalizou indelevelmente em sua obra literária. Assim, foi co-fundador e redator da *Revista dos Militares*, fundada em Porto Alegre em 1912 e da *Defesa Nacional*, fundada no Rio, em 1913, junto com outros onze "jovens turcos", revistas que na época tiveram papel relevante na formação e difusão da moderna corrente do pensamento militar terrestre brasileiro. Pensamento que ajudou a arrancar o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados na Revolução Fe-

deralista 1893-95 e guerra de Canudos, 1896, aos modernos padrões alcançados pela FEB, na Itália. Força que fez muito boa figura ao lutar, lado a lado, contra representações dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa Ocidental na 2ª Guerra Mundial. Como escritor militar voltado fundamentalmente para a História Militar, desde os tempos da Escola Preparatória Tática do Rio Pardo, em 1902 e até 1967, ou cerca de 65 anos, foi o que produziu até o presente obra mais alentada. Foi, até falecer em 1968, o maior intérprete da evolução da doutrina, do pensamento e do processo histórico militar brasileiro. Até o presente foi o único geógrafo e sociólogo militar terrestre brasileiro, de fato. Egresso da Escola de Guerra, em 1908, em plena crise provocada pelo Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do ensino militar, de bacharelismo para profissionalismo militar, o aspirante Paula Cidade, carente de conhecimentos militares modernos, foi juntar os seus esforços a oficiais com cursos na Alemanha, formando o grupo chamado "jovens turcos" e, desde então, dinamos da modernização do Exército e a qual se juntaram, pouco a pouco, outras expoentes da classe, tudo sob a égide de destacados chefes do Exército da época.

Paula Cidade foi professor de História e Geografia Militar da Escola Militar, durante o memorável comando do então coronel José Pessoa e, a convite desse chefe, para "ajudá-lo a carregar a sua cruz". Desse contato guardou as melho-

res recordações de seus cadetes e estes de sua figura marcante de mestre e exemplo de profissional militar. Foi introdutor de Geografia Econômica Militar na Escola de Intendência e de Geografia Militar na Escola do Estado-Maior e a seguir na Escola Militar, depois de diversas incursões na Seção de Geografia e História do EME, como adjunto e chefe. Exerceu a chefia de gabinete da então recém-criada Secretaria Geral do Ministério da Guerra, sob a chefia do seu amigo desde o Rio Pardo, General Valentim Benício, que substituiu diversas vezes num período de realizações culturais memoráveis daquela repartição. Como profissional militar de escol e de profissão de fé legalista, Paula Cidade encerrou sua carreira em ações de guerra, no Norte, como Comandante da 8ª RM encarregada da proteção da Base Aérea de Val de Cans, próxima do Canal do Panamá e ponto de passagem obrigatório, junto com Natal, no saliente nordestino, das comunicações militares aéreas americanas com a África e Europa e, finalmente, como coroamento, a função de membro do Conselho Supremo de Justiça da FEB. Ao despedir-se de seu chefe, amigo e co-estaduano, o então General Mascarenhas de Moraes, ouviu dele estas palavras proféticas: "Cidade, vamos partir para a maior aventura de nossa História Militar!"

Como escritor militar, encerrou sua carreira na Ativa na presidência da Biblioteca do Exército. Sua obra literária voltada para o progresso do Exército continua a pro-

duzir seus benéficos efeitos. E, por muitos e muitos anos, será difícil alguém estudar História, Geografia e Sociologia Militar Terrestre Brasileira e a História do Exército como instituição de 1902-1966, sem beber a sabedoria específica na obra de Cidade. Não foram fáceis a vida e as dificuldades de Paula Cidade como escritor e soldado, para provar que "não cora o livro de ombrear com o sabre e nem cora o sabre de chamá-lo irmão". Mas, como sentenciou o General Jonas Correia — "a vitória da inteligência é o selo da posteridade. E aí estão seus livros, a prová-lo". Livros publicados, para não referir a sua obra inédita. Em 1980, o mesmo General Jonas propôs o teve aceita proposta de eleger o general Paula Cidade, patrono da Cadeira 88 do Instituto de Geografia e História do Brasil que ele tanto honrou e prestigiou em vida. Cadeira que me coube por escolha e aprovação do Instituto inaugurar como seu primeiro ocupante, em razão de afinidades espirituais, culturais e profissionais com aquele ilustre soldado e escritor, nosso co-estaduano que aprendemos a admirar desde o primeiro contato com sua obra literária militar terrestre brasileira, ímpar.

INFÂNCIA, MENINICE EM PORTO ALEGRE

Cidade nasceu e viveu sua infância, meninice e juventude próximo ao Quartel General em Porto Alegre. Ali, aos dez anos foi tocado pelo desejo de ser soldado, ao testemunhar as movimentações da

Revolução Federalista e contemplar os alunos militares do histórico casarão da Redenção e atual Colégio Militar. Entre a carreira de advogado, sugerida pela mãe, e a de soldado, ele destinou-se a esta, com apoio de seu padrasto e grande amigo para o resto da vida. Aos 11 anos, de família modesta, iniciou a trabalhar na Livraria Americana, onde tomou contato com o mundo encantado dos livros. Deixou este emprego aos 13 anos, por não sujeitar-se aos maus tratos de seu patrão. Dos 13 aos 15 anos foi caixeiro de uma loja de sapatos das 06.00 às 20.00h. Discretamente, aproveitava o intervalo do almoço para estudar Português e Matemática, com o professor Ildefonso Gomez. Depois das 22.00 horas fazia as lições e lia poesias e literatura. Esta preferência o levou a fundar uma Sociedade Recreativa e Literária entre os caixeiros que o elegeram presidente. Daí em diante e até um ano antes de falecer, ligou-se com paixão à Literatura Militar Brasileira, que teve como rival a sua paixão pelo Exército e seus destinos que ajudou a alicerçar como soldado reformador e literato festejado.

CARREIRA DAS ARMAS

Em 15 de abril de 1902, Cidade sentou praça no Exército como soldado nº 165 da 2ª Cia do 25º BC, com quartel na Praça do Portão em Porto Alegre e na condição de ouvinte da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo. Nesta cidade castrense, "A Tranqueira Invicta", ele ficou até setembro de 1903. Transferência da Escola pa-

ra Porto Alegre. A recepção naquela capital foi agradecida em oração do aluno gaúcho Raul Silveira de Mello, o único sobrevivente da Escola do Rio Pardo, hoje com mais de 100 anos e historiador militar da Fronteira Oeste, personalidade pela qual Cidade nutria admiração especial por suas qualidades excelsas de homem e de cristão. Mais tarde, Cidade recordou os alunos que passaram pelo Rio Pardo a sua época, cujas obras tiveram tão grande projeção nos destinos do Brasil ou do Exército, como os ex-presidentes Getúlio Vargas e Eurico Dutra, Generais Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, Valentim Benício, Sérgio Ari Pires e Pantaleão Pessoa, seus amigos desde o Rio Pardo, e Bertoldo Klinger — amigo do peito e seu compadre e padrinho de 2º casamento, além de Cezar Obino, Amaro Soares Bittencourt, João Mendonça Lima, Emílio Lúcio Esteves, Francisco José Pinto, Regueira e outros.

NA ESCOLA DE GUERRA EM PORTO ALEGRE

Cidade foi colhido em Porto Alegre, na Escola Preparatória, pela crise militar provocada pela Revolta da Vacina Obrigatória da Escola Militar da Praia Vermelha. Crise que provocou o Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para profissionalismo militar, depois do fechamento e extinção da Escola Militar da Praia Vermelha, recriada com o nome de Escola de Guerra

em Porto Alegre, onde passou a funcionar de 1906 até 1911. Naquela época, a oficialidade do Exército dividia-se em científicos e tarimbeiros (ou troupiers). Os primeiros, egressos da Escola Militar da Praia Vermelha como bacharéis em ciências físicas e matemáticas e sem conhecimentos práticos visando a operacionalidade do Exército, evitaram a tropa, mantendo-se em funções técnicas e administrativas. Os tarimbeiros, mais numerosos, não possuíam cursos. Fizeram carreira na tropa com base em lei de 1860. Estes eram complementados por 300 ou 400 alferes, antigos sargentos comissionados naquele posto na Revolução de 93 e confirmados pelo Congresso.

A Revolta da Vacina Obrigatória de 1904, de cunho político positivista, provocou a maior revolução doutrinária e filosófica no Exército que Paula Cidade assim assinalou:

"Em 1906 a Escola de Guerra recebeu uma avalanche de alunos anistiados da extinta da Praia Vermelha e passou a ser comandada por um coronel de Infantaria ao invés de engenheiros, como era tradição. Foram construídos no meio do pátio do Casarão da Redenção dois pavilhões em madeira com 4 salas de aula. O critério de promoção a aspirante a oficial, posto então criado, passou a ser o do mérito intelectual e não o da antiguidade. Houve muita improvisação, até externato por falta de espaço."

Mas a verdade é que ali, no Casarão da Redenção, se processou, de 1906-11, a grande e bené-

fica revolução no Exército, visando a orientar seu ensino para a operacionalidade e Defesa Nacional. Cidade assistiu e documentou nestes termos a instalação da Escola da Aplicação paralela à da Escola de Guerra:

"Os instrutores eram dedicados e compreensivos, mas não puderam dar o que não haviam recebido. Nenhum sabia desenvolver um tema tático sobre uma carta, prática velha na Europa e há muito em uso na Argentina que havia contratado instrutores alemães de alta capacidade e renome. Os regulamentos em vigor estavam próximos da guerra do Paraguai."

Cidade, na Escola de Aplicação, estudou topografia prática, fotografia, esgrima, escrituração militar, serviço em campanha (casos esquemáticos) e telegrafia Morse. Apesar de assinalar graves defeitos e falhas na Escola de Guerra e seu complemento, a Escola de Aplicação, as achou obras de importância transcendental, nascidas de uma crise política — a Revolução da Vacina Obrigatória de 14 de novembro de 1904. Escreveu sobre isto: "Esta arrancada inútil da mocidade militar trouxe em seu bojo consequências extraordinárias, positivas e duradouras, através de medidas que exigiram meio século para serem adotadas como a de formar-se soldados e não doutores." Das três turmas saídas da Escola de Guerra, segundo Cidade, cerca de 1/3 de integrantes preferiram a vida na tropa. Estes se fizeram instrutores de si mesmos. Depois uniram-se a oficiais com curso na Alemanha e formaram um gru-

po idealista reformista que fundou a *Defesa Nacional* e passaram à História, como "jovens turcos" (nota 1).

O ASPIRANTE, TENENTE, REFORMADOR MILITAR E "JOVEM TURCO"

Em janeiro de 1909, em cerimônia interna simples no pátio do Casarão da Redenção, sem festas, madrinhas de espada, Cidade e seus companheiros foram declarados aspirantes, com a simples leitura do Boletim. A seguir, em coluna por dois, ao comando do ajudante, atravessaram o parque da Redenção (Várzea) e foram apresentados ao Comandante do 25.º BI, na Praça do Portão, unidade a que pertencia. Sua espada custou a metade de seu soldo. Os uniformes de aluno foram aproveitados. Fazê-los novos era um luxo na época. Sua primeira e difícil missão foi ajudar a conduzir um grupo de soldados de mau comportamento transferidos do Rio, de Porto Alegre a Cruz Alta, numa viagem cheia de peripécias que relata em suas *Memórias*.

Paula Cidade e outros nomes egressos das citadas escolas iriam se associar aos oficiais com curso na Alemanha, para promoção da Reforma Militar. E como reformador atuou muitas vezes no tablado, como instrutor ou professor, e através de seus escritos profissionais publicados nas *Revistas dos Militares*, de Porto Alegre e *Defesa Nacional*, das quais foi co-funda-

Nota: Ver História do Exército Brasileiro, v. 2, pg. 804-809.

dor, redator e colaborador destacado. Sua primeira missão de instrutor foi em Cruz Alta, em 1909, como instrutor dos soldados da Unidade de Infantaria. Em 1910, foi instrutor militar da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Em 1913, no 2º RI, inventou e publicou na *Defesa Nacional* um sistema de sinalização de fácil aprendizagem que foi aprovado pelo Ministro. Na mesma época editou a obra com 73 fls — *Noções e Problemas de Leitura de Cartas*, segundo ele "problema até então desconhecido pela imensa maioria dos oficiais e inspirado em obras alemãs de Tática".

Em 1917, de volta a Porto Alegre, foi preso por 8 dias, pelo Comandante da Região, por um artigo técnico na *Revista dos Militares*, no qual fazia uma crítica doutrinária à luz de doutrina alemã em vigor.

Como Comandante da Cia, cultivou a ordem unida, como verdadeira escola da disciplina. Orgulhava-se de haver conseguido movimentos de armas comparáveis às da Infantaria Alemã. Tornou o manejo de armas um esporte onde selecionava os mais adeptos para instruírem os menos aptos e assim nivelar a aprendizagem. Aliás, idéia hoje vigorante no Exército, ao lado das "de aprender fazendo e de buscar atingir níveis de operacionalidade cada vez mais elevados". Dava muita ênfase à instrução de tiro.

Como reformador, no posto de 2º tenente, lutou pela extinção do serviço de escala à Alfândega e Delegacia Fiscal que tantos prejuí-

zos causava ao adestramento da tropa bem como pela da arregimentação como condição de promoção, mesmo por antiguidade, recorrendo para isto a Pandiá Calógeras, no primeiro caso, e a Olavo Bilac, no segundo. A segunda medida impunha-se para evitar o abandono dos corpos de tropa do interior de parte dos oficiais. O preço por sua interferência e para seus colegas que assinaram o memorial sobre o assunto foi de 30 dias de prisão. Daí por diante, foi impossível fazer-se carreira militar sem nunca entrar num quartel.

Em 1921, como aluno da EsAO, testemunhou fato histórico de grande projeção na Reforma Militar — a inauguração dos trabalhos Missão Militar Francesa (MMF) naquela escola, com a presença do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras. Ali trabalhou exaustivamente com temas táticos sobre a carta da Vila Militar. Conquistou o direito de ingressar na ECEME sem concurso além de apto a preencher funções de instrutor.

Depois da Revolução de 30, já no posto de Capitão, foi professor de Geografia Econômica Militar na ECEME (conferencista) e de História e Geografia Militar na Escola Militar. Em todas as guarnições por onde passou, pronunciou conferências sobre assuntos de sua especialidade. Sua narrativa prendia a assistência pela simplicidade, objetividade, boa dicção e densidade.

O OFICIAL DO EME

Após cursar a EsAO e a ECEME, esta com sua sede no

quartel do atual 1º BPE na Tijuca, foi estagiar na 2ª Seção do EME a partir de 1924. Havia cursado aquela escola sob orientação da Missão Militar Francesa que não entrou no EME, da qual era consultora em assuntos de instrução militar. Foi estagiar na 2ª Seção cabendo-lhe o trabalho de calcular aproximadamente o tempo que tropas argentinas, com os meios da época, levariam para atingir a fronteira do Brasil. Na 2ª Seção aprendeu lições de informações, valiosas para sua vida, conforme registrou em suas *Memórias*.

Seu trabalho foi interrompido de 13 de julho a 06 de agosto, quando atuou em São Paulo, na Revolução de 24, no eixo Santos-São Paulo, como Subchefe de Estado-Maior de um destacamento organizado por seu amigo Major Euclydes de Figueiredo, como oficial de Gabinete do Ministro e com enormes dificuldades, destacamento ao comando do General Carlos Arlindo, que partindo de Santos conquistou sucessivamente a região do Monumento Ipiranga, Vila Mariana e Avenida Paulista. Combateu no destacamento do General Carlos Arlindo, o Coronel Pedro Dias Campos, Comandante da Força Pública de São Paulo que se mantivera fiel à legalidade. Sobre ele escreveu Cidade:

"Era um homem moreno de pequena estatura, tipo de militar japonês, dados os traços mais marcantes de sua fisionomia. Mais tarde eu havia de admirar nele um dos exemplares mais completos de soldado com que me tinha defrontado naqueles dias amargos."

Pedro Campos fora coadjuvante destacado da Missão Militar Francesa, na Polícia Militar de São Paulo. Foi um dos mais marcantes comandantes daquela então Força Pública, além de historiador militar brasileiro de expressão nacional.

Cidade descreve com muito realismo, em 54 páginas de suas *Memórias*, o seu batismo de fogo naquela Revolução. Elas encerram preciosos ensinamentos do ângulo profissional militar, por marcarem a diferença da doutrina militar na prática e na teoria. É a maior contribuição contida em suas *Memórias*.

Destacou a importância do tiro direto da Artilharia no combate em localidades, em apoio à Infantaria. Registrou, então, um consumo exagerado de munição, disparos durante a noite, sem motivo. Conclui que o soldado assim procedia por medo e como medida preventiva de uma possível ação sobre sua posição. Enfim, uma tentativa caríssima e irresponsável de espantar o inimigo, e incontrolável. É uma consideração que deve ser levada em conta pelos futuros comandantes de ações semelhantes. Outro costume era o de os soldados exagerarem qualquer movimento em torno de suposição, provocando a montagem desnecessária e desgastante de patrulhas. Este costume diminuiu ao obrigar-se quem disse que viu algo anormal a participar das operações, visando confirmar suas suspeitas. Ali mais uma vez confirmou-se o dito popular: "Em tempo de guerra, mentira é como terra".

Em 1930, retornou ao Estado-Maior, chefiou a Seção de História e Geografia Militar, dirigiu a *Revista Militar Brasileira* e lecionou na ECEME e Escola de Intendência, onde o colheu a Revolução de 30.

Foi então destacado para chefiar o Estado-Maior do Destacamento do General Tourinho que deveria operar contra os revoltosos em Minas Gerais no eixo Rio—Juiz de Fora—Remonta—Belo Horizonte. O General Tourinho, seu comandante, havia opinado contra a guerra de destacamento. Foi a favor de lançar a 1ª Divisão de Infantaria que comandava, a melhor dotada e instruída, contra Minas e o Rio Grande do Sul, para bater por partes as forças revolucionárias.

As *Memórias* de Paula Cidade sobre a Revolução de 30 são ricas em ensinamentos profissionais. Dentre os fatos que testemunhou merecem registro:

Primeiro, a comunicação de seu comandante de que iria agir por conta própria, como na Revolução do Contestado: "Nada de guerra à francesa com apoio em cartas topográficas, mas sim com apoio em vaqueanos, dos quais iria organizar um Corpo muito bem pago."

O Destacamento que Paula Cidade foi Chefe de EM, foi batido na Remonta, em 22 de outubro, onde possuía seu centro de resistência.

O segundo caso é o do Aspirante Amílcar Dutra de Menezes que resistiu à interferência familiar de retirá-lo da frente de combate e do convívio de seus soldados, que ele liderava pelo exemplo e com quem

convivia com risco de vida. E narra Cidade: "Fiz-lhe a vontade. Voltou para seu pelotão e para a linha de fogo. Mais tarde, quando o Destacamento se esfacelou e a disciplina começou a periclitar por toda parte, este mesmo aspirante veio procurar-me. Queria que eu visse seu pelotão que estava pronto a cumprir qualquer ordem. Dirigi-me a seu pelotão. Na sombra e na melhor compostura militar o pelotão repousava. Algumas garrafas de guaraná espalhadas no chão. Os soldados levantaram-se prontamente à minha chegada como se fossem imunes ao alvoroço que ia em torno deles. Aquela gente suja, roupa maltrapilha pelos longos dias passados às intempéries, sob influência de um chefe de pequeno escalão, conservara a força moral e a coesão em toda plenitude. Não desagregara, porque sua coesão fora cimentada pelas qualidades de liderança de seu comandante imediato!" Isto comoveu o soldado Paula Cidade.

Em 28 de outubro de 1930, após dissolvido o Destacamento de que fora Chefe de EM, Cidade apresentou-se ao EME onde foi acolhido pelo Ministro General Leite de Castro que junto com o Chefe do EME, General Tasso Fragoso, o protegeram de uma reação revolucionária. Ali continuou na Chefia da 5ª Seção (História e Geografia) até 24 de abril de 1932.

Em 23 de junho de 1936, retornou ao Estado-Maior, como Chefe da 1ª Subseção da 3ª Seção, encarregada de elaborar Planos de Operações e um anteprojeto para o Colégio Militar. Nesta ocasião

aprofundou estudos históricos que resultaram no clássico *Lutas no Sul com espanhóis e descendentes*. Permaneceu desta vez no EME até 25 de dezembro de 1937. Foi elogiado nos seguintes termos ao ser transferido para a 5ª Seção:

"Oficial culto e inteligente. Confirmou o bom conceito que é tido no Exército. Além de seus trabalhos normais deu desempenho de trabalhos de outras seções que lhe foram confiadas." O depoimento desse período em suas *Memórias* é relevante.

Nessa época Cidade mantinha muito boas relações de amizade com dois antigos colegas da Escola Tática do Rio Pardo: o General Dutra, Ministro da Guerra e o Coronel Mário Ari Pires, do Conselho de Segurança Nacional, ambos ligados funcionalmente ao Presidente Vargas, também seu contemporâneo no Rio Pardo.

A sua derradeira ação como oficial de Estado-Maior foi a de Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Exército, então recém-criada, onde teve como chefe, seu amigo desde a Escola Tática do Rio Pardo — o General Valentim Benício. Estas funções Cidade as exerceu como Coronel de 3 Jan 39 a 16 Mar 42. Sobre Benício escreveu Cidade:

"Sua competência e capacidade de trabalho merecem ser registradas. Ele realizara verdadeiro milagre ao planejar e organizar em poucos meses uma repartição de tão alto nível e de tão grande complexidade. O segredo de seu êxito consistia em bem escolher seus auxiliares."

Cidade liga-se a todas as grandes realizações da S Ge Ex, particularmente as de natureza cultural no período 39-41. Ele por diversas vezes a dirigiu interinamente. Registra eternamente estes grandes momentos da Secretaria Geral os *Anais do Exército Brasileiro* 1939-41, uma das mais preciosas fontes da História do Exército, interrompidos com a saída de Cidade para outra função. Foi dinamizada a BIBLIEx, reorganizada em 38, por Valentim Benício e inspirada na Biblioteca de Oficial do Exército Argentino, com dois objetivos:

- Editar obras de preferência de integrantes do Exército;

- colocar à disposição dos oficiais do Rio sua coleção de livros.

Segundo Cidade, a BIBLIEx:

- "Foi marco no desenvolvimento da cultura no Exército;

- facilitou aos militares a publicação de seus livros;

- abriu novos caminhos ao pensamento militar brasileiro."

Foi na BIBLIEx, na condição de seu presidente, que Paula Cidade exerceu suas últimas funções na Ativa, de 12 Jul 45 — 05 Jul 48, pelo espaço de três anos.

O COMANDANTE DE UNIDADE

Cidade comandou duas unidades de Infantaria. A primeira como major no ano de 1935, durante a Guerra do Chaco — o 19º BI de Corumbá. A segunda, como coronel no ano de 1938 — o 12º BI, então com sede em Juiz de Fora.

Em Corumbá teve a missão de guarnecer e manter a neutralidade

brasileira, ao longo de uma linha de fronteira de 700 a 800km, na frente da qual, paraguaios e bolivianos travavam a Guerra do Chaco. Chegou a Corumbá a bordo do "Fernandão". Assumiu o comando em 5 Mar 1935. Lá encontrou "oficialidade excelente com as raras exceções de sempre" e problemas de disciplina entre os soldados recrutados nas ruas das cidades do Nordeste, organizados em bandos no quartel. Ele os enfrentou e venceu com firmeza, doçura e determinação. Contornou as agitações comunistas do ambiente. Foi aos poucos apertando os parafusos da disciplina, cuidando para não fazê-los demais "e espanar a rosca". Conseguiu bons resultados dando exemplo; estabelecendo regime de instrução severo; cuidando do bem-estar de seus soldados; expulsando os incorrigíveis e bem administrando a Justiça Militar. Para tal recebeu o apoio moral e material de seu comandante, General Pedro Cavalcanti. Administrativamente, saneou os alojamentos de percevejos e combateu indícios de desonestidade, principalmente no rancho, onde fez um rodízio nos postos-chaves. Em face das revoluções anteriores, a Carga Geral estava na maior desordem, fato que exigiu dele medidas saneadoras rigorosas. Assim, sua ação de comando pode ser resumida: disciplina; instrução; bem-estar da tropa; moralidade e ordem administrativa.

Naquele tempo, enquanto bolivianos e paraguaios lutavam do outro lado, Corumbá era um centro de luta secreta entre agentes da-

queles países. Face a indícios de invasão do Brasil pelo Paraguai para um ataque de flanco à Bolívia, fez a seguinte consulta ao seu comandante de Região:

"Caso forças paraguaias invadirem o Brasil, manobrando contra flanco boliviano, encaro três soluções:

1ª — Cubro Corumbá e seu porto e aguardo ação da 9ª RM.

2ª — Ligo-me aos bolivianos, regulando minha ação pelas deles, prolongando sua esquerda.

3ª — Ataco os invasores unicamente com meu Batalhão, caso haja invasão.

Caso a presente consulta não tenha sido solucionada adotarei a 3ª solução."

O curioso é que no debate dessa 3ª solução houve um capitão que protestou com veemência:

"— A 3ª solução será a repetição de Dourados. Não quero dar uma de Antonio João!"

Antes da Intentona Comunista, segundo assinalou Cidade, um grupo de prisioneiros bolivianos comunistas que haviam aderido ao Paraguai contra o seu país, planejou conquistar Puerto Suarez, foco de funcionários civis e militares bolivianos pertencentes ao Partido Comunista.

O desempenho de seu comando é traduzido pelo elogio de seu comandante:

"Expressiva figura de relevo profissional e moral do Exército. Brilhante oficial de Estado-Maior, já se tem feito notar por sua iniciativa na solução de várias questões relativas à instrução."

Em 1976, ao visitar o 17º BC, tivemos o prazer de conseguir o retrato de Cidade para a galeria daquela OM, bem como a do General Tertuliano Potyguara.

Cidade foi muito feliz. Deixou o 17º BC realizado profissionalmente por sabê-lo reorganizado, disciplinado e instruído. Como sempre acontece em tais casos, deixou seu Batalhão emocionado — “Aproximei-me da tropa em forma fazendo-lhe um aceno com a mão, como um pai que, chocado pela partida, se despede dos filhos sem dizer-lhe uma palavra”. E esta sensação se repete anualmente com centenas de tenentes-coronéis e coronéis do Exército. É uma emoção muito forte e muito marcante na carreira.

Cidade comandou de 5 de maio de 1935 a julho de 36.

Em 25 de janeiro de 1938 assumiu o comando do 12º RI em Juiz de Fora, atualmente em Belo Horizonte. Escreveu: “Contei com admiráveis oficiais e sargentos. Encontrei com surpresa, ali naquele recanto de Minas Gerais, uma organização modelar onde tudo funcionava com a regularidade de um mecanismo de relojoaria”. Assim, o esforço de Cidade foi conservar e completar as partes ainda em fase de estudos. Ali tudo estava em ordem e em dia. Fez um grande esforço para melhorar a comida dos praças, encontrando reação do aprovisionador — um oficial comissionado de 30, que teimava em afirmar: “De acordo com o regulamento o comandante não tem nada a ver com o rancho.” O mencionado oficial teve de afas-

tar-se do rancho por ter sofrido fratura na bacia, em consequência de uma queda quando domava seu cavalo. Afastado por um acidente de função, o seu substituto deixou o rancho como o velho Coronel Cidade gostava — “Comida boa, farta e variada e servida em equipamento compatível.”

NO COMANDO DE GRANDES UNIDADES

Paula Cidade durante a II Guerra comandou e organizou a ID/9 em Corumbá. “A cidade branca e rainha do Paraguai”, durante seis meses de Jul-Dez de 1942. Logo depois foi a 8ª RM, com sede em Belém, a partir de 15 Mar 43 por cerca de um ano. Em Corumbá, além de sua missão profissional normal, deixou em suas *Memórias* valiosas informações sobre aquela fronteira. Coordenou ação comunitária visando a reduzir os mosquitos que infestavam a cidade. Coibiu abusos em relação aos súditos do Eixo e seus patrimônios, evitando fatos lamentáveis ocorridos noutras partes. Fundou e foi o primeiro presidente da Sociedade dos Amigos de Corumbá. Ao ser promovido a general a cidade agradeceu num gesto de generosidade, reconhecimento e amizade ofereceu-lhe a espada de ouro de Oficial General. Antes de seguir para seu comando em Belém, recebeu pessoalmente a seguinte missão do Presidente Vargas:

“Fica em condições de ocupar a Guiana Francesa.”

Motivo: “Com um governo francês pró-Alemanha em Vichy, cer-

tamente uma nação extracontinental iria ocupar a Guiana Francesa e não mais sair dali. E se alguém devesse fazer isso seria o Brasil."

Esta idéia aos poucos foi perdendo consistência com o evoluir da guerra e a ação principal de Cidade resumiu-se no seguinte:

— Proteger a base aérea americana de Val de Cans, em Belém, próximo do Canal do Panamá e ponto de passagem obrigatório das comunicações militares aéreas americanas com a África e Europa, junto com a base aérea de Natal. Seu principal instrumento para a missão foi a Cia de Metralhadoras Antiaéreas na base de Val de Cans, comandada pelo então Capitão Janari Nunes, mais tarde interventor do Amapá e autor de livro sobre a Bandeira Nacional. Seu relacionamento com as autoridades americanas foi excelente e de alto nível, conforme registrou.

Ocupou grande parte de seu comando em atritos com o Governador do Pará — Coronel Barata. O velho general defendeu com firmeza suas funções às tentativas de interferência. O incidente contado em detalhes em suas *Memórias*, terminou em Belém com mediação do Comandante da Marinha da área e só foi sepultado no Palácio do Catete, com mediação do Chefe da Casa Militar.

No setor disciplinar agiu com firmeza e doçura. Um grupo de reservistas convocados cometia toda sorte de excessos para seus integrantes serem expulsos ou processados para fugirem à Força Expedicionária Brasileira. Os incidentes entre soldados e populares eram

freqüentes. O remédio para tamanho mal foi a criação em cada unidade de um Pelotão Disciplinar e, a exemplo dos americanos, as patrulhas e o pessoal de serviços passaram ao uso de cassetetes. O remédio deu resultado e foi pouco a pouco reduzido por conselhos do Ministro da Guerra, General Dutra, com quem Cidade se correspondia.

Em Belém, Cidade conviveu fraternalmente como bom católico com D. Jaime Câmara. Foi eleito sócio correspondente da Academia de Letras Paraense. Deu um saco de açúcar pago de seu bolso, para que numa época de racionamento pudesse ser servido o tradicional cafezinho da festa do Círio de Nazaré.

Um dos seus orgulhos dessa época foi o de ter sido pioneiro da inseminação artificial da área, graças segundo ele ao "Chefe do Serviço Veterinário da Região — o então Major Waldemiro Pimentel, oficial trabalhador e de larga visão naquele pedaço do Brasil. O trabalho consistiu em inseminar, com base em reprodutores cavalares de alta linhagem, 752 matrizes na Ilha de Marajó, que produziram 751 potros de belo aspecto".

O General Waldemiro Pimentel foi até falecer, em data recente, proeminente membro dos Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Histórico e Geográfico Brasileiro. Era membro da seleta Academia de História do Japão. A ele devo, em parte, o reconhecimento e iniciativa que resultou no meu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em

1983. A ele nossa homenagem e gratidão neste registro.

Da ação de Cidade no Pará, impressões valiosas que colheu e o carinho que recebeu das famílias e povo, deixou alentado registro em suas *Memórias*. Sua ação seria ressaltada em 1955 pelo Comandante da AMAN, General Júlio Teles de Menezes, que o auxiliara em Belém na Defesa de Costa, e que ao assumir o comando o apontara aos cadetes como exemplo a ser seguido por eles como:

"Vida sempre inteiramente dedicada à profissão que abraçou com entusiasmo. Soube ser chefe e bastante trabalhou em prol do Exército e da Pátria. Vida de chefe operoso e brilhante escritor."

Serviu nesta época em Belém o Capitão Francisco Ruas Santos que, mais tarde, implementaria sobremodo os estudos pioneiros de Cidade sobre História Militar no tocante a epistemologia específica.

O LITERATO MILITAR

É possível que a vocação para literatura de Paula Cidade tenha sido despertada aos 11 anos, em seu primeiro emprego, na tipografia Americana em Porto Alegre. Vocação que se consolidou no seu segundo emprego, quando idealizou e foi eleito, aos 14 anos, o primeiro presidente da Sociedade Recreativa e Literária dos Comerciantes de Porto Alegre. Nas escolas preparatórias do Rio Pardo e de Porto Alegre, e por fim, na Escola de Guerra, dessa última cidade, ele sempre foi eleito redator chefe das revistas nelas editadas "Luz"

(1904), "Ocidente" (1906), "Cruzada" (1907) e "Aldebarã" (1908). Sua infância correu na época de ouro do romance, dos versos e dos contadores de "causos" em torno de um lampião nos serões porto-alegrenses. "Causos" como a Nau Catarineta, Lunar de Sepé, Tiara-jú, o do bandido Camparia, de Pedro Malazartes, do Negrinho do Pastoreio etc.

Em 1910, como aspirante ainda servindo na Praça do Portão, deixou de lado a literatura e a poesia puras e simples e colocou seus predicados a serviço da Literatura Militar Terrestre Brasileira, como suporte para suas idéias reformadoras do Exército e instrumento de difusão da doutrina, da história e da geografia militar brasileira terrestre e de registro, para a posteridade, dos costumes militares e da evolução militar terrestre. Esta guinada ou mudança de rumo ele assim comentou:

"Substitui minhas leituras literárias em geral, pelas dos que falavam a língua de Marte — o Deus da Guerra — Van der Goltz, Frederico II, Napoleão e outros. A vida militar não matou em mim o amor aos livros, apenas me mudou de rumo" — ou seja, colocou sua vocação a serviço do desenvolvimento do Exército Brasileiro.

Assim, em 1910, foi gerente da *Revista dos Militares*, surgida em Porto Alegre, que pregou idéias progressistas e acompanhou a evolução do Exército e da Marinha por largo período, e com assinalados serviços à Reforma Militar. Revista que teve como patrocinador o General Manoel Joaquim

Godolflim, Comandante da Região Militar e o seu Chefe do Estado-Maior, Luiz Acácio Leiraud como redator. Na *Revista dos Militares*, Cidade foi gerente, redator e secretário, o que o tornou conhecido no Rio e em outros locais.

Em 1913, servindo no 2º RI da Vila Militar, integrou o grupo dos 12 jovens turcos. Foi co-fundador da Revista *Defesa Nacional*, cujo programa, segundo seu depoimento, foi obra de Estevão Leitão de Carvalho e Bertoldo Klinger, e visava "impulsionar a renovação da Doutrina Militar Terrestre e propugnar por uma profunda modificação da Ordem de Batalha ou articulação das forças terrestres no território. E, daí por diante, foi intensa a atividade literária de Paula Cidade. Ela, de fato, perdurou por 69 anos desde que fundou o Grupo Recreativo Literário dos Comerciantes do Porto.

Fundaram a *Defesa Nacional* "jovens turcos": Estevão Leitão de Carvalho, Mario Clementino de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Francisco de Paula Cidade, Brasília Taborda, Epaminondas Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo (pai do Presidente João Figueiredo e dos generais Euclides e Diogo), cujo centenário de nascimento transcorre este ano, José Pompeo Cavalcanti Albuquerque, Jorge Pinheiro e Amaro de Azambuja Villa Nova.

Do programa de trabalho e objetivos destaca: "Colaborar para o soerguimento de nossas instituições militares, trabalhar para o progresso dos meios de defesa do

povo brasileiro, aparelhando o Exército para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha etc."

A certa altura esclarecem: "Nós estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra de dissidentes..."

Não queremos ser absolutamente, no seio de nossa classe, uma horda de insurretos, dispostos a endireitar o mundo da ferro e fogo — mas um bando de Cavaleiros da Idéia, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento, não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para confundir, mas para convencer. Nesta revista encerramos o direito da crítica — às idéias, não aos indivíduos."

O GEÓGRAFO MILITAR BRASILEIRO

Paula Cidade foi e continua sendo o maior geógrafo militar terrestre brasileiro. Ao entregar seu *Thesaurus de Cultura Militar* ao IGHMB, em sessão em 1983, o Coronel Francisco Ruas Santos declarou que seu *Thesaurus* era inexpressivo em geografia militar, setor que se mantivera sem novidade e estagnado desde a obra de Paula Cidade — *Notas de Geografia Militar Sul-Americana*, editada pela Escola Militar em 1932 e pela Biblioteca Militar em 1942. Obra de grande repercussão militar sul-americana, traduzida pelo Exército do Chile e dali difundida, estudada e muito apreciada até hoje nas escolas de Altos Estudos de outros países sul-americanos on-

de o autor goza de justa e merecida nomeada.

Acreditamos que o gosto pela Geografia Militar levou Paula Cidade a produzir, com apoio em obras alemãs de tática, seu primeiro livro sob o título *Noções e problemas de leitura de cartas*, sistematizando e ampliando ensinamentos desconhecidos então pela imensa maioria dos oficiais, os quais foi obrigado a absorver, como autodidata, ao ser encarregado, ainda como aspirante, na Praça do Portão, em Porto Alegre, de ministrar instrução de jogos de guerra, denominação imprópria para, em realidade, exercícios na carta.

De 1924-30, como capitão, serviu no histórico e tradicional então 1.º Regimento de Infantaria. Comandou a 1.ª Cia do 3.º Batalhão que estava à disposição da EsAO. Teve como subalternos os tenentes Paulo Lobo, morto na Revolução de 30, e Juracy Magalhães. Nestas funções realizou incontáveis reconhecimentos no terreno à luz de cartas topográficas, para o Diretor da Missão Militar Francesa da EsAO.

Como instrutor de História Militar, recebeu o encargo do Comandante Cel José Pessoa, de introduzir a Geografia Militar na Escola Militar do Realengo. Disse-lhe então, "para ele o que foi o maior comandante que teve a Escola Militar em toda a sua vida e um dos mais destacados militares de seu tempo".

"Capitão Cidadel Não recuse ser instrutor de Geografia Militar, pois a meu ver você é a única pessoa capaz, conforme provas que já deu em outras escolas."

Com as muitas notas de aulas no curso da ECEME e um pouco mais escreveu Cidade em suas *Memórias*: "Surgiu um livro que teve grande repercussão no estrangeiro — *Notas de Geografia Militar Sul-Americana*, que a Escola Militar mandou imprimir. Este trabalho foi editado pela Biblioteca Militar em 1942".

De seus movimentados contatos com a geografia militar em sua subunidade que apoiava a EsAO, foi chamado para o Estado-Maior do Exército onde lhe foi confiada a chefia da Seção de História e Geografia Militar e a chefia da *Revista Militar Brasileira*. Assuntos de sua preferência e nos quais firmara sua reputação no centenário da *Batalha do Passo do Rosário*.

De 22 Fev 1930 a 24 Abr 1932, além da chefia de sua Seção e o combate a Revolução de 30 em Minas, atuou exclusivamente em Geografia Militar. Assim, lecionou na Escola de Intendência e Geografia Econômica com aplicações militares e ministrou curso de Geografia Militar, na ECEME, como conferencista. Nele inspirou suas famosas *Notas de Geografia Militar Sul-Americana*. Na época de comandante de Cia no 1.º RI, ele era encarregado dos temas táticos enviados ao comando de sua Brigada pela Região Militar.

Seu derradeiro trabalho publicado, *Dois ensaios de História*, é uma combinação de Sociologia, Geografia e História Militar. O segundo é mais precisamente um trabalho de geo-história no sentido de explicar a história do Rio Grande do Sul pela sua geografia e já pu-

blicado pelo Congresso de História e Geografia do RS em 1937, em seus *Anais*. Fez este ensaio com originalidade e espírito nativista. Seus estudos de geografia militar sul-americana merecem continuidade em nossas escolas militares, como essência do espírito da Geografia Militar, assunto que forneça aos instruídos uma visão dos aspectos topotáticos e topoestratégicos essenciais ao estudo do terreno pelos EM, em qualquer escalão tático e estratégico considerado.

E, mais, estudo que deve atingir estágio visando não só a aspectos geográficos militares físicos, mas os econômicos, políticos e sociais que possam enquadrar-se em geografia militar de interesse do planejamento e condução de operações militares. O Cel Ruas Santos procura provar que, se os americanos tivessem levado em conta aspectos geográficos militares sociais sobre o Vietnã, teriam conduzido aquela guerra de outra forma ou mesmo a evitado. Isto com apoio em levantamento das guerras que tiveram lugar naquela península em milênios, à luz da Enciclopédia Britânica.

O HISTORIADOR PAULA CIDADE

Paula Cidade foi, no cerne, um historiador militar. Seus estudos tomaram corpo e passaram a ser publicados em função do Centenário da Batalha do Passo do Rosário em 1927, quando servia no Estado-Maior, Seção de História e Geografia Militar, junto com o Ge-

neral Tasso Fragoso, chefe daquele órgão que então escreveu um clássico sobre aquela batalha.

Sobre o tema, Cidade editou: *O Soldado de 1827*, "Uma Brigada de Cavalaria na Cobertura", Histórico "da Campanha de 1825-28" etc., além de preparar e anotar a caderneta de Seveloh. Seus estudos prosseguiram num crescendo, focalizando a guerra contra Oribe e Rosas 1850-51, guerra contra Aguirre 1864 e guerra com o Paraguai 1865-70. Desse confronto de estudos produziu o clássico *Lutas no Sul com espanhóis e descendentes*, 1948, complementado em 1960 pelo ensaio dirigido aos candidatos à ECEME. "O que é indispensável saber sobre nossas intervenções no Prata". Prosseguindo seus estudos sobre literatura militar brasileira, editou em 1959 o clássico *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*, ponto de passagem obrigatório para quem depois deseje estudar a História Militar Terrestre Brasileira.

O último trabalho publicado encerrou um ensaio complementar ao esboço biográfico do Marechal José de Abreu — Barão de Serro Largo, realizado pelo Barão do Rio Branco e, na época, passaporte do grande diplomata e historiador para seu ingresso, muito jovem, no Instituto Histórico e Geográfico.

O SOCIÓLOGO MILITAR

Paula Cidade foi, de fato, o maior sociólogo militar das forças terrestres brasileiras. Neste parti-

cular, realizou obra literária sem igual até o presente. Seus estudos a respeito tiveram início em 1909, como aspirante a oficial, quando serviu três meses em Cruz Alta. Lá começou então a observar e registrar os costumes militares brasileiros. Através dos tempos, foi uma característica relevante de sua obra. Dentro desse espírito ele produziu o seu primeiro livro em 1922 sob o título *O Soldado de 1827*.

Em 1939, no cinquentenário da República, ele produziu o trabalho *O Soldado de 1889* para a obra *A República Brasileira*. Junto com Bertoldo Klinger estudou os "Brummer" — A Legião Prussiana (1º Reg Art, 1º RI e 2 Cias de Pontoneiros) contratados pelo Brasil para lutarem contra Rosas em 1851-52. Assunto que tratei em meu livro *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RS*. Porto Alegre, IEL, 1975. A sua obra — *Síntese de quatro séculos de literatura militar*, está recheada de valiosas informações sociológicas militares brasileiras, bem como a sua outra obra — *Cadetes e alunos militares através dos tempos* em 1961, que preserva importantes informações relacionadas com os costumes e tradições militares em nossas escolas militares.

Em suas *Memórias* inéditas e em fase de estudos para possível publicação e que tivemos a honra e o privilégio de estudar, para elaborarmos este ensaio, Paula Cidade nelas registrou dados relevantes sobre costumes nos locais onde serviu de 1902-1948.

O HOMEM

Paula Cidade em corpo e alma foi produto do meio físico e mental do Rio Grande do Sul, onde nasceu, se criou e se tornou adulto. Meio físico e mental que ele estudou e definiu de modo ímpar em sua obra — *Dois Ensaios de História*. Ele mesmo se questionou no início de suas *Memórias*:

"Quantas vezes não tenho agido errado ou com acerto, transportando-me inconscientemente para a terra onde nasci e me criei, colocando-me sob a influência de meus ancestrais que surgiram inesperadamente em minhas atitudes, embora recondicionados. Vez por outra, sem o querer, emergo do meio rio-grandense de minha infância e juventude."

Cidade era um homem forte. Sua vida sempre foi morigerada, comia muito pouco, não fumava, não bebia e gastava o mínimo necessário. Sua única diversão era a pesquisa histórica, assunto em que concentrava suas atenções nas folgas de profissional militar dedicado. A parte logística e familiar ficava por conta de sua esposa, D. Estelita.

Extremamente católico, tinha muito orgulho cristão de haver por duas vezes falado com o Papa. Ao perder sua primeira esposa em 1946, mudou-se do Grajaú para a Praia do Russel para ficar mais perto das instituições culturais de que necessitava. Foi soldado corajoso, de elevado senso de justiça, boa rusticidade, frugal e que sabia alternar com equilíbrio as virtudes de firmeza e doçura, características do

gaúcho histórico e que encontraram em Osório um expoente.

ÚLTIMOS TEMPOS DE CARREIRA

Em 23 de julho de 1949 partiu para a Itália integrando a FEB como membro do Conselho Supremo de Justiça Militar, órgão submetido a pressões e a incompreensões no Brasil e na Itália. Dessa sua missão que durou até 13 de dezembro, ele não guardou boas lembranças. Pois o Conselho não foi bem sucedido, não funcionou a tempo e teve seu trabalho anulado pela Anistia. Suas impressões de grande valor sobre sua missão foram registradas em suas *Memórias*, em *Nápoles e um pouco mais* e em obras inéditas sobre Nápoles e a História da Justiça Militar.

De retorno da Itália passou a presidir a Bibliex de 12 Jul 45 até 5 Jul 48, data de sua passagem para reserva como General de Divisão, depois de 46 anos de excelentes e modelares serviços prestados ao Exército na paz e na guerra. Na Reserva, passou a dedicar-se aos seus estudos e produzir suas *Memórias* sob o seguinte argumento:

"Desde que, pela minha passagem para a Reserva, fui sepultado no esquecimento, tomei resolução de escrever minhas *Memórias*, com o fito de legar à História um depoimento que, talvez tenha interesse para os que, mais tarde, queiram saber certas particularidades da curva imaginária que o Brasil vem descrevendo, na sua interminável marcha para o infinito do calendário. De onde viemos? para onde vamos?"

Sobre estímulos de sua segunda esposa D. Nera, Cidade passou o resto dos seus dias dedicados à literatura. Ora escrevendo, ora fazendo conferência, ora participando de eventos do Pen Clube. Enfim dando uma finalidade social relevante aos seus dias e compatível com o seu passado de soldado.

Faleceu em 5 de março de 1968 no HCE, foi sepultado no sarcófago perpétuo 394, Ala 4 do Cemitério São João Batista.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil o homenageou na ocasião, através de sua Revista Vol XLII — 1º sem, 1968, pág. 168.

ALGUNS PENSAMENTOS

1. Sobre o progresso na primeira metade do século:

"Tudo passa rápido, do que na realidade nos parece. A transmissão de um pensamento, dos que vivem em regiões afastadas entre si e que outrora exigia meses e anos, passa a fazer-se em poucos minutos pelo telefone ou por outros meios básicos. O avião abole as distâncias, como o rádio passa a propagar o pensamento, bom ou mau, através do espaço e as idéias rápido se expandem. Contudo isto, montanhas, rios e florestas já não são obstáculos a homogeneização dos costumes e cada vez mais reduzidas as probabilidades de civilizações localistas e fechadas sobre si mesmas. A máquina e as facilidades de comunicações se tornaram denominador comum de todas elas. Os homens que viveram o último meio século (1900-1950) testemunharam o ocaso de uma ci-

vilização e o amanhecer de outra. Eu fui um desses homens."

2. Sobre o Pensamento Militar português (sua interpretação):

"Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios."

3. Marcos da evolução militar terrestre (sua interpretação):

"Há na evolução das instituições militares brasileiras, quanto ao Exército, cinco pontos culminantes:

a) A vinda da Família Real de Portugal para o Brasil, o que deu às forças locais de terra importância que anteriormente lhes eram negadas.

b) A Guerra do Paraguai, que culminou com uma experiência técnico-administrativa que durou mais do que devia.

c) A criação da Escola de Guerra de Porto Alegre, que modificou profundamente o preparo profissional dos oficiais do Exército, complementada pela decretação do Serviço Militar Obrigatório.

d) A contratação da Missão Militar Francesa que, em 20 anos de trabalho, recondicionou o pensamento militar brasileiro, atualizando-o.

e) A intervenção do Brasil na 2ª Guerra Mundial, que proporcionou a certo número de oficiais um reconhecimento real do campo de batalha moderno, permitindo-lhes encarar as consequências da intervenção atômica, nas guerras do futuro..."

4. Impressões de um combate na Revolução de 30 (sua visão do

campo de batalha na Remonta, na Revolução de 30):

"Um campo de batalha, à noite, quando os adversários se enfrentam a curta distância, apresenta um quadro que nenhuma pena pode descrever, porque ainda não se inventou um meio de reproduzir literalmente a eclosão simultânea de numerosos aspectos terrificantes. A escuridão da noite acarreta a possibilidade de surpresas reais e imaginárias, os cadáveres encontrados pelo caminho, os feridos transportados para a retaguarda ou que se arrastam sozinhos, os estampidos das armas de toda espécie, os gritos dos combatentes, os clarões sinistros dos incêndios que se divisam ao longe, a fadiga do corpo e da alma, as incertezas relativas ao que os acasos nos reservam, tudo enfim conspira contra os que se habituaram a esse namoro com a morte. A maioria dos homens suporta tudo isso com resignação, principalmente quando há prévia separação mental. Poucos são os que fogem a esta regra."

5. Palavras de encerramento de suas *Memórias* referente às injustiças de que foi alvo ou vítima:

"Agora a confissão de um pecador não arrependido: meu grande erro na vida foi o de crer que aquilo que eu não faria contra o direito alheio, outros fariam com os meus. Erro ou doença adquirida em tenra idade, na minha grande escola que foi o meu lar onde se dizia, insistindo nesse erro, que o mundo é justo e dá a cada um aquilo que de direito lhe toca."

Esta é a síntese da vida e obra de Paula Cidade, aqui evocada no

centenário de seu nascimento com uma justa homenagem e de reconhecimento às mesmas e um primeiro inventário sereno da posteridade agradecida pelas valiosas lições que ele proporcionou.

OBRA LITERÁRIA DE PAULA CIDADE

A obra literária produzida por Cidade e a seguir relacionada é alentada. Consta de livros publicados na Bibliex e de enorme lista hemerográfica de trabalhos publicados nas revistas *Militar Brasileira* (atual "do Exército" que dirigiu), *Defesa Nacional*, *dos Militares*, *Nação Armada* e nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Comércio*, *do Rio*, *Estado de São Paulo* e *Correio do Povo*. Usou o pseudônimo de M. T. Camilo Eugênio.

Como trabalhos inéditos, deixou:

"Memórias", "História da Justiça Militar" de fundo histórico, "Visões da Itália" e "A luz do lampião de querosene", conjunto de "causos" e lendas de natureza folclórica gaúcha no entendimento geral ou de natureza tradicionalista ou nativista, no entendimento gauchesco.

Integrou como ocupante da cadeira nº 3 que tem como patrono o Barão do Rio Branco, o Instituto de Geografia e História do Brasil, do qual foi um dos fundadores. Hoje é patrono da nova cadeira nº 88, que tenho a honra de ocupar. Foi membro correspondente dos institutos históricos e geográficos do Rio Grande do Sul, São Paulo e cidade de Santa Maria. Igualmente

das academias Fluminense, Paraense e Sul-Riograndense de Letras, da Associação Amigos de Simancas, Pen Club, Estudos Históricos da Bolívia e Comissão de Estudos de Textos da História do Itamarati. Integrou comissões organizadoras do IBGE, da BIBLIEX e Arquivo do Exército. Recebeu as medalhas e condecorações: Mérito Militar (grande oficial); 40 anos de bons serviços; da Campanha da FEB; de Guerra; Jurídica Militar (Alto Mérito) e de Comandante da Legião do Mérito dos EUA. Foi Comendador da Ordem dos Andes (Bolívia). Recebeu ainda as medalhas comemorativas: Santos Dumont; Cinquentenário da República; Sesquicentenário da AMAN; Solidariedade da Itália e Centenário de Rio Branco. Paula Cidade falava francês e italiano e traduzia alemão. Estas foram importantes ferramentas para transferência de "know-how" militar na fase da Reforma Militar.

Publicou alguns trabalhos na Itália que foram vertidos para o italiano por sua ilustríssima esposa D. Nera Ponsiglione Cidade, que fora professora de literatura brasileira na Itália, além de estudiosa de Machado de Assis, cuja obra despertou a atenção de Paula Cidade nos seus últimos anos de vida.

Paula Cidade, um escritor e soldado a serviço do progresso do Exército, na Reforma Militar deixou alentada obra bibliográfica e hemerográfica a seguir relacionada. É talvez o ponto alto da presente contribuição no centenário de seu nascimento e o tributo mais significativo à preservação e culto

de sua memória, até agora ímpar como escritor e modelar como profissional militar, a homenagem da *Defesa Nacional* a um de seus fundadores, secretário, quando essa revista comemora 70 anos de existência.

Bibliografia e Hemerografia do General Francisco Paula Cidade (1883–1968)

- 1910 — *A verdadeira e a falsa nação armada*. Porto Alegre, Liv. Americana, cerca de 1910 (Tiro de Guerra 4 de Porto Alegre), 42 pp.
- 1913 — *Manual do sinaleiro*. Porto Alegre, Liv. Americana—Cunha, 1913.
- 1921 — *Noções e problemas de leituras de cartas*. Rio, 1921. (Separata da Revista dos Militares de Porto Alegre.)
- 1924 — *O soldado de 1827*. Rio, Imprensa Nacional, 1927. (Separata da Revista Militar Brasileira — RMB.)
- 1928 — *O Exército Brasileiro na Colônia, in Pródromos da Independência*. Rio, Imprensa Nacional, 1928, 58 pp.
- 1930 — *A nossa gente: Paissandú e Leandro Gomes*. Rio, Imprensa Nacional, 1930 (sobre a guerra contra Aguirre, 1864).
- 1930 — *O domínio da Bacia Hidrográfica do Prata*. Rio, Imprensa Militar, 1930.
- 1930 — Prefácio e notas in *Reminiscências de campanha de 1827*. (Separata da RMB n.º 1, 1980.)
- 1931 — *Uma Brigada de Cavalaria Ligeira no Serviço de Cobertura*. Rio, Imprensa Militar, 1931 (Separata da RMB). Sobre a missão do Gen Bento Manuel, em Passo do Rosário.
- 1934 — *Notas de geografia militar sul-americana*. Rio, Escola Militar do Realengo, 1934, 1 ed e Bibliex 1942, 2 ed.
- 1939 — *O soldado de 1889 in A República Brasileira*. Rio, Bibliex, 1939.
- 1939 — *Florianópolis no vale Uruguai, 1865, in Florianópolis*. Rio, Bibliex, 1939.
- 1941 — *O Barão do Rio Branco*. Rio, DIP, 1941 (Seu discurso de posse no IGHMB e de sua recepção no mesmo pelo Ten Cel Jonas Correia).
- 1941 — *Las bases naturales de la buena vicinidad in Fuerzas Armadas de América*. t. 1, Buenos Aires, 1941.
- 1946 — *Nápoles e um pouco mais*. Rio, Bibliex, 1946.
- 1948 — *Lutas no Sul com espanhóis e descendentes*. Rio, Bibliex, 1948.

1955 — Duque de Caxias in *Vidas de Estadistas Americanos*. Porto Alegre, Livraria Globo, 1955, pp. 219-413.

1959 — *Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio, Bibliex, 1959.

1960 — *O que é indispensável saber sobre as nossas intervenções no Rio da Prata*. Rio, Imprensa do Exército, 1960 (Separata da RMB).

1961 — *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio, Bibliex, 1961 (Sesquicentário da AMAN).

1966 — *O Rio Grande do Sul — Explicação da História pela Geografia in Dois ensaios de História*. Rio, Bibliex, 1966.

1966 — *Mal José Abreu — Barão de Serro Largo in Dois ensaios de História*. Rio, Bibliex, 1966.

Hemerografia parcial de Paula Cidade

1 — Publicados na *Defesa Nacional* (e relacionados no índice do Cel Francisco Ruas Santos, na Administração da Revista). Subsídios Táticos. Os fanáticos. Recrutamento de oficiais. Exércitos estaduais. Em torno do Contestado. Em torno de um Relatório. Colégios Militares. Dois Assuntos. Reflexões. A Velha Infantaria. Notas e curiosidades. Um novo Regulamento. Organização Regional. A doutrina e os processos de exercícios. O desenvolvimento em setor determinado. A localização dos Corpos de Tropa do RGS. Armamento de Infantaria. Tradições internacionais no Rio da Prata. História Militar do Brasil do Cap Genérico Vasconcelos. Os cadetes. Operações estratégicas defensivas (Van der Goltz). Em defesa de nossa língua. Oficiais de Estado-Maior. Escola Militar. O problema da segurança. O desaperto. O fator moral na campanha de 1825. O centenário de Passo do Rosário. As DI. Observações sobre a organização da Infantaria. O Marquês de Barbacena e as promoções ao seu tempo. A Defesa Nacional e sua História (revista). Osório, sua vida e gestos. A prata da casa. Questões administrativas. Vinte e sete anos mais tarde. Chefes de Cavalaria — galeria. Boletim de Informações da Bibliex. O túmulo de Virgílio. Trinta e cinco anos mais tarde. Confissões de um veterano.

2 — Publicados na *Revista Militar Brasileira* e relacionados em índice do Cel Francisco Ruas Santos, na administração da Revista, ora *Revista do Exército*: (1930) O Soldado de 1827. Municionamento e remuncionamento. Pequenas frações de Infantaria. O domínio da Bacia do Prata. Concurso a ECEME — orientação. O Exército Russo dos Soviéticos (trad.) e uma Bda Ligeira na Cobertura (1931). Como estudar um ponto de História. Ataques aéreos em massa (trad.). (1941) — Cavalo ou



ARMAMENTOS NA AMÉRICA DO SUL

N. F. Lavenère-Wanderley

Dentro do chamado Terceiro Mundo, a América do Sul é uma das regiões do globo terrestre que mais tem se armado nos últimos quinze anos; mais do que a América do Sul temos somente o Oriente Médio, a África e o Extremo Oriente. Isso representa uma mudança grave que está a exigir a atenção dos brasileiros.

A venda de armas entre países tem se tornado um instrumento importante no cenário da política internacional. A aquisição de certos tipos de armamentos provoca um efeito reflexo em outros países da mesma região. A venda de armas a um determinado país pode representar apoio político e pode envolver um acréscimo da área de influência. A União Soviética vendeu armas ao Peru em condições muito favoráveis de juros e prazos; com isso estabeleceu uma área de influência na América do Sul.

As compras de armas podem acarretar grandes conseqüências de caráter econômico e militar; o desenvolvimento de uma indústria

bélica própria e a aquisição de tecnologia relacionada com os armamentos constituem prioridades para a maioria dos países. A venda de aviões de caça supersônicos norte-americanos F-16 "Falcon" à Venezuela introduz, pela primeira vez, um avião dessa categoria avançada na América do Sul, com inevitável repercussão nos países vizinhos.

O Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisas sobre a Paz ("Stockholm International Peace Research Institute — SIPRI) publica, anualmente, um almanaque, o "SIPRI Yearbook", contendo numerosos dados sobre as despesas militares dos vários países, sobre a compra e venda de armamentos feitas por todos os países, assim como sobre a compra de licenças de fabricação.

As figuras e os quadros que se seguem permitem avaliar melhor a questão dos armamentos na América do Sul e caracterizar os países que estão se armando mais, tanto em quantidade como em qualidade dos armamentos.

Figura 1

QUADRO INDICATIVO DAS PORCENTAGENS DAS IMPORTAÇÕES
DE ARMAMENTOS, DE MAIOR PORTE, FEITAS POR PAÍSES DO
TERCEIRO MUNDO ("SIPRI Yearbook 1983" – página 271
– Stockholm International Peace Research Institute)

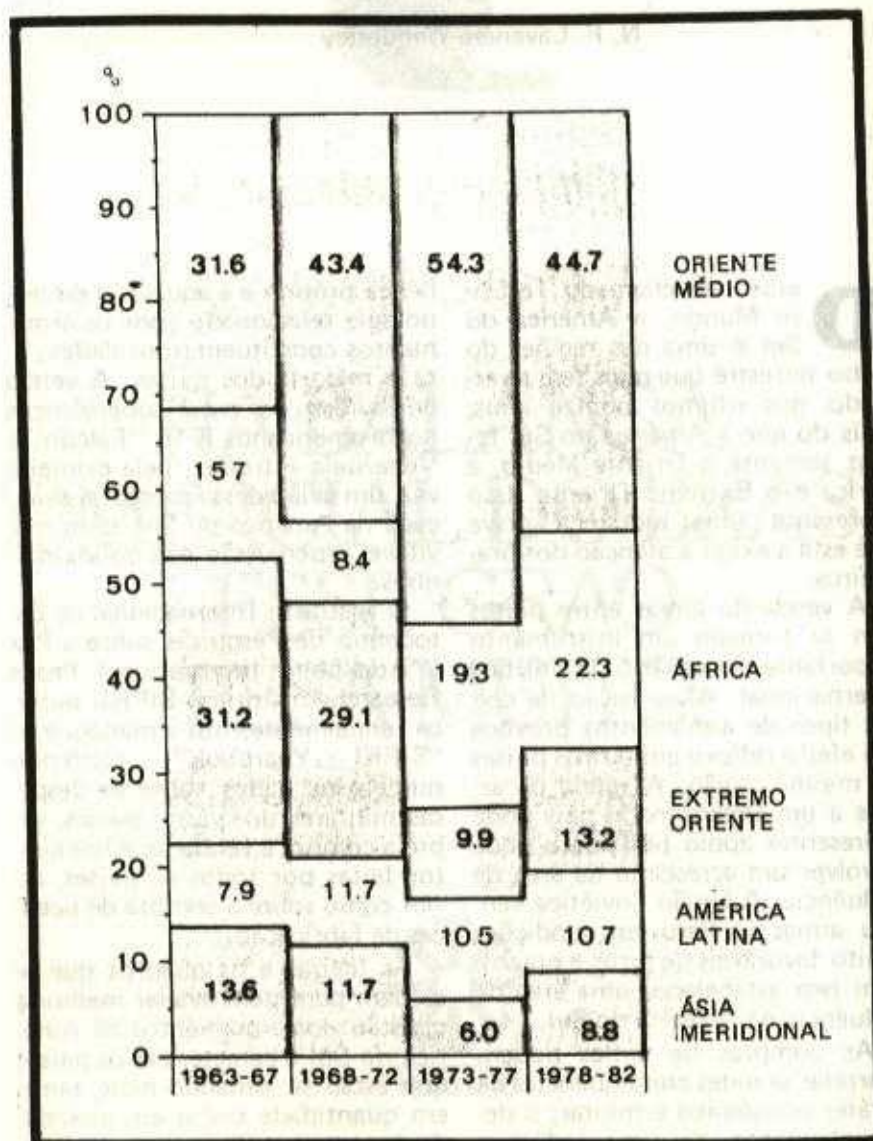
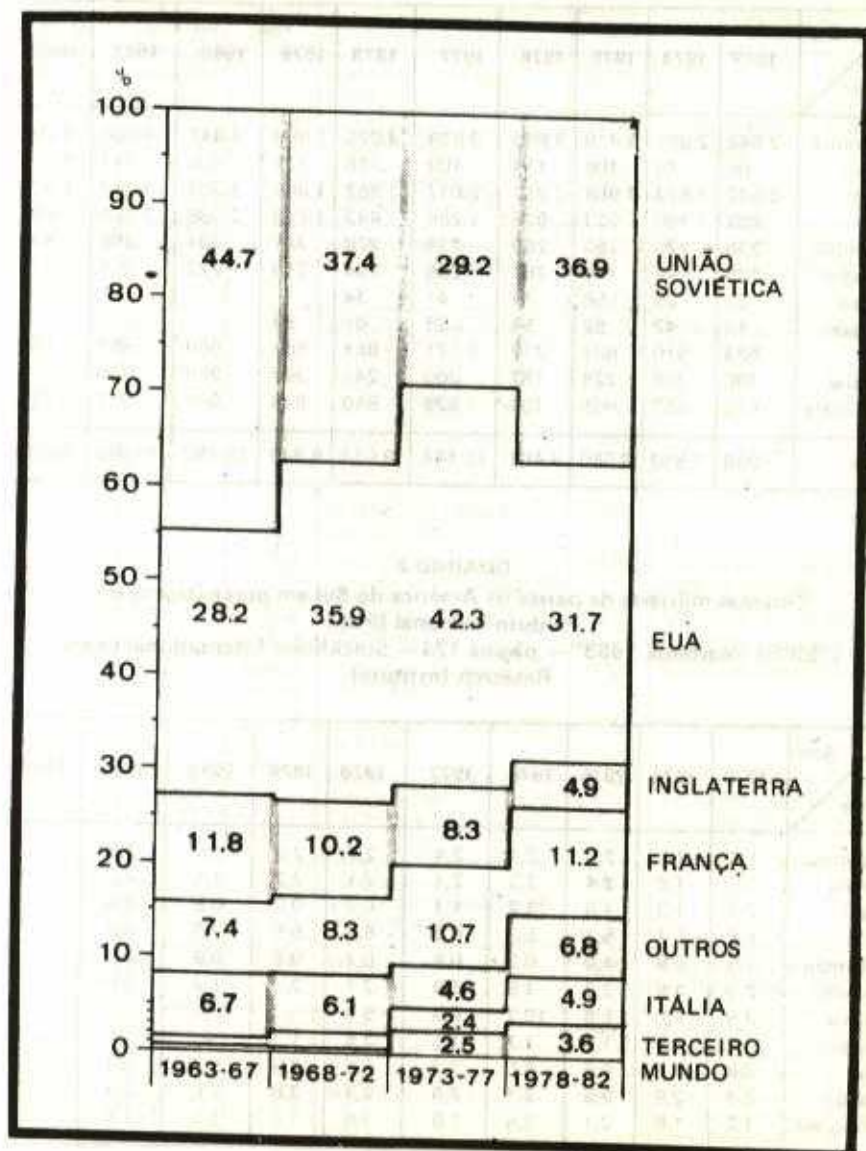


Figura 2

QUADRO INDICATIVO DAS PORCENTAGENS DAS EXPORTAÇÕES DE ARMAMENTOS, DE MAIOR PORTE, FEITAS PARA OS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO (inclusive as exportações feitas por países do Terceiro Mundo) – ("SIPRI Yearbook 1983" – Stockholm International Peace Research Institute)



QUADRO 1

Despesas militares de países da América do Sul em milhões de dólares, com os valores corrigidos para o ano de 1980

("SIPRI Yearbook 1983" – página 166 – Stockholm International Peace Research Institute)

Ano Países	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Argentina	2.642	2.691	3.419	3.890	3.979	4.025	3.980	3.942	4.106	9.795
Bolívia	66	76	104	114	109	118	121	106	141	—
Brasil	2.672	1.873	1.988	2.212	2.017	1.867	1.665	1.303	1.354	1.513
Chile	802	1.196	923	971	1.285	1.443	1.728	2.038	1.761	1.762
Colômbia	238	228	253	260	238	220	241	301	269	599
Equador	125	144	176	161	268	204	210	222	215	178
Guiana	20	29	56	79	47	34	—	—	—	—
Paraguai	45	42	52	54	58	61	56	—	—	—
Peru	533	516	681	772	1.121	851	667	980	857	850
Uruguai	198	238	224	187	200	241	299	258	336	—
Venezuela	618	857	965	704	825	850	848	907	912	920
Total	7.959	7.890	8.840	9.403	10.147	9.913	9.849	10.150	10.042	16.570

QUADRO 2

Despesas militares de países da América do Sul em porcentagens do Produto Nacional Bruto

("SIPRI Yearbook 1983" – página 174 – Stockholm International Peace Research Institute)

Ano Países	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Argentina	1,8	1,7	2,0	2,4	2,4	2,7	2,6	2,6	2,8	—
Bolívia	1,6	1,8	2,4	2,3	2,1	2,1	2,2	1,9	2,3	—
Brasil	2,1	1,3	1,3	1,2	1,1	0,9	0,8	0,5	0,6	—
Chile	5,9	6,7	5,7	5,3	6,2	6,4	6,5	7,3	6,0	—
Colômbia	1,0	0,9	1,0	0,9	0,8	0,7	0,8	0,9	0,8	—
Equador	2,0	1,9	2,3	1,9	2,9	2,1	2,0	1,9	1,9	—
Guiana	3,5	4,0	6,6	10,7	6,9	5,1	—	—	—	—
Paraguai	1,7	1,5	1,7	1,7	1,6	1,5	1,3	—	—	—
Peru	3,8	3,5	4,6	5,0	7,3	5,5	3,9	5,7	5,1	—
Uruguai	2,4	2,8	2,6	2,1	2,3	2,7	3,0	2,6	3,4	—
Venezuela	1,7	1,8	2,1	1,4	1,6	1,6	1,4	1,5	1,6	—

QUADRO 3

Relação dos armamentos mais importantes adquiridos por países da América do Sul nos últimos anos (segundo os dados publicados no "SIPRI Yearbook 1983" do Stockholm International Peace Research Institute — páginas 273 a 297 e 307 a 337)

Pais comprador	Pais vendedor	Quantidade	Armamento	Ano da compra	Observação
Argentina	Alemanha Ocidental	2	Submarinos do tipo 1700	1977	1ª da série a ser entregue em 1983
		4	Destróiers do tipo "MEKO 360"	1979	
		2	Lanchas rápidas de combate tipo 148	1979	
	Espanha	5	Lanchas de patrulha da classe "HALCON"	1979	Deslocamento 900 toneladas; plataforma de helicóptero
	França	20	Mísseis ar-superfície "EXOCET"	1979	Para armas os aviões Super-Etandard
		36	Carros blindados do tipo ERC-90 "LYNX"	1979	
		60	Carros blindados do tipo ERC-905 "SAGAIE"	1981	
		1.000	Mísseis anti-tanque do tipo "HOT"	1980	
		24	Mísseis superfície-superfície "OTOMAT 2"	1979	Para serem instalados nas fragatas Meko 140
		Várias dezenas	Mísseis ar-ar R-550 "MAGIC"	1981	50 foram entregues antes da Guerra das Malvinas
		Várias dezenas	Mísseis superfície-ar "ROLAND-1"	1981	Montados sobre viaturas
		12	Helicópteros SA-315B "LAMA"	1978	Para o Exército
		14	Aviões de caça e para ataque ASW "SUPER-ETANDARD"	1982	5 foram entregues antes da Guerra das Malvinas e os restantes em fins de 1982
	Israel	22	Aviões de caça "NESHER" semelhantes ao "MIRAGE"	1982	
	Itália	48	Mísseis superfície-ar	1979	Para armar os destróiers do tipo "Meko 360"
	Peru	10	Aviões de caça "MIRAGE 5"	1982	Entregues durante a Guerra das Malvinas
Bolívia	Bélgica	52	Aviões de caça F-104A	1982	Fabricação norte-americana; estavam sendo usados na OTAN

País comprador	País vendedor	Quantidade	Armamento	Ano da compra	Observação
		12	Carros blindados leves "SCORPION" FV-101	1982	
	Brasil	6	Helicópteros SA-315B "GAVIÃO"	1981	
		12	Aviões de treinamento T-25 "UNIVERSAL"	1979	
Brasil	Alemanha Ocidental	2	Submarinos do tipo 209	1982	Um deles está sendo construído sob licença no Brasil
	Canadá	12	Aviões de transporte DHC-5D "BUFFALO"	1982	
	Israel	8	Helicópteros 205 UH-1D	1982	
Chile	Alemanha Ocidental	2	Submarinos do tipo 209	1980	
	França	21	Tanques pesados AMX-30B	1981	
	Vários		Mísseis superfície-ar montados sobre viaturas R-440 "CROTALE"	1981	
	Espanha	62	Aviões de treinamento e de ataque C-101	1980	50 serão montados no Chile
	Inglaterra	2	Fragatas da classe F-30	1981	
		3	Aviões de bombardeio e reconhecimento "CANBERRA" PR-57	1981	
		2	Destróiers da classe "CONTY"	1981	
		12	Aviões de caça e ataque "HUNTER" FGA-9	1982	
		4	Mísseis superfície-superfície "EXOCET" MM-38	1981	Para destróier da classe "CONTY"
		8	Mísseis superfície-superfície e superfície-ar "SEACAT"	1981	Para destróier da classe "CONTY"
Colômbia	Alemanha Ocidental	4	Fragatas do tipo FS-1500	1980	
	Brasil	100	Blindados do tipo EE-9 "CASCAVEL"	1981	Em 1982 foram entregues 20
		100	Blindados do tipo EE-11 "URUTU"	1981	Em 1982 foram entregues 15

País comprador	País vendedor	Quantidade	Armamento	Ano da compra	Observação
	França	32	Mísseis superfície-superfície "EXOCET" MM-40	1980	Para armar 4 fragatas
	Israel	12	Aviões de caça "KFIR" C-2	1981	Armados com mísseis ar-ar e ar-superfície
	EUA	4	Aviões de transporte C-130H "HERCULES"	1982	
		1	Avião de transporte Boeing 707-320B	1982	
		12	Helicópteros UH-1H 205	1981	
		12	Aviões de treinamento T-37	1982	
		Vários	Mísseis superfície-ar e superfície-superfície "SEASPARROW"		
Equador	Brasil	14	Aviões de ataque EMB-326 "XAVANTE"	1982	
	Canadá	4	Aviões de transporte DHC-5D "BUFFALO"	1981	
		6	Aviões de transporte DHC-6 "BUFFALO"	1982	
	França	10	Helicópteros AS-332	1982	Para armar 6 corvetas da classe "ESMERALDA"
		24	Mísseis superfície-superfície "EXOCET" MM-40	1982	
		4	Helicópteros SA-242L "GAZELLE"	1981	
	Israel	12	Aviões de caça "KFIR" C-2	1981	
	Itália	24	Mísseis superfície-superfície "ASPIDE"	1982	Para armar 6 corvetas da classe "ESMERALDA"
		6	Corvetas da classe "ESMERALDA"	1979	Semelhantes às corvetas de classe "WADI" compradas pela Líbia
Guiana	Brasil	2	Aviões de patrulha EMB-111 "BANDEIRANTE"	1982	
		Vários	Blindados para transporte de tropa tipo EE-11 "URUTU"	1982	
Paraguai	Brasil	10	Aviões de transporte EMB-110 "BANDEIRANTE"	1977	

País comprador	País vendedor	Quantidade	Armamento	Ano da compra	Observação
		10	Aviões de treinamento e ataque EMB-326 "XAVANTE"	1980	
Peru	Alemanha Ocidental	2	Submarinos tipo 1200	1975	
		4	Submarinos tipo 209	1981	
	Canadá	8	Aviões de transporte DHC-6 "BUFFALO"	1982	
	França	3	Aviões de caça "MIRAGE-5"	1981	
		24	Aviões de caça "MIRAGE 2000"	1982	
	Itália	96	Mísseis ar-ar e superfície-ar "ASPIDE"	1979	48 mísseis destinam-se a armar as fragatas da classe "Lupo"
		14	Aviões de treinamento e ataque MB-339A	1981	
		96	Mísseis superfície-superfície "OTOMAT-1"	1979	48 mísseis destinam-se a armar as fragatas da classe "Lupo"
	Holanda	7	Destróiers da classe "FRIESLAND"	1980	
	União Soviética	Vários	Helicópteros MI-24 HIND-D	1982	
		100	Mísseis superfície-ar SA-7 "GRAIL"	1978	Portáteis
		150	Tanques pesados T-55	1981	
Suriname	Suíça	4	Aviões de transporte BN-2A "ISLANDER"	1981	
	EUA	6	Aviões de treinamento modelo 337	1981	
Uruguai	Argentina	8	Aviões de treinamento e ataque IA-58A "PUCARA"	1980	
	Áustria	Vários	Tanques leves "CUIRASSIER"	1980	
	Bélgica	15	Tanques leves "SCORPION" FV-101	1982	
	França	3	Lanchas rápidas de ataque "COMBATTANTE-2"	1980	Armadas com mísseis "Exocet" superfície-superfície
		12	Mísseis superfície-superfície "EXOCET" MM-38	1980	

País comprador	País vendedor	Quantidade	Armamento	Ano da compra	Observação
	Coréia do Sul	32	Canhões de 105mm rebocados M-101-A1	1982	
	Espanha	5	Aviões de transporte C-212-200	1981	
	EUA	5	Aviões para guerra anti-submarino S2G "TRACKER"	1982	
Venezuela	Alemanha Ocidental	2	Submarinos do tipo 209	1977	
	Brasil	4	Helicópteros AS-350M "ESQUILO"	1982	
	Canadá	19	Aviões de caça CF-5A	1982	Sendo 4 biplaces para a instrução
		1	Avião de transporte DHC-7 "BUFFALO"	1982	
	França	60	Mísseis superfície-ar "ROLAND-2"	1982	
	Itália	144	Mísseis ar-ar e superfície-ar "ASPIDE"	1981	Sendo 24 mísseis para armar as 6 fragatas da classe "Lupo"
		6	Fragatas da classe "LUPO"	1980	Armadas com mísseis "Aspide" e "Otomat"
		48	Mísseis superfície-superfície "OTOMAT-1"	1980	
	Polônia	5	Aviões leves AN-2 "COLT"	1980	
	EUA	2	Aviões de transporte C-130H-30 "HERCULES"	1981	
		18	Aviões de caça F-16A "FALCON"	1981	Sendo 6 do tipo F-16B para a instrução
		2	Helicópteros 214 ST	1982	

QUADRO 4

Relação de armamentos mais importantes cujas licenças de fabricação foram adquiridas por países da América do Sul (segundo os dados publicados no "SIPRI Yearbook 1983" do Stockholm International Peace Research Institute — páginas 344 a 349)

Pais comprador da licença	Pais vendedor da licença	Quantidade	Armamento	Ano da compra	Observação
Argentina	Alemanha Ocidental	4	Fragatas "MEKO-140"	1979	Além de 2 fragatas construídas na Alemanha.
		220	Tanques médios "TAM"	1976	Em 1981 e 1982 foram construídos na Argentina um total de 170 tanques
		4	Submarinos dos tipos 1400 e 1700	1977	2 submarinos do tipo 1700 deverão ser construídos na Argentina
		300	Viaturas de combate para a infantaria — IVC	1976	Semelhantes aos "MARDER MICV"; em 1981 e 1982 foram construídos 125
	França		Carro blindado para transporte de pessoal — VAB	1981	A serem armados com mísseis "HOT" anti-tanques; foram recebidos 2 carros para avaliação
	EUA		Aviões de treinamento Piper "ARROW-3"	1977	Em 1981 e 1982 foram construídos um total de 20 aviões
		120	Helicópteros modelo 500 M	1972	Entre 1977 e 1982 foram construídos 90 helicópteros
Brasil	Alemanha Ocidental	1	Submarino do tipo 209	1982	
		4	Corvetas		
			Mísseis anti-tanque "COBRA-2000"	1981	
	França	200	Helicópteros AS-350 M "ESQUILO"	1978	Programa de construção para um período de 10 anos, a partir de 1979
		30	Helicópteros SA-315 B "GAVIÃO"	1978	Programa de construção para um período de 10 anos, a partir de 1979
		6	Helicópteros SA-330 L "PUMA"	1980	A partir de 1982
	Itália		Aviões de caça e ataque "AM-X"	1981	Início da produção em 1983
		3	Submarinos da classe "SAURO"	1980	

País comprador da licença	País vendedor da licença	Quantidade	Armamento	Ano da compra	Observação
Chile	EUA		Aviões leves de treinamento e de transporte da série "EMBRAER-PIPER"	1974	12 tipos diferentes
	França	2	Navios para desembarque de tanques — LST	1979	
	Suíça		Blindados para transporte de pessoal "PIRANHA"	1980	70 produzidos até 1982
	EUA	134	Aviões de treinamento PA-28 "CHEROKEE"	1980	40 produzidos até 1982
	-	100	Aviões de treinamento T-35 "PILLAN"	1980	Início da produção em 1983; vinte por ano
Colômbia	EUA		Aviões leves da série "CESSNA"	1969	Média de 90 por ano, a partir de 1973
Peru	Itália	2	Fragatas da classe "LUPO"	1974	
		60	Aviões de treinamento e de ataque MB-339A	1981	Incluídos alguns MB-339-K "Veltro" — 2 mais modernos

Os dados sobre despesas militares dos vários países da América do Sul devem ser examinados levando em consideração os respectivos antecedentes históricos, as questões de litígio entre países vizinhos, as reivindicações territoriais, como é o caso das Ilhas Malvinas, o tamanho e o tipo de equipamentos das Forças Armadas dos vários países, o seu produto nacional bruto, o desenvolvimento da sua indústria bélica e as condições geopolíticas dos países ou grupos de países.

Ao examinar o Quadro 2, que indica as despesas militares dos países da América do Sul em porcentagens do Produto Nacional Bruto, vemos que nos sete anos

compreendidos entre 1975 e 1981, inclusive, houve 5 países que se armaram mais e que, proporcionalmente, realizaram maiores despesas militares: a Argentina, o Chile, o Peru, o Uruguai e a Venezuela.

Ao examinarmos o Quadro 3, que dá a relação de armamentos mais importantes adquiridos por países da América do Sul nos últimos anos vemos que, pelos dados do "SIPRI Yearbook 1983":

— a Argentina tem comprado uma grande quantidade e variedade de armamentos na Alemanha Ocidental (submarinos, destróiers e lanchas rápidas de combate), na França (mísseis, carros blindados, helicópteros e aviões de caça), em

Israel (aviões de caça) e na Itália (mísseis); o Peru vendeu à Argentina 10 aviões de caça "Mirage 5", alguns dos quais foram abatidos durante a Guerra da Malvinas;

— que a Bolívia comprou da Bélgica aviões de caça e carros blindados e do Brasil helicópteros e aviões de treinamento; os aviões de caça comprados da Bélgica há poucos anos atrás eram utilizados como aviões de primeira linha na OTAN; o emprego adequado desses aviões, considerados de pilotagem delicada, vai depender da capacidade da Força Aérea Boliviana de estabelecer um complexo sistema de apoio logístico, de suprimento e de manutenção dos referidos aviões;

— o Brasil, além de dois submarinos adquiridos na Alemanha Ocidental, adquiriu aviões de transporte no Canadá e helicópteros em Israel;

— o Chile adquiriu grandes quantidades de armamentos na Alemanha Ocidental (submarinos), na França (mísseis e tanques pesados), na Espanha (aviões de treinamento e de ataque) e na Inglaterra (fragatas, destróiers, aviões de bombardeio, aviões de caça e mísseis);

— a Colômbia comprou armamentos na Alemanha Ocidental (fragatas), no Brasil (blindados), na França (mísseis), em Israel (aviões de caça) e nos Estados Unidos da América (aviões de transporte, helicópteros, aviões de treinamento e mísseis);

— o Equador adquiriu material bélico no Brasil (aviões de ataque), no Canadá (aviões de transporte),

na França (helicópteros e mísseis), em Israel (aviões de caça) e na Itália (corvetas e mísseis);

— a Guiana comprou no Brasil aviões de patrulha e blindados;

— o Paraguai comprou no Brasil aviões de transporte e aviões de treinamento e ataque;

— o Peru comprou grandes quantidades de material bélico: na Alemanha Ocidental (submarinos), no Canadá (aviões de transporte), na França (aviões de caça), na Itália (mísseis e aviões de treinamento e ataque), na Holanda (destróiers) e na União Soviética (helicópteros, mísseis e tanques pesados);

— o Suriname comprou na Suíça aviões de transporte e nos Estados Unidos da América aviões de treinamento;

— o Uruguai comprou grandes quantidades de material bélico: da Argentina (aviões de treinamento e ataque), da Áustria (tanques leves), da Bélgica (tanques leves), da França (mísseis e lanchas rápidas de ataque), da Coréia do Sul (cannhões), da Espanha (aviões de transporte) e dos Estados Unidos da América (aviões para guerra anti-submarino);

— a Venezuela, também, realizou grandes compras de material bélico: da Alemanha Ocidental (submarinos), do Brasil (helicópteros), do Canadá (aviões de caça e aviões de transporte), da França (mísseis), da Itália (mísseis e fragatas), da Polônia (aviões leves) e dos Estados Unidos da América (aviões de caça, aviões de transporte e helicópteros).

Ao estudar as compras de armamentos feitas pelos países da Amé-

rica do Sul chama a atenção o fato de que nenhuma das Marinhas Sul-americanas comprou navios de guerra nos Estados Unidos da América, o que contrasta com as compras realizadas por esses mesmos países nas primeiras décadas após a II Guerra Mundial.

Os países da América do Sul têm procurado desenvolver uma indústria própria de material bélico a fim de diminuir a sua dependência de importações de material bélico fabricado pelas grandes potências.

O Quadro 4 apresenta a relação dos armamentos mais importantes cujas licenças de fabricação foram adquiridas por países da América do Sul. O Brasil chegou a negociar a licença de fabricação de um submarino alemão no Brasil mas o contrato foi rescindido.

O Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) focaliza essa importante questão de armamentos ao estudar o "Tema Estratégico 14 — Armamentos e Orçamentos Militares"; o presente artigo é uma contribuição para os referidos estudos.



O Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley, além dos cursos de formação e aperfeiçoamento, foi brevetado em grande número de tipos de avião. Fez o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (antes da criação do Ministério da Aeronáutica) e da Escola Superior de Guerra. Foi o primeiro oficial brasileiro a cursar o Air Corps Training Center, dos Estados Unidos. Participou do primeiro voo do Correio Aéreo Militar (hoje CAN). Foi Instrutor-Chefe e Comandante da Esquadilha de Aviação da Escola Militar do Realengo. Na II Guerra Mundial exerceu as funções de Oficial

de Ligação Brasileiro, inicialmente junto às Forças Aéreas Aliadas do Mediterrâneo e, em seguida, junto ao Estado-Maior do XXII Comando Aéreo Tático. Acompanhou todas as operações da FAB na Itália, onde realizou treze missões de guerra como piloto em avião de caça P-47 "Thunderbolt".

Como Oficial Superior, foi Comandante da Base Aérea de São Paulo, do CPOR da Aeronáutica e do Comando de Transporte Aéreo. Foi Chefe do Ensino na ECEMAR, Adido Aeronáutico em Buenos Aires e participou da IV Reunião de Consulta dos Ministérios das Relações Exteriores, da OEA. Como Oficial General foi Comandante das 1ª, 4ª e 5ª Zonas Aéreas e da ECEMAR, Assessor Militar do Brasil na ONU, Ministro da Aeronáutica e Chefe do EMFA.

É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do IGHMB e do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (do qual é Presidente).



ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA GUERRA

Ney da Silva Oliveira

1. INTRODUÇÃO

A importância da guerra na evolução das sociedades históricas somente é comparável à importância da caça na evolução da espécie humana. Tal fenômeno social tem-se constituído em um dos principais motivos de atenção da História, embora suscitando interesses menores por parte das modernas ciências sociais, tendentes, sobretudo, a dedicarem seus estudos aos fenômenos de cooperação de intercâmbio não violentos. Todavia, a dimensão dos fenômenos bélicos no nosso século é de tal forma que a eliminação da guerra constitui, hoje, um dos principais valores mundiais, para cuja consecução as ciências sociais procuram dar sua contribuição.

Os conflitos entre sociedades nem sempre são conduzidos com

meios especificamente violentos, isto é, com as respectivas forças armadas. Nos últimos tempos, verificam-se, com frequência, outros tipos de guerra: econômica, psicológica, fria, ideológica etc.

A difusão desses outros tipos de conflitos é característica da situação nuclear, em que os efeitos destruidores da guerra tipo "clauswitziana", isto é, absoluta e total, tornam-na praticamente inaceitável como instrumento de política exterior e de solução de divergências internacionais, pelo menos entre as grandes potências.

Entretanto, estender-se o conceito de guerra também aqueles outros conflitos significaria, praticamente, abarcar a inteira gama de relações internacionais não completamente compreendidas entre as de cooperação e de intercâmbio não violentos, perdendo-se, assim,

o significado analítico do termo. Daí, entender-se como guerra a classe de relações internacionais cujo protagonista é o "guerreiro", ou seja, o soldado, e que compreende, necessariamente, o emprego de forças armadas.

Violência e Força não são prerrogativas de conflitos entre grupos sociais organizados em nações, estados ou impérios. Encontram-se em todos os níveis de relações sociais: entre indivíduos, famílias, comunidades e grupamentos raciais, econômicos ou ideológicos. Todavia, as manifestações bélicas, sob a pena de se perder a especificidade do conceito, como já vimos.

O critério que distingue a guerra das demais formas de violência coletiva é o da *legitimidade*. A sociedade em seu complexo, deve reconhecer como legítimo o uso da força armada como modo de interação social, e isto comporta, por sua vez, a identificação da sociedade e de elementos legitimados a se pronunciarem em seu nome. Normalmente, isso não constitui problema, mas quando a existência e a legitimidade do sistema social são contestadas, como acontece no caso de profundos conflitos sociais internos, de antagonismos regionais, raciais ou ideológicos em uma mesma sociedade, ele se torna de solução bastante difícil.

Em outras palavras, a capacidade de fazer a guerra externa e a de controlar a violência interna constituem dois caracteres distintos e essenciais da sociedade ou do sistema social.

A primeira dessas características é enfatizada nos conceitos de inde-

pendência, soberania, liberdade e/ou auto-suficiência da sociedade em causa; a segunda, nos de consenso, controle, função judiciária ou, de modo mais amplo, poder do sistema social sobre seus subsistemas.

A análise das manifestações bélicas, todavia, demonstra como essas distinções e a própria evolução dos sistemas sociais se fundamentam largamente sobre a vitória ou a derrota das partes conflitantes. Nesse sentido, a guerra constitui, segundo os dizeres de HEGEL, "o juiz da História."

2. GUERRA E EVOLUÇÃO

Quando dois grupos humanos, que se diferenciam quanto aos caracteres raciais ou sócio-culturais, entram em contato, adotam, normalmente, uma sequência de comportamentos característica: da surpresa e estupefação, passam para a difidência, para os conflitos de valores e de interesses.

Na ausência de um superior sistema de controle, tais conflitos assumem formas violentas, que podem-se resolver pela destruição física da sociedade mais fraca, pela morte de seus membros, e com a destruição de sua organização cultural, que, mais cedo ou mais tarde, comporta uma drástica redução demográfica da sociedade vencida, ou com a instauração de uma relação hierárquica entre a sociedade vencedora, dominante, e a perdedora, submissa.

Nesse último caso, podem-se estabelecer, entre as duas, relações econômicas, culturais, sociais e po-

líticas; instauram-se uma ordem e uma lei, nas quais a potência dominadora define o papel da dominada, podendo-se, assim, chegar à criação de um único complexo social. Mas, tudo baseado na força do vencedor.

No caso em que nenhuma das sociedades em contato é suficientemente forte para submeter a outra, tem lugar o retorno ao recíproco isolamento anterior ou a instauração de um "sistema internacional", isto é, o reconhecimento recíproco e o estabelecimento de relações não-violentas e igualitárias entre elas. Trata-se de um caso bastante raro, porque o homem e a sociedade parecem se caracterizar pela intolerância em relação ao "diferente", pela desconfiança ao "estrangeiro".

Uma conclusão importante dessa esquematização é que, à medida em que as sociedades se expandem e estabelecem contato entre si, a militarmente mais forte destrói, absorve ou serviliza a mais fraca; as culturas mais belicosas submetem as mais pacíficas e difundem suas próprias características em um processo em tudo análogo ao da seleção da espécie.

É interessante considerar-se que, assim como a caça fez desenvolver-se as características intelectuais e físicas do homem primitivo, promovendo a evolução de sua linguagem, da sociabilidade de grupo, da cooperação, da mobilidade, da estrutura familiar, da sexualidade etc, também a guerra favoreceu, em larga escala, a expansão da capacidade de organização, dos valores de heroísmo e agressividade e

de capacidade tecnológica dos grupos sociais.

Com efeito, não parece fácil encontrar-se uma solução de continuidade entre a caça e a guerra. Em todos os tempos, os grupos dedicados à caça eram, também, guerreiros, e as técnicas empregadas na primeira são, pelo menos, similares às da segunda. Até época não muito distante dos dias atuais, a caça era considerada a única atividade "pacífica" digna da aristocracia guerreira.

A diferença fundamental entre caça e guerra reside no fato de que a primeira se desenvolve entre o homem e outras espécies animais, enquanto a segunda tem lugar entre grupos da mesma espécie. Biologicamente, essa diferença é fundamental, uma vez que os comportamentos agressivos animais são, geralmente, muito diferentes e têm funções também diversas nos dois casos.

No primeiro, trata-se de atividade unicamente "alimentar", ou, se quisermos, econômica; no segundo, trata-se somente de comportamentos ligados à reprodução da espécie. Ou ainda, no primeiro, a presa é devorada; no segundo, o rival é apartado, pela derrota ou pela morte.

No caso do homem, a distinção não é tão nítida assim, por diversos motivos. Em primeiro lugar, o homem, tornado muito rapidamente um exímio caçador, graças ao uso das armas, não desenvolveu em si mecanismos de inibição biológica em relação à morte de seus semelhantes. Por isso, não se limita a afugentar seus inimigos, como

fazem quase todos os animais em seu comportamento agressivo; pode e quer matá-los.

Em segundo lugar, o homem, diferentemente da maior parte das outras espécies, não é totalmente inibido a devorar seus semelhantes.

O canibalismo é, talvez, um fenômeno menos excepcional no homem do que em outros carnívoros, e, algumas sociedades, a guerra dificilmente se distingue da caça a presas humanas.

Em terceiro lugar — e esta é, provavelmente, a consideração mais importante — o homem é, essencialmente, um animal de cultura e simbolismo, e as diferenças culturais entre grupos humanos diversos podem ser mais importantes que as semelhanças ou identidades meramente biológicas. Os membros de determinado grupo humano, freqüentemente, consideram os de grupos diferentes como sub-humanos, ou não-homens, em relação aos quais não é válido o "tabu do homicídio", normalmente em vigor no âmbito do grupo a que pertencem.

A guerra, em suma, é uma forma de comportamento coletivo tipicamente humano, tornada possível devido a certas características biológicas da espécie "homo sapiens", mas sua difusão encontra explicação somente com base em considerações de ordem social e cultural.

3. A GUERRA COMO PROBLEMA SOCIOLÓGICO

A Sociologia, desde sua origem, tem considerado o problema da

guerra segundo uma perspectiva substancialmente pacífica.

Tanto COMTE (e seu mestre SAINT-SIMON) como SPENCER postulavam uma profunda incompatibilidade entre a sociedade aristocrática e militar, baseada na guerra e nos valores heróicos, e a sociedade democrática e industrial, baseada no trabalho e nos valores racionais. Consideravam a guerra como uma instituição humana historicamente importantíssima, mas fadada a uma inevitável obsolescência ante o progresso técnico, econômico, social e cultural.

Após isso, o problema da guerra parece ter perdido sua posição de relevo nas reflexões sociológicas, podendo-se atribuir esse fato a diversos fatores, tais como:

— a perda do otimismo que animava os "pais" da Sociologia, à medida em que se tornava sempre mais evidente que o advento da sociedade industrial não significava, de fato, o fim da guerra, mas, ao contrário, a sua recrudescência segundo formas cada vez mais destrutivas;

— o enfraquecimento do pensamento histórico-comparativo, no âmbito do qual a guerra não podia deixar de ter um papel muito evidente, em favor do pensamento empírico-sincrônico, pelo qual é mais difícil estudar-se um fenômeno macroscópico como a guerra;

— a especialização das ciências sociais, que encoraja os sociólogos a aprofundarem o estudo dos fenômenos de consenso e das relações de cooperação, em detrimento dos relativos à violência e à guerra, cujo estudo, ao contrário, é atri-

buído a outras ciências humanas, como as ciências políticas, as relações internacionais, a economia, o direito internacional etc, ou a outras disciplinas, como as ciências militares e a estratégia.

Mais recentemente, a guerra parece vir readquirindo uma posição relevante nas reflexões sociológicas, mas de um modo acentuadamente negativo. O problema, atualmente, é mais em relação à paz do que no tocante à guerra, que vem sendo estudada não por curiosidade intelectual, para entenderem-se suas causas e seus mecanismos, e sim com a finalidade de dela extraírem-se ensinamentos, visando a eliminá-la.

O pacifismo das ciências sociais contemporâneas aproxima-se muito das idéias de COMTE e SPENCER, mas reflete uma situação social profundamente mudada. Ao otimismo das idéias daqueles dois sociólogos, seguiu-se o terror nuclear.

Nos estudos atuais sobre o fenômeno guerra, a finalidade crítica freqüentemente suplanta a analítica e trata de condenar e abater o "monstro bélico" sem, antes, reconhecer e compreender suas causas e suas funções sociais.

Podem-se distinguir dois modos fundamentais para se estudar a guerra. O primeiro tende a descobrir suas funções; o segundo, suas causas.

O primeiro é o modo típico do *funcionalismo*, e pode-se afirmar que a Sociologia, como ciência do sistema social, é essencialmente funcionalista, porque a causa mais geral da existência de certos fenô-

menos é que eles têm uma função útil ao sistema, contribuindo para sua sobrevivência e sua expansão. Este é, sem dúvida — ou tem sido durante muito tempo — o caso da guerra.

O segundo considera, também, as outras causas da guerra, aquelas que explicam a manifestação dos fenômenos bélicos mesmo quando não se vêem neles funções positivas ou não são totalmente evidentes seus efeitos negativos. Aqui, a guerra é considerada como uma forma de patologia social, enfoque típico da Sociologia contemporânea, não só por suas motivações mais ou menos radicalmente *pacifistas*, como, também, pelo eclipse da popularidade do funcionalismo e pela difusão de metodologias empíricas, que prescindem daquele, tendendo, ao contrário, à individualização empírica dos *fatores* e das *correlações* da guerra.

O *funcionalismo*, destacando as funções sociais da guerra, tende a sugerir sua imanência e inevitabilidade, pelo menos enquanto não forem encontrados os "equivalentes funcionais".

Quem parte de premissas *pacifistas*, ao contrário, tende a negar a existência de uma função social positiva da guerra. Para o complexo social, o povo, a guerra é somente uma doença social, a ser eliminada.

Esses dois modos de encarar a guerra não são, de fato, inconciliáveis, pois se complementam. O que importa é que os *funcionalistas* não sejam cegos em relação às terríveis disfunções atuais da guerra e não se descuidem de procurar

um modo de substituí-la; e que os *pacifistas* não se esqueçam que a guerra tem exercido, de fato, até nossos dias, uma série de funções importantíssimas na evolução humana e na história social, que explicam sua ubiqüidade, e que ela não pode ser eliminada se suas funções passadas não forem compreendidas e superadas.

O consenso universal sobre o valor da paz não deve ser enganoso. Sobre sua necessidade, estão de acordo muitos que, também, crêem na eternidade e na inevitabilidade da guerra; e muitos que a condenam veementemente continuam a fomentá-la, com os mais diversos interesses. As causas biológicas, psicológicas e sociológicas que, em outras épocas, alimentavam as guerras entre Estados, são atualmente, aproveitadas com freqüência na promoção de violentos conflitos entre grupos organizados, no âmbito dos mesmos (guerras internas), de crescente importância na moderna sociologia da guerra.

4. FUNÇÕES SOCIAIS DA GUERRA

A crença na "idade de ouro" neolítica, na qual a humanidade teria experimentado um bem-estar bastante acentuado, livre de guerras, parece-nos baseada em dados muito precários.

Na realidade, a guerra parece, isto sim, uma instituição universal inerente às sociedades mais "civilizadas" e "evoluídas". Tal universalidade é expressão de sua múltipla funcionalidade.

— Função judiciária

A função mais geral da guerra é a já definida por HEGEL, como a de "juiz da história", ou de mecanismo de resolução de conflitos entre grupos. Ela também corresponde à também famosa definição de CLAUSEWITZ, segundo o qual a guerra é "o prosseguimento da política com outros meios" (diversos da diplomacia).

Essa função encontra explicação nos sistemas não enquadrados em um supersistema que detenha o monopólio da força armada legítima, tais como o sistema internacional. No âmbito dos sistemas controlados, ao contrário, os subsistemas não têm, de um modo geral, o direito de recorrer à violência para dirimir seus conflitos, a não ser em caso de legítima defesa individual.

— Função econômica

A guerra desenvolve uma série de funções de integração no âmbito da sociedade. As mais evidentes são as funções econômicas. A expansão da base de recursos disponíveis constitui um indiscutível mecanismo de integração.

Os homens, desde os primeiros tempos, fazem guerras para conquistarem território ou riquezas. Entre essas últimas, incluem-se, em muitos casos, as mulheres, consideradas como objeto de consumo, e os escravos, considerados como instrumento de produção.

Evidentemente, as funções econômicas são irrelevantes no caso de guerra entre grupos primitivos, pré-agrícolas, carentes de meios de transporte e ignorantes quanto às técnicas de controle social, que

permitem fazer funcionar uma sociedade escravista. Em tais grupos, o escopo econômico da guerra, quando ele existe, refere-se ao controle das terras de caça ou de pasto, ou ao puro e simples canibalismo. Nesses casos, parecem mais importantes outras funções, biológicas ou ritualistas, da guerra.

As funções econômicas da guerra parecem particularmente relevantes no caso de sociedades agrárias, como todas as civilizações historicamente pré-industriais, baseadas na produção agrícola e na acumulação de capitais. Nesse caso, a potência de uma sociedade é diretamente proporcional à extensão do território controlado. E uma vez que o expansionismo aparenta ser uma "lei natural" dos sistemas sociais, o controle do território parece ter sido uma das causas e uma das principais finalidades das atividades bélicas.

A sociedade conquistadora extermina e substitui, pelos seus próprios, os cultivadores precedentes da terra, ou os mantém em situação de servidão. Esse segundo caso apresenta-se como mais freqüente quando os conquistadores pertencem a uma sociedade não agrícola.

As vantagens materiais da guerra em uma sociedade pré-industrial são de tal forma evidentes que dão lugar a sociedades predadoras, cuja base econômica não é o trabalho, mas a guerra; ou a sociedades que, além da agricultura e do pastoreio, praticam-na sistematicamente. Os romanos, dos primeiros séculos, aparentam ter parecido a essa categoria.

A correlação entre sociedade urbano-rural e guerra é de tal forma estreita que alguns autores têm considerado essa última, na sua concepção clássica definida ao início deste trabalho, como uma instituição típica da sociedade baseada no aproveitamento agrícola do território e na concentração dos capitais nas cidades.

Logicamente, a guerra, então, tenderá a desaparecer com o declínio desse tipo de sociedade, já iniciado, segundo alguns.

Trata-se, substancialmente, de uma reformulação das idéias de COMTE e SPENCER, de modo a torná-las aplicáveis depois de cem anos de guerra entre sociedades industriais.

As vantagens econômicas da guerra declinam proporcionalmente ao aumento da destrutibilidade da tecnologia bélica, ao seu custo e, sobretudo, à importância dos fatores não territoriais de produção (conhecimento tecnológico, organização etc).

A persistência do fenômeno guerra, mesmo nos casos em que sua antieconomicidade se mostra indubitável, é matéria de análises causais, mais do que funcionais. Quanto a tal fato, simplesmente se pode acenar com:

- a inércia das instituições, que tendem a sobreviver como tradições, mesmo quando sua utilidade original já não mais existe;

- a distribuição seletiva dos custos e benefícios da guerra; enquanto os custos, geralmente, são suportados pela coletividade, os benefícios podem ser limitados a determinados setores da sociedade, que,

então, continuam a ter interesses econômicos quanto a sua existência.

— *Outras funções integradoras da guerra*

- A integração de um grupo social se promove não apenas pela satisfação de suas *necessidades materiais*, mas, também, atendendo-se às suas *necessidades psicológicas*.

Em outras palavras, as tensões internas, que devem ser mantidas sob controle, não são, somente, as originárias das carências, absolutas ou relativas; derivam, ainda, das *compulsões* ou *instintos* mais ou menos inatos nos indivíduos.

Entre esses, um dos mais importantes parece ser o de *agressividade*. Para quem aceita a tese da origem *exógena* dessa tendência, segundo o esquema *frustração-agressão*, ou para quem aceite a tese do *caráter inato* da agressividade humana, dentro de uma visão psicológica tradicional, ou freudiana, ou etológica, não parece que se possa negar que o homem possua uma notável capacidade de odiar, agredir, destruir e matar.

Essa capacidade deve ser mantida sob controle, para evitar-se que a convivência se torne impossível. Um dos mecanismos principais para controlá-la é o da escolha de um inimigo sobre o qual o homem possa projetar seus próprios instintos violentos.

- Alguns autores — e em particular G. BOUTHOU — sustentam que uma das principais funções da guerra é a manutenção de um certo equilíbrio demográfico (*teoria demográfica da guerra*). A guerra

não causa somente a redução da população absoluta das sociedades beligerantes; particularmente, provoca a redução das gerações mais jovens, primeiras a serem empregadas nos combates. Isto comporta, por sua vez, a manutenção do domínio das gerações mais velhas (*gerontocracia*) e, assim, a estabilidade social, através do enfraquecimento das faixas etárias mais dinâmicas, reprodutoras e potencialmente mais inclinadas às mutações sociais.

Quando se fala de funções sociais da guerra, não são compreendidos, apenas, os fenômenos que servem para a conservação do sistema segundo suas formas anteriores, mas, também, aqueles que promovem uma mutação adaptadora, uma transformação de algumas características suas.

Nesse sentido, a guerra desenvolve, sem dúvida, funções de *evolução e adaptação* das estruturas sociais. Ela imprime à sociedade, como um todo, esforços e tensões enormes, de que podem resultar novas combinações e invenções sociais, inimagináveis em tempo de paz. Reformas, muitas vezes profundas, são uma consequência frequente dos esforços bélicos. Uma das mais importantes funções evolutivas da guerra é, sem dúvida, o desenvolvimento tecnológico, que tem experimentado notável progresso sob as pressões das exigências bélicas. É dispensável citarmos como, nos tempos modernos, as organizações militares têm sido os mais ativos fatores de progresso científico e tecnológico, desenvolvendo pesquisas em todos os campos do saber.

5. CAUSAS SOCIAIS DA GUERRA

O elenco das funções sociais da guerra é, sem dúvida, impressionante, razão por que ela sempre teve um papel importantíssimo na história da humanidade.

Não é de surpreender, portanto, a dificuldade que os valores defendidos pelas correntes pacifistas têm encontrado para se afirmarem através dos tempos, apresentando-se, ainda hoje, com características de extrema fraqueza.

Parece-nos que os pacifistas jamais se deram conta de que a guerra não poderá ser debelada como fenômeno social sem que sejam desenvolvidos seus "equivalentes funcionais", isto é, instituições capazes de desenvolver as suas funções e preencher o vazio por ela deixado em uma civilização que sempre a usou.

Uma civilização que tem na guerra uma de suas principais forças integradoras e propulsionadoras não pode liberar-se dela facilmente. Todavia, em todos os tempos, sempre se fez sentir um sentimento de horror em relação à guerra, particularmente por parte daqueles que, ao invés da glória das vitórias, consideram os enormes sofrimentos e as destruições que ela causa à humanidade.

Ainda que o pacifismo absoluto seja um sentimento bastante raro na História, a exaltação da paz tem sido motivo de discussões e estudos freqüentes. Hoje, a paz mostra-se como uma necessidade imperiosa, uma vez que o mundo tornou-se "pequeno e frágil", e a

guerra futura projeta-se como de extrema destrutibilidade, a ponto de anular sua "funcionalidade". Considera-se que aquilo que os bons sentimentos não conseguiram realizar passou a ser imposto pela tecnologia militar: a obsolescência da guerra.

Tais afirmações, correntes na literatura sobre esse tema, nos últimos trinta anos, necessitam ser devidamente qualificadas.

Elas se referem ao entendimento clausewitziano sobre a guerra, vista como esforço total, não limitada por considerações éticas, até a exaustão de um dos contendores e desenvolvida entre exércitos regulares.

Esse tipo de guerra entre as grandes potências parece estar ultrapassado. Mas, em seu lugar, surgiram as formas "não normais" de guerra, já citadas, que tornam a atual arena internacional extremamente complexa, indefinida e mutável.

A destrutibilidade da guerra, evidente desde o século XIX (quando o advento da metralhadora fez com que esse novo armamento fosse considerado, como os engenhos nucleares de hoje, a arma absoluta, que tornaria absurda qualquer guerra), tornou-se intolerável no nosso século, provocando a reação moral e a condenação jurídica da guerra clausewitziana, como meio normal de política entre Estados. Entretanto, não eliminou as causas dos conflitos entre eles, nem as funções sociais da guerra.

De um lado, realmente, promoveu a busca de novos modos de resolverem-se os conflitos, sem o em-

prego das armas; de outro, a busca de "equivalentes funcionais" da guerra, para satisfazerem-se, de modo menos perigoso e destrutivo, as necessidades que não possam ser eliminadas de outra maneira.

Sob essa ótica, inserem-se a moderna *polemologia* e as pesquisas sobre a paz e os conflitos, em busca das causas da guerra e dos fatores e condições que possibilitam sua persistência como fenômeno social, mesmo em uma situação como a atual, quando a mesma mostra-se disfuncional e extremamente destrutiva.

A resposta mais genérica a essas indagações é a de que a guerra é um típico fenômeno de *múltipla causalidade*.

Podem-se distinguir duas ordens de causas de guerra; as *estruturais* ou *imanentes* e as *conjunturais* ou *incidentais*.

As primeiras compreendem as que dizem respeito à natureza humana e à natureza do sistema internacional. As segundas dizem respeito àquelas que se referem às características das diferentes sociedades. Determinados autores consideram as primeiras apenas como condições que favorecem a eclosão de guerras, não chegando a constituir, propriamente, causas suas. De fato, não haveria guerra se os homens não possuíssem tendência para o combate, e se o ambiente internacional não fosse carente de um sistema capaz de controlá-la. E como a forma mais importante de guerra é a desenvolvida entre Estados, isto significaria simplesmente concordar-se em que existe uma situa-

ção de anarquia internacional, ou que não haja uma eficaz instância de governo supranacional.

Tendo em vista a multiplicidade de "personagens internacionais" (Estados soberanos), a primeira terapia indicada é a estruturação de uma efetiva ordem política internacional.

As dissensões de opiniões surgem justamente quando se consideram as soluções.

A estruturação de uma ordem política internacional verdadeiramente eficaz na prevenção das guerras, isto é, um governo supranacional, é uma idéia quase tão antiga como a humanidade e, por diversas razões, jamais foi bem sucedida. Alguns acham-na inviável, ante os riscos de tal governo assumir poderes totalitários; outros vêem, nessa falência, a prova de que a remoção das condições que favorecem a eclosão das guerras não é suficiente para eliminá-la efetivamente, uma vez que permanecem suas raízes biológicas na natureza humana, e enfatizam que também os sistemas imperiais isolados, que sob um ponto-de-vista subjetivo compreendiam toda a humanidade conhecida, freqüentemente se desintegraram em consequência a guerras civis e violências internas.

O problema principal, segundo esses últimos, é a violência inata do homem.

Tais considerações implicam, muitas vezes, em um certo pessimismo quanto à possibilidade de se mudar a natureza humana e, então, pôr-se fim à guerra, como forma mais maciça de comporta-

mento violento; implicam, também, em um certo conservadorismo

Em outros autores, elas, ao contrário, são acompanhadas de sugestões de soluções, seja em nível psicológico, seja no sócio-político. Em nível psicológico, trata-se de minimizar as tendências agressivas mediante uma adequada educação do homem, orientando-o para formas não bélicas e não violentas, como as competições esportivas etc; em nível sócio-político, trata-se de reformar a estrutura social, de modo a romper-se a conexão entre a agressividade individual e a organizada.

Essas últimas considerações têm ligação com as que apontam as estruturas sociais como causa principal das guerras. Tais estruturas se fundamentam na idéia de que o homem é naturalmente bom, corrompendo-se em função do ambiente social, e, ainda, em idéias extremamente vagas de funcionalismo de um sistema internacional de sociedades distintas e soberanas, mas "justas" e "boas"

São idéias muito difundidas junto aos pacifistas e internacionalistas de todos os tempos. O princípio básico é de que as sociedades são belicosas em relação ao meio externo (outras sociedades) quando são injustas em seu próprio âmbito. Entende-se o termo injustiça como o predomínio de um grupo nacional sobre outros, ou de uma classe sócio-econômica sobre outra etc.

Tais desequilíbrios internos provocam tensões e conflitos, para cuja repressão o sistema emprega

meios violentos, caracteres que provocam ou favorecem, também, os litígios entre os diversos sistemas.

As teorias que imputam à estrutura social as causas das guerras têm, na melhor das hipóteses, validade apenas parcial e historicamente limitada, razão por que as mesmas só podem ser consideradas *incidentais*.

Além dessas teorias gerais, a Sociologia moderna empenha-se em um considerável esforço de análise empírica do fenômeno bélico, isto é, a classificação das guerras e a pesquisa de seus correlatos empíricos.

A obra clássica, nesse campo, é o monumental "A Study of War", de WRIGHT (1941), que, apesar, da época em que foi escrita, conserva, ainda, substancial validade e atualidade.

Também RICHARDSON tem valor pioneiro, introduzindo no estudo da guerra um tratamento rigorosamente estatístico, identificando na corrida armamentista um dos mais constantes sintomas premonitórios da mesma e, ainda, sugerindo a possibilidade de que a espiral dos materiais bélicos constitua-se em causa auto-alimentadora daquele fenômeno social.

Igualmente valioso é o vasto trabalho de pesquisa de J. D. SINGER, sobre as "correlações da guerra", no qual o autor procura verificar, empiricamente e com base nas guerras ocorridas de 1915 aos nossos dias, um grande número de hipóteses teóricas sobre as causas desse fenômeno: econômi-

cas, demográficas, políticas, geográficas etc.

Uma tentativa de formalizar uma *teoria da guerra*, fundamentada no conhecimento extraído das diversas ciências que tratam do problema é a de ALCOCK, que propõe:

"A guerra é um comportamento que deriva da inata agressividade do homem. Como outros animais sociais, os grupos humanos defendem seus territórios e tratam de adquirir e controlar, de modo agressivo, outros mais, de acordo com sua agressividade, o temor a seus chefes e o poder de suas armas e de seus aliados, comparados aos de seus inimigos. Amigos e inimigos são identificados pelos seus chefes segundo as semelhanças e diferenças de cultura nacional, religião, classe ou ideologia política. A agressividade é acrescida pelas tensões sociais e pelo autoritarismo, e reduzida de acordo com a distância entre o território disputado e o centro do grupo considerado."

6. GUERRA INTERNA

Um dos muitos problemas decorrentes da análise sobre a guerra é, particularmente, o das relações entre ela e os outros fenômenos de violência que ocorrem no âmbito de uma sociedade.

Entre a guerra externa e a violência interna existem numerosas relações, a ponto de tornar-se vã, em muitos casos, a necessidade de distingui-las em externas/inter-nas.

Já vimos como a guerra tem, também, a função de projetar, externamente ao grupo considerado, as tendências individuais à violência; quanto maior é o nível de agressividade presente ou gerada no âmbito do grupo, tanto maior será a pressão no sentido de uma guerra externa. Naturalmente, existe a relação inversa; em muitos casos, a guerra existente entre Estados favorece o crescimento da violência no âmbito de cada um deles, seja durante a mesma, seja como consequência dela.

É o caso típico das rebeliões fomentadas no âmbito dos inimigos externos, procedimento antiquíssimo, que, modernamente, assumiu grande importância como prática da guerra subversiva, segundo a qual os movimentos de independência, de liberação política e de emancipação social são manobrados por "centrais subversivas" internacionais.

Em realidade, as "guerras populares", as rebeliões e as guerras civis são fenômenos diferentes das guerras regulares. Sob o ponto-de-vista estratégico, elas foram bem teorizadas por CLAUSEWITZ; sob o ponto-de-vista sociológico, têm sido objeto de considerações empíricas, particularmente nos tempos mais recentes.

Entre os resultados dessas análises, situa-se a de GURR, segundo o qual o principal fator explicativo do movimento de rebelião é a "privação relativa".

Das rebeliões, passa-se à guerra civil ou interna, quando os rebeldes se aproximam do modelo de organização do Estado: um exérci-

to regular, uma administração civil que governa a população de um território contínuo e, eventualmente, algum reconhecimento internacional.

As guerras civis podem surgir espontaneamente, por motivos econômicos, religiosos, nacionais etc. Parecem ser características das sociedades privadas de inimigos relevantes. As sociedades insulares, freqüentemente, são assoladas por conflitos internos.

O Império Romano, quando atingiu o máximo de sua expansão, passou a ser palco de guerras civis internas, cujas dimensões em termos de forças mobilizadas, vidas perdidas e destruições ocorridas, em nada ficaram a dever em relação às grandes campanhas contra seus inimigos externos. Os Estados Unidos da América também experimentaram, em 1862, um dos mais sangrentos conflitos do século.

Na nossa época, a crise da guerra convencional e a acentuação das formas alternativas de conflito internacional parecem ter dado margem a um ambiente particularmente favorável às guerras internas.

Uma das razões da difusão das ideologias revolucionárias em muitos países, especialmente os de emancipação política mais recente, aparenta residir no fato de que a guerra interna é, atualmente, a única forma admitida, justificada e exaltada pela principais doutrinas políticas modernas.

Os fatores psicológicos que, antigamente, eram satisfeitos pelas guerras entre nações — agressividade, combatividade, capacidade de odiar, necessidade de um inimigo,

espírito de aventura etc — passaram a encontrar vazão nos movimentos revolucionários.

Guerra e revolução são fenômenos totalmente diferentes. Uma revolução pode provocar uma guerra, e essa pode facilitar a outra. Mas, a revolução, como "mutação social rápida e radical", tem muito pouco a ver com a guerra.

7. A GUERRA E O DIREITO

Já se disse que a *guerra* ou é o meio para se estabelecer o *direito* ou é a *antítese do direito*.

As teorias internacionalistas da justa causa da guerra e da disciplina de sua conduta conduziram à formulação dos princípios que a justificam e da licitude das relações entre os beligerantes.

Por isso, a guerra é, ao mesmo tempo, o meio de que se serve o direito para sua própria atuação, visando a restabelecer uma situação jurídica perturbada por qualquer evento.

A guerra é *fonte de direito* quando objetiva fazer valer, nas relações internacionais, um novo direito natural; entre as guerras desse tipo, situam-se as de independência. É *antítese do direito* quando desenvolvida sem justa causa, como as guerras visando ao expansionismo.

Mas, o fenômeno *guerra*, por si próprio, é a *antítese da paz*, enquanto que o escopo do *direito* é a *paz*.

O *direito* visa à solução das diferenças sociais por meio de formas que excluem o emprego da força por parte dos protagonistas; a *guer-*

ra, ao contrário, é a expressão da força em grau máximo de violência.

Entretanto, não se pode maximizar a idéia do *direito* como *força*, porque ele, antes de tudo, deve atender a uma necessidade de *ordem* e de *equidade*. Se faltam esses elementos, deixa de existir o *direito*, restando, apenas, a *força*.

A lei possui, em si, o poder de *coação*, força latente, que pode transformar-se em efetiva; possui, também, o poder de *convencimento* e de *persuasão*, que supera aquele primeiro, como demonstrado pelo fato de que nenhuma lei é verdadeiramente vital se não se impõe como uma exigência de vida coletiva. Sob esse aspecto, podemos dizer, com propriedade, que o *direito* é o fundamento da *força*, e não vice-versa, no sentido de que o *poder* é exercido em nome do *direito* e não da *violência*.

A lei exprime, em suas formas nobres, a orientação a ser dada como regra da natureza humana, isto é, a inserir-se na série de leis naturais, imanescentes e imutáveis, manifestando-se acima da forma coativa, como complemento de normas éticas voluntariamente observadas.

Todas as guerras desencadeadas no mundo se desenvolveram, por parte de seus contendores, em nome da justiça, e, ao fim de cada uma delas, sempre foi proclamado, pelo vencedor, o triunfo da mesma.

Se isto fosse verdade, não existiria problema algum sobre como definir a guerra nas relações internacionais. Ela seria, seguramente, uma sanção dos atos ilícitos, e o

direito internacional teria experimentado uma evolução extraordinariamente feliz, avizinhandose à tipicidade dos ordenamentos internos dos Estados.

Entretanto, a verdade é bem outra, vista claramente quando, em nome do direito, emprega-se a força, mas não para se fazer justiça.

Todavia, a coincidência entre *direito* e *justiça* é a mais antiga e mais dramática aspiração do gênero humano, porque é impossível transformar-se em certeza jurídica o conjunto das exigências da justiça.

FREUD, com muito sarcasmo, afirmava que: "A guerra representa, para o cidadão de qualquer nação, a ocasião para compreender (...) que o Estado proíbe o indivíduo de cometer iniquidades não porque deseje abolí-las, mas porque quer ter o monopólio sobre elas."

A antinomia que parece implícita nas regras de emprego da força para combater a violência é resolvida somente se se tem em mente a organização do Poder, que é o único meio para se assegurar a paz; não uma paz qualquer, e sim uma paz baseada na justiça, que reconheça o direito natural dos indivíduos a idênticas liberdades.

Em qualquer caso, a finalidade do Estado não é pura e simplesmente o direito, mas a ação desenvolvida com base nele e segundo ele, tendente a superar a condição de estado de direito para atingir a de estado de justiça.

Se os ordenamentos internos dos Estados ainda estão bem longe de

atingirem tal situação, o ordenamento internacional está, por mais forte razão, na fase primitiva da evolução.

Essa é a razão por que, ainda que seja desejável que a guerra seja o último argumento do direito dos Estados a ser usado para a defesa da comunidade internacional, somos contrangidos a aceitá-la como ela é: um ato político.

É impossível, por isso formular-se um juízo válido sobre a essência da guerra, porque cada uma tem motivações, desenvolvimento, conclusões e efeitos extremamente diferenciados.

Mas se é necessário — e até mesmo indispensável — estabelecerem-se ordenamentos jurídicos coerentes e equilibrados, para prevenir possíveis conflitos de interesse e resolvê-los quando, assim mesmo, eles se manifestarem, de modo a evitar-se confronto direto de forças entre os contendores, é, também, necessário prever-se, com igual cuidado, a força coercitiva que garanta efetividade e solidez ao sistema.

Uma coletividade que não possa fazer valer suas leis não poderá sobreviver.

Uma força que possa subsidiar o imperfeito sistema jurídico internacional só pode ser provida pelos próprios Estados da comunidade internacional e constituída por suas forças armadas, que são, institucionalmente, o suporte do direito nas relações internacionais, a proteção contra abusos e a garantia do direito do Estado à existência e à liberdade.

Em uma futura guerra, a força militar de um país pode ser insuficiente para as necessidades bélicas do Estado; mas isso não o autoriza a renunciar à defesa de seus interesses, por dois motivos extremamente importantes.

O primeiro consiste na afirmação do "querer se defender", que é a expressão da personalidade do Estado e do espírito da Nação; é um momento ético da unidade do povo, que tem repercussões em todo o seu modo de ser e de apresentar no concerto dos demais povos.

O outro motivo consiste na obrigação de o Estado empregar os meios de que dispõe, quaisquer que sejam, ainda que carentes, para fazer face à afronta de seu inimigo.

8. CONCLUSÃO

A tendência geral das pessoas é considerar que cada guerra importante assinala o fim de uma época e o início de outra. Isto não constitui um posicionamento arbitrário, nem mesmo quanto aos historiadores que têm idêntico raciocínio. Ele constitui, realmente, um pensamento generalizado e milenarmente tradicional.

Uma vez voltada a paz, os homens sentem ter realizado uma obra importante, enfrentado e resolvido problemas que se apresentavam de modo extremamente grave, a ponto de terem provocado a guerra.

Terminada a guerra, eles se reorientam, encerram a época vivida até então e iniciam uma outra.

A guerra é o exame dos povos — disse VON BERNHARDI — *e a euforia pós-bélica se assemelha bastante ao "relax" experimentado pelos estudantes após os exames finais do ano escolar.*

Uma circunstância desse gênero faz com que a guerra seja considerada, tanto por parte dos beligerantes quanto pelos não participantes, como fonte de ensinamentos. Nesse particular, existe uma tendência de se seguir a escola doutrinária do vencedor, e inversamente, de se denegrir a do vencido e as suas instituições.

Sob o ponto-de-vista psicológico, os períodos pós-bélicos geram complexos de várias ordens. Os mais graves são, manifestadamente, os de inferioridade dos povos vencidos, que, freqüentemente, traduzem-se em uma postura de expiação.

Decide-se, então, a "grande penitência" que deverão cumprir. Os antigos, após a derrota, ofereciam aos deuses sacrifícios expiatórios e impunham a si próprios toda a sorte de privações. Nas civilizações menos arcaicas, o sacrifício permaneceu na forma distorcida da sanção. Após uma guerra, é difícil não ocorrerem execuções de chefes e personalidades perdedores e, às vezes, de significativas parcelas da população do país vencido, como se tais sacrifícios purificassem os sobreviventes.

Uma outra consequência da guerra, particularmente quando tem lugar uma hegemonia suficientemente estável da facção vitoriosa, é a imitação dos vencedores.

Sob esse enfoque, a guerra é, talvez, o meio mais eficaz de contato entre nações. Um país pode fechar suas fronteiras em tempo de paz, abandonando-se à mais delirante xenofobia, como a CHINA, no século XVIII; mas sua couraça se esfaca em tempo de guerra.

A guerra, então, rompe o isolamento cultural e econômico. Analogamente, é possível estabelecer-se uma nítida diferenciação entre os conflitos, que são incidentes episódicos sem grandes consequências, e as guerras, que provocam transformações significativas nas instituições e na própria mentalidade dos povos.

As guerras coloniais, por exemplo, dão lugar a profundas modificações sociológicas, ainda que, muitas vezes, seu aspecto militar seja bastante modesto.

O impulso belicoso, normalmente, mantém-se em estado letárgico durante o tempo necessário para a reconstituição dos danos sofridos durante o conflito precedente.

No passado, essa "convalescença" era longa, ante a lentidão do crescimento demográfico. Hoje, ao contrário, os mais terríveis massacres são compensados em poucos anos.

Isso faz com que, atualmente, as reivindicações ressurgam em curto prazo, e os vencidos pensem em desagravos.

Por sua vez, os vencedores julgam-se, pelo sacrifício que despenderam, merecedores de maiores recompensas (anexações territoriais, indenizações, aviltamento do adversário etc).

O ciclo, assim, completa-se, e as tendências agressivas tornam-se, novamente, em condições de se fazerem manifestar, comprovando que os conflitos humanos constituem a origem do fenômeno guerra.

BIBLIOGRAFIA

1. SCUOLA DI GUERRA — *Governo del Personale e Sociologia Militare* — CIVITAVECCHIA — ITÁLIA — 1981.
2. STRASOLDI R. — *Dizionario Sociologico* — V. "GUERRA".



O Cel Art QEMA Ney da Silva Oliveira tem os seguintes cursos militares: Artilharia, da Academia Militar das Agulhas Negras; Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, da EsAO; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Superior de Estado-Maior, da Escola de Guerra da Itália; Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval. Foi Instrutor da AMAN e da ECEME. Serve atualmente na 3ª Seção do Estado-Maior do Exército, Brasília, D.F.



ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E SUBSÍDIOS

Benjamin A. de Medeiros

As notícias e declarações fragmentárias que aparecem nos jornais não permitem ter-se uma idéia clara de qual está sendo o objeto de discórdia entre a Secretaria de Planejamento e a Fundação Getúlio Vargas. Percebe-se, porém, que está em discussão a própria essência da política de correção monetária.

A correção monetária pode ser usada de duas maneiras.

Quando usada, como o seu nome indica, como mera correção monetária, apenas conserva, da melhor maneira que pode, o poder aquisitivo dos salários, das pensões, dos pecúlios e dos tributos e torna possível a existência no país do crédito a longo prazo e da poupança, conveniências estas que, sem a correção, só podem existir em países com moeda estável. Nesse caso, os índices usados para a

correção monetária, entre eles o INPC, devem refletir, tanto quanto possível, a evolução geral de preços. Obviamente, como em todo o método em que grandezas são obtidas estatisticamente por amostragem, os pontos mais afastados da média prevista têm que ser abandonados para que não deturpem a média. Isto se aprende nos primeiros anos de vida universitária quando se estuda a Teoria dos Erros.

Essa exclusão de dados estatísticos, transitoriamente fora de sua média histórica, corresponde ao que se tem chamado o "critério de accidentalidade" no cálculo dos índices de correção monetária. É óbvio que o chuchu, por motivo de inundação, seca ou praga, se torna escasso e caro, seu preço, duplicado ou triplicado, não pode ser incluído na média, do contrário, o

humílimo chuchu contribuirá para a elevação de todos os preços no país através os mecanismos de reajustamento. Usada com índices "fiéis" (na medida do possível) à elevação geral de preços a correção monetária não tem efeito curativo sobre a inflação. Introduz mensalmente nos preços um incremento que é a projeção dos incrementos dos meses anteriores. Uma realimentação positiva é, assim, feita na inflação, a tendência da qual é manter a inflação ao sabor dos fatores inflacionários e mesmo impedir que ela caia se outros fatores vierem a possibilitar a sua queda. A inflação flutua em seu próprio molho.

Não há dúvida de que é necessário que a *evolução real dos preços*, na medida em que pode ser conhecida, o seja pela FGV, pelas autoridades e pelo povo do país.

Mas se se quer usar a correção monetária como curativo para a inflação, os índices "fiéis" de evolução dos preços não podem ser usados. Índices estudadamente menores têm que ser usados de modo a introduzirem uma pequena realimentação negativa na inflação, isto é, os índices têm que ser *manipulados*. Este é um método operatório lícito e válido. Deve ser conhecido do público e praticado às claras. Dar conotação política, classista e dolosa a esta manipulação é fútil, demagógico e, acima de tudo, inútil. Todos perderão um pouco nos haveres que têm a receber, mas se esta prática não for adotada o uso da correção monetária, como instrumento de combate à inflação, tem que ser abandonado.

A inflação em si é um processo diferencial de primeira ordem: é o ritmo de crescimento dos preços ao longo do tempo. O crescimento ou queda da inflação é um processo diferencial de segunda ordem: o ritmo de variação do ritmo de crescimento dos preços ao longo do tempo, e só com índices corretivos ligeiramente inferiores aos índices reais de crescimento se pode fazer diminuir esse ritmo e infletir a curva dos preços para baixo. Se isto for feito, e tudo o mais permanecer igual — *ceteris paribus* — é fácil calcular em quantos meses a inflação atingirá um valor menor objetivado. Quando dizemos tudo igual, queremos dizer ausência de fatores perturbadores transitórios e forças inflacionárias maiores do que o *poder de cura* da correção monetária.

Têm sido veiculados argumentos de que índices menores do que os reais prejudicam os reajustamentos de salários, principalmente das classes mais modestas. Isto é verdade, mas também é verdade que se o INPC, e outros índices corretivos caírem, os preços também caem, ainda que com um intervalo de tempo, e, assim, o poder aquisitivo é restaurado.

Têm sido dito também que a supressão gradual dos subsídios aumentará a inflação. Isto não faz sentido, uma vez que o subsídio é equivalente a inflação. A diminuição dos subsídios só pode, portanto, diminuir a inflação. É preciso ter em mente que os valores reais dos bens e serviços são uma realidade concreta da qual não se pode fugir. Se queremos pão, se queremos vestuário, se queremos casas e

transporte, de uma maneira ou de outra teremos que pagar o preço real desses bens e serviços. As leis da conservação são as mais fundamentais de nosso mundo. Assim como ninguém pode iludir as leis básicas de conservação da energia da física, ninguém pode iludir também a lei, não enunciada, da conservação do valor real dos bens na economia. Se o preço natural de produção de um bem é elevado face ao valor aquisitivo da população e, para que sua venda no mercado se torne possível, lhe é dado um subsídio, o comprador o leva para casa por um preço menor, mas todos, inclusive ele, terão que pagar esse subsídio sob a forma de tributos ostensivos ou de tributo não ostensivo: a inflação, este último, de todos, o mais insidioso, despoliciado e prejudicial a ricos e pobres, porque se abate igualmente sobre todos os brasileiros sem discriminação de nível de renda e

sobre todos os bens isentos ou não de impostos ostensivos.

Os subsídios são a maior causa individual da inflação brasileira. Em 1980 absorveram totalmente a renda tributária do Brasil, o que significa que o custeio de todas as demais variadíssimas atividades do governo, inclusive congresso, justiça e sistema penal, forças armadas, educação, saneamento, saúde pública, etc., que deveriam ser custeadas pela renda tributária, foram custeadas por créditos especiais e dinheiro emitido, isto é, pela inflação. Os compromissos com subsídios contribuíram também para agravar a dívida externa e, indiretamente, também a inflação, pois provocaram a entrada no Brasil de moeda estrangeira que foi convertida em cruzeiros e derramada em nosso meio circulante sem crescimento equivalente no PIB e sem retorno às suas fontes, uma vez que a dívida externa não foi paga.



O Professor Benjamin Aguiar de Medeiros é engenheiro civil-eletricista, dedicando-se, como atividade principal, ao projeto e fabricação de equipamentos eletrônicos e ferroviários. É presidente da firma Fonseca Almeida Comércio e Indústria S.A. O estudo ora publicado data de março do corrente ano, mas continua perfeitamente válido como uma abalizada contribuição para o grande debate econômico em curso no País.



A EDUCAÇÃO PELA INTELIGÊNCIA E O CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME

Octavio Tosta

SEGUNDA PARTE

IX — AS QUESTÕES

X — CRIAÇÃO DE UMA QUESTÃO

XI — TÉCNICA DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

XII — APLICAÇÃO DO MÉTODO

IX — AS QUESTÕES

As questões constituem o elemento essencial da preparação e da seleção. *Só poderá haver preparação e seleção inteligentes com questões inteligentes.*

Na "primeira fase" da preparação (correspondente ao C Prep) são utilizados dois tipos de questões: a) as referentes às Verificações Correntes (VC) que, apresentadas sob a forma de múltipla-escolha, têm como propósito "avaliar a aprendizagem"; b) as propostas nas Verificações Especiais (VE), com a finalidade de "proporcionar um meio de treinamento para os oficiais que irão realizar o concurso".

A orientação da ECEME/SCC tem sido muito útil aos oficiais que servem em corpos de tropa no

interior do país. A falta de contato físico dos responsáveis pela preparação, com o candidato, dificulta a correção de suas deficiências. Mas, não têm impedido que, candidatos esforçados e com bom desenvolvimento da inteligência verbal e mental, consigam êxito no concurso, contando apenas com a orientação do C Prep.

Na "segunda fase" da preparação, o orientador tem contato direto com o candidato. Isso permite ajustar as dificuldades (desafios) apresentadas nas provas, ao nível de aprendizagem que vai sendo alcançado. E, conseqüentemente, aumentar o rendimento no estudo. As questões relativas a esta fase da preparação devem: a) apresentar crescentes desafios; b) despertar o interesse (motivação, v. *afetividade*) do candidato.

Os desafios e a atividade mental desenvolvem a inteligência. "Se não há dificuldade a vencer, o homem não é estimulado a agir" — Dewey. "A inteligência só se manifesta em situações novas. Nas situações já conhecidas funciona a memória." Inteligência é a capacidade de resolver problemas novos."

Toda proposta didática deve ser sempre uma proposta "intelectual" (um problema). O "grau de interesse" (motivação) revela a *intensidade da necessidade*. "O já conhecido não apresenta interesse" — Piaget.

Muitos oficiais ao iniciarem a 2ª fase da preparação ainda não possuem a flexibilidade mental e verbal necessárias à resolução de problemas complexos e originais. Por isso, convém iniciar esta fase com a proposta de questões cuja solução dependa: a) de poucos conhecimentos; b) de idéias resultantes do "pensamento lógico"; c) de comunicação escrita relativamente simples. *Exemplos:* 1) *Questão de Geografia* — "Estudar a influência da fisiografia na distribuição geográfica da população do Brasil"; 2) *Questão de História* — "Mostrar a influência das invasões francesas e holandesas no processo de ocupação do território do Brasil".

Com outras questões com a mesma "estrutura" é possível aumentar-se os "desafios" e o "grau de interesse" pela solução. *Exemplos:* 1) *Questão de Geografia* — "Estudar a influência da fisiografia na configuração geral das atuais regiões étnicas brasileiras"; 2) *Questão de História* — "Mostrar a influência das invasões francesas e

holandesas no processo de formação da nacionalidade brasileira".

Mesmo com textos simples é possível apresentar-se questões bastante complexas (aumentar os desafios) pela exigência: a) de assuntos mais abrangentes; b) de maior flexibilidade mental para a resolução (necessidade de "pensamentos laterais", além dos "lógicos"); c) do poder criativo para o levantamento de determinadas idéias; d) de maior dificuldade na redação.

Não confundir complexidade da questão (exigência de perfeita sedimentação do assunto e alta flexibilidade mental) com complicação do texto da questão. Uma questão pode ter um texto confuso e ser fácil. Questão seletiva é a que não deixa dúvida na sua interpretação mas que exige conhecimentos perfeitamente assimilados e grande flexibilidade operacional para a resolução. *Exemplos:* 1) *Questão de Geografia* — "Apreciar a BR/364 como fator de integração nacional"; 2) *Questão de História* — "Estudar a formação histórica do Uruguai como resultado da competição geopolítica de luso-brasileiros e hispano-americanos".

Questão difícil é aquela cuja resolução exige do candidato desenvolvida capacidade de análise e poder criativo. Dificuldades que poderiam resultar da extravagância do tema ou do provável desconhecimento generalizado do assunto não concorreriam para uma seleção inteligente. Por outro lado, a questão cuja solução dependa exclusivamente da memória poderá ser fácil para o candidato cujo pre-

para resume-se a conhecimentos decorados, e considerada difícil para um oficial que possua alto nível mental e dedicou-se a uma aprendizagem inteligente. Questões que favorecem a utilização de "respostas prontas" concorrem para baixar a "aprendizagem" ao nível dos processos mnemônicos. E esse, é o caminho da antiinteligência. Somente questões inteligentes poderão proporcionar o aproveitamento dos candidatos que melhor atendam à Concepção Geral do Ensino da ECME.

Toda questão a resolver deve resultar de uma necessidade ou de um problema vital — Piaget.

A preparação* e o concurso de admissão à ECME podem concorrer, de modo vantajoso, para que o candidato inicie sua experiência no estudo de problemas relativos à *política de segurança nacional*, particularmente no que se relacione à "preservação dos interesses nacionais" ("necessidades mais relevantes, tidas como indispensáveis à sobrevivência e à evolução da nacionalidade").

Exemplos: 1) Concurso de 1980 — *Geografia:* Focalizar os objetivos e os rumos contidos na "Política Governamental em Curso para o Setor Educação e Cultura". Concluir sobre as possíveis contribuições dessa política para a consolidação da Integração Social Brasileira; 2) Concurso de 1981 — a) *História:* "Três fatos da atualidade podem ser qualificados como perturbadores das relações entre os

países sul-americanos. São eles: a reivindicação permanente, pela Bolívia, de uma saída para o mar; a chamada questão de Beagle, entre a Argentina e o Chile; e o curto conflito armado ocorrido entre o Equador e o Peru. Apresentar, sumariamente, os antagonismos históricos que participaram das causas desses fatos e concluir assinalando os reflexos desses mesmos fatos no relacionamento daquelas nações com o Brasil; b) *Geografia:* "A entrada em vigor, em Agosto de 1980, do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) constituiu evento marcante para os países sul-americanos, tanto pelo exemplo de viabilidade do esforço comum, quanto pelas oportunidades de cooperação que abriu para a Região. Da análise dos fatores econômicos e políticos da Amazônia, concluir quanto aos reflexos que o TCA pode trazer para o Brasil e para os signatários como um todo".

Os candidatos ao concurso são oficiais de alto nível profissional, mental e cultural, e possuidores de dois cursos superiores, sendo que um deles, correspondente ao pós-graduação. Como componentes de uma Força Armada, participam ativamente da execução da política de segurança nacional e, portanto, da preservação dos interesses nacionais. Questões do concurso de admissão à ECME não devem ter como único propósito avaliar o grau de conhecimento da matéria. *Somente manipulando a realidade será possível tomar-se consciência dos problemas vitais à segurança nacional.*

* A rigor, a preparação estende-se até o momento do concurso.

Os verbos têm grande importância nas ordens de operações porque definem a ação a realizar: atacar, defender, conquistar, etc. No enunciado das questões de Geografia, História e Movimentos Revolucionários significam a forma pela qual o trabalho deve ser feito: um estudo, uma análise, um exame, uma apreciação; com citações, conclusões, etc. Os verbos que mais se ajustam às questões tipo concurso, são: 1) *Estudar* — analisar, examinar; proceder à análise, estudo; 2) *Analisar* — decompor um todo em suas partes; estudar, examinar; proceder à análise, estudo; 3) *Examinar* — estudar; analisar com atenção e minúcia; 4) *Apreciar* — avaliar, julgar, estimar, considerar; 5) *Apresentar* — mostrar, expor.

Todos esses verbos podem ser usados na acepção de "estudo" ou de "análise". Ou seja: decompor o todo (questão) em suas partes componentes e estudá-las (analisá-las) separadamente. Por outro lado, a resolução de uma questão de Geografia, História e Movimentos Revolucionários, por ser um trabalho didático, deverá ser feita de acordo com a técnica ou normas aplicáveis à resolução de problemas: 1) apresentação de uma "introdução"; 2) um "desenvolvimento", no qual o problema (questão) é dividido em suas partes componentes, para que estas sejam examinadas separadamente; 3) uma "conclusão" como fecho do trabalho.

Qualquer que seja o verbo contido na questão, a tendência do candidato será (inclusive por uma

questão de segurança), a de apresentar a solução de acordo com a norma didática pela qual foi orientado. As vezes no texto das questões são impostas servidões como: destacar, focalizar, observar, identificar, salientar, etc. Em um exercício de sinonímica seria fácil perceber-se o justo significado de cada um desses vocábulos. Na redação de uma prova, e, sobretudo na correção, é muito difícil perceber-se as diferenças, aliás, de pouca utilidade para o julgamento de um trabalho, com as características dos do concurso.

Como os verbos constituem servidões (encargos impostos), obviamente, todos os verbos contidos no enunciado de uma questão de prova escrita devem corresponder a respostas apresentadas na solução escrita. As operações mentais necessárias à execução do trabalho são, forçosamente, realizadas pelo candidato. Caracterizaria uma redundância pretender-se impor ao candidato determinada operação mental indispensável à resolução da questão. Se a imposição resultar de interpretação baseada no subjetivismo, poderá concorrer para dificultar a compreensão do texto da questão.

A solução inteligente decorre, sobretudo, das estratégias adotadas pelo candidato e não do seu grau de adestramento. A título de treinamento, podem ser propostas questões sem verbo para que o candidato seja obrigado a concentrar seu esforço mental na capacidade operacional. *Exemplos:* 1) *Questão de Geografia* — "O petróleo como fator de vulnerabilidade

do Brasil"; 2) *Questão de História* — "O regionalismo e o republicanismo como estímulos à Revolução Farroupilha".

X — CRIAÇÃO DE UMA QUESTÃO

A criação de uma questão inteligente constitui a atividade didática mais difícil e importante, do membro da Comissão do Concurso. Somente questões inteligentes podem assegurar a seleção dos elementos mais credenciados a integrar a elite do Exército. Além disso, o enunciado de uma questão de concurso, também traduz o nível cultural dos instrutores e alunos da ECEME.

Três fatores são essenciais à criação de uma boa questão para o concurso: a) o conhecimento do assunto; b) a experiência didática; c) o *insight*.

O *processo criador* tem quatro fases características: *preparação, incubação, iluminação e verificação*.

O momento de criação de uma questão ocorre, geralmente, após demorada "preparação consciente" seguida por intervalo de atividade não consciente. O principal momento da criação intelectual é o espocar do *insight*, isto é, do "vislumbre" súbito da percepção de uma idéia adequada à formulação da questão.

Preparação — A preparação consciente tem início com a escolha do assunto da questão. Nesse momento, o criador (examinador) é, geralmente, motivado: 1.º) pelo

seu grau de afetividade com o assunto; 2.º) por sua preocupação de apresentar uma proposta original; 3.º) pela importância conjuntural do assunto.

Após a escolha do assunto, o criador lê, anota, explora e imagina possíveis enunciados para a questão.

Incubação — O período de preparação consciente é seguido por uma fase de atividade *não consciente* durante a qual as idéias do criador "são enterradas". Então, "o inconsciente sem limites, desimpedido pelo intelecto literal, faz as inesperadas conexões que constituem a essência da criação".

Esse período pode ser longo ou curto, mas deve existir. A inspiração não pode surgir sem o trabalho do inconsciente que pode durar meses, horas ou até minutos. Henri Poincaré, referindo-se às suas descobertas matemáticas, observou: "Surpreendente ao máximo é de início o aparecimento de súbita iluminação, sinal manifesto de longo e inconsciente trabalho interior".

Iluminação — O *insight* constitui o clímax do processo criativo. De repente o criador percebe a solução que procura. Para Einstein, "esse jogo combinatório parece ser a feição inicial do pensamento produtivo — antes de haver qualquer conexão com construção lógica em palavras ou outras espécies de sinais (...). As palavras ou outros sinais convencionais só serão procurados laboriosamente numa fase secundária, quando o jogo associativo, antes mencionado, se ache suficientemente estabelecido

e possa ser reproduzido à vontade".

Gardner Murphy refere-se a um momento de "iluminação" em que se dá a "integração".

Não se pode encomendar a inspiração mas é possível estabelecer-se condições favoráveis a ela. Importante é que haja condições que propiciem a intensa concentração exigida pelo pensamento criador. As pessoas que escrevem, pensam ou criam, possuem seus próprios métodos para estimular o pensamento criativo. Uns ouvem música; outros tomam café ou uma bebida alcoólica; alguns fumam andando de um lado para outro, etc.

Verificação — Após o surgimento da idéia é necessário voltar-se ao trabalho consciente para corrigir e completar a obra que a imaginação iniciou. Henry Eyring afirma que a "criatividade raramente é uma única faísca de intuição; em geral requer acurada análise que separe os fatores significativos dos adventícios".

De posse da "idéia", o examinador passa à redação do texto da questão. A *idéia* e o *enunciado* da questão constituem os elementos essenciais à seleção inteligente.

A última etapa do processo criativo da questão consiste em verificar: 1º) se outro membro da comissão, por exemplo, interpreta a questão e os seus pedidos da mesma forma que o seu autor; 2º) se a redação está clara e a comunicação fácil; 3º) se a linguagem está correta.

Em algumas ocasiões, "idéias alheias" podem provocar o *insight*, isto é, aquele "*vislumbre*" súbito

da percepção de uma idéia adequada à formulação da questão. Creio que constitui exemplo bem característico; esta original e inteligente questão de História proposta no Concurso de 1977:

"Por ocasião da visita do Presidente da Argentina à Venezuela, em maio do corrente ano, um jornalista europeu escreveu o seguinte: *os laços estabelecidos durante esta visita repercutirão, sem dúvida, sobre o equilíbrio geopolítico do continente, apesar de qualquer reação que a ativa diplomacia brasileira possa registrar.*

Da história das Nações Sul-Americanas apresente os fatores e fatos que possam justificar essa qualificação atribuída à nossa diplomacia."

Exemplos de questões com "conexões operadas no inconsciente" e surgidas com o *insight* ou, como salientou G. Murphy, resultantes de um momento de iluminação em que se deu a "integração":

1) **Geografia** — "O Brasil tem estreitado suas relações com os países da África Negra. 1. Apresente as razões desse interesse e mostre as vantagens do intercâmbio comercial com a Nigéria e Angola; 2. Analise a importância da preservação das rotas marítimas asseguradoras do nosso comércio com os países da África Atlântica; 3. Examine os possíveis reflexos da participação do Brasil, juntamente com a Argentina e a África do Sul, em um pacto atlântico para a defesa das referidas rotas".

2) **História** — "Constitui aspiração permanente da Bolívia o acesso direto ao Pacífico através do

território chileno. A República do Chile considera-se com direito ao controle do canal de Beagle que lhe assegura o acesso direto ao Atlântico. Examine os aspectos econômicos, políticos e militares dessas duas questões internacionais e conclua mostrando a sua possível influência no fortalecimento e/ou enfraquecimento da unidade nacional chilena”.

As questões improvisadas geralmente são superficiais. Não raro, restringem-se à simples verificação de textos do programa, podendo conduzir a soluções memorizadas.

O número de questões das provas de Geografia e História tem variado de duas a quatro. As provas de duas questões favorecem a proposta de temas que exijam boa assimilação do assunto e maior profundidade nas soluções. Parece-me que este tipo de questão é o que melhor atende às finalidades do concurso. A partir de quatro questões torna-se quase inevitável a proposta de temas com simples pedidos de citações, favorecendo o nivelamento por baixo e comprometendo a seleção inteligente.

XI — TÉCNICA DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

A ECEME tem proporcionado excelente orientação aos candidatos por meio da apresentação de técnicas de resolução de questões, bem como pela divulgação de numerosos exemplos de provas resolvidas. No método que apresento, procuro associar a uma técnica

de trabalho uma forma de aproveitamento racional da capacidade criativa do candidato, com o propósito de habilitá-lo a resolver com propriedade, correção e rapidez qualquer tipo de questão que possa ser proposta no concurso.

Prova — é o documento pelo qual o candidato demonstra: a) sua capacidade de interpretar, estudar e apresentar com correção e propriedade a solução das questões propostas; b) seu grau de conhecimento da matéria ou assunto em exame; c) seu nível cultural.

Questão — significa tese, assunto, tema em geral, sujeito a estudo, exame, análise ou debate. O estudo (análise, exame, etc.) de um tema ou questão, costuma abranger, didaticamente, as três partes características: 1. Introdução; 2. Desenvolvimento; 3. Conclusão.

Introdução — significa prefácio, isto é, o que se diz no princípio. É a parte do trabalho, *ordinariamente breve*, que serve de preparação ou ambientação ao exame, análise ou estudo propriamente da questão.

Desenvolvimento — é o ato ou efeito de desenvolver o trabalho (tema ou questão). Constitui a *tese*, ou seja, a parte da questão na qual se estuda (analisa, aprecia, cita, mostra, etc) tudo aquilo que está pedido (imposto, determinado) de modo explícito ou implícito no texto (enunciado) da questão.

Conclusão — significa ato ou efeito de concluir o trabalho (questão). Significa também epílogo, remate ou fecho.

Os três vocábulos (introdução, desenvolvimento e conclusão) devem constituir os títulos principais da solução da questão. Excepcionalmente, quando for conveniente uma solução sintética (como poderá ocorrer em determinados tipos de questão), os três títulos poderão ser substituídos por um único: Solução. Mas, mesmo nesta circunstância, a redação da solução deverá ser iniciada por uma "introdução"; conter um "desenvolvimento"; (solução propriamente dita); e terminar por uma "conclusão" ou fecho.

O *desenvolvimento* consiste no desdobramento do(s) pedido(s) imposto(s) na questão. Como constitui a *tese* (aquilo que deve ser exposto: estudado, analisado, citado, etc), todas as servidões estabelecidas na questão (ações fixadas pelos verbos), inclusive as "conclusões impostas", devem ser apreciadas nesta parte da questão.

As conclusões contidas no *desenvolvimento* poderão resultar: a) de análises ou estudos apresentados nesta parte da questão ("conclusões parciais"); b) de imposições fixadas no texto da questão ("conclusões impostas"). Estas, constituem, em realidade, "conclusões particulares", pois referem-se, geralmente, a uma parte da questão.

A *conclusão* (do trabalho ou "conclusão geral") distingue-se das que poderão estar contidas no *desenvolvimento* porque aquela refere-se à questão como um todo. É, em realidade, a conclusão do trabalho e pode constituir: um "retrospecto do que foi feito" (apreciação da solução apresentada);

ou, uma conclusão geral e abrangente, relativa à *introdução* e ao *desenvolvimento* da questão.

A parte conclusiva do trabalho também pode ser aproveitada para que sejam ressaltados pontos que não ficaram bem claros na exposição, bem como para apresentar idéias consideradas importantes mas que, ocasionalmente, foram omitidas.

Interpretação da Questão — Somente partindo-se de uma interpretação correta será possível chegar-se a uma solução certa. Os seguintes hábitos pessoais negativos podem concorrer para um juízo deformado do verdadeiro sentido de uma questão: precipitação, preconcepção, falta de concentração, dispersão, inibição e excitação. De um modo geral, a *precipitação* e a *preconcepção* conduzem sempre a uma falsa interpretação.

O candidato precipitado quase sempre parte para a solução da questão sem amadurecer na sua interpretação. Exemplo: *Questão de História* — "Assinale os fatos determinantes da preservação da unidade nacional como decorrência da atuação militar de Caxias". Pretendendo solucionar esse pedido, alguns candidatos apresentaram o penegírico de Caxias com referências aos acontecimentos militares que o engrandeceram. Omitiram a parte mais importante da questão que referia-se à "preservação da unidade nacional".

A *preconcepção* consiste em admitir que a questão proposta é uma outra já conhecida. Exemplo: *Questão de Geografia* — "Examinar os principais contrastes econômicos e sociais existentes no Brasil

e concluir apontando sua possível influência no enfraquecimento da unidade nacional". Alguns candidatos fizeram a seguinte questão, bastante parecida com uma que havia sido proposta anteriormente: "Examinar os fatores que têm concorrido para a existência dos atuais contrastes regionais do Brasil e concluir apontando as providências do Governo no sentido de superar esses contrastes".

A *precipitação* e a *preconcepção* resultam de um fenômeno primário da percepção denominado *contração*. Consiste no fato de, na primeira tomada de contacto com o problema (questão), a "percepção tender para um único ponto de vista, deformando o conjunto". *Decentração* é a "técnica didática para superar esta deformação, levando o indivíduo a compor vários pontos de vista sobre a mesma percepção" — Piaget.

Idéia dominante é a parte do texto da questão que permite a compreensão do quadro em que a mesma se desenvolve, tanto no tempo como no espaço. Constitui uma espécie de "situação geral" que facilita a interpretação do tema e concorre para orientar a execução do trabalho. É o assunto restrito aos limites da questão. Não deve conter as servidões (verbos) nem, tampouco, os pedidos impostos no enunciado da mesma.

Exemplos de questões com a *idéia dominante* grifada: 1) *Geografia* — "Estude as possibilidades de aproveitamento hidrelétrico nas grandes regiões Norte e Centro-Oeste e conclua mostrando a possível influência desse aproveita-

mento na redução dos desequilíbrios regionais". 2) *História* — "Partindo de um exame dos fatores determinantes da *expansão geográfica do Brasil além-Tordesilhas*, mostre: a) as conseqüências da expansão territorial na região meridional do país; b) os litígios resultantes da expansão setentrional e seus resultados; c) as principais vantagens para o Brasil, decorrentes do Tratado de 1750, e a definição geográfica desta raia internacional".

Levantamento das Idéias

A atividade mental mais importante na resolução de uma questão consiste na identificação das *idéias* que respondam às imposições de caráter didático, resultantes do enunciado da questão. (Obs.: não confundir com a "idéia dominante" contida no enunciado da questão.)

Idéia é uma afirmação, opinião, juízo ou informação sobre determinado assunto. Exemplos: 1º) A transferência da capital do Brasil para o Planalto Central favoreceu a integração nacional; 2º) A existência de pau-brasil no extenso e desguarnecido litoral do Brasil constituiu poderoso estímulo às invasões francesas.

A solução de uma questão do tipo concurso, apoia-se na utilização de três tipos de idéias; 1º) idéias resultantes de simples informações memorizadas; 2º) idéias obtidas por meio do raciocínio; 3º) idéias proporcionadas pela criatividade. Na produção das idéias utilizamos os nossos poderes mentais de *retenção* (capacidade de memorizar

e lembrar); *raciocínio* (capacidade de analisar e julgar), e, *criativo* (capacidade de imaginar e gerar idéias).

Como vimos anteriormente, *memória* "é o que resta quando algo acontece e não desacontece completamente". Tudo aquilo que conseguimos reter como resultado dos nossos estudos fica armazenado na superfície-memória sob a forma de *informação*. A superfície-memória permite transformar a informação em *pensamento*. *Idéias* são pensamentos adequados à resolução da questão. Para resolver as questões usamos dois tipos de pensamento: o *pensamento lógico* e o *pensamento lateral*.

O estabelecimento de idéias resultantes da simples *memorização* é proporcionado pelo *pensamento lógico* que consiste em usar as informações existentes na superfície-memória para chegar às idéias mais adequadas à solução da questão. É o pensamento "corrigido" para assegurar a propriedade e objetividade da resposta. O pensamento lógico é um *processo seletivo*. A superfície-memória seleciona aquilo que é considerado correto para resolver a questão e bloqueia os rumos considerados incompatíveis.

O estabelecimento de idéias que exigem *capacidade de análise e julgamento*, bem como a *criatividade*, é proporcionado pelo *pensamento lateral*. Esse tem como propósito neutralizar os erros e as limitações da superfície-memória. Os erros podem conduzir ao uso incorreto da informação, e as limitações podem impedir o melhor

uso da informação que já está disponível. O pensamento lateral é um *processo produtivo* pois pode proporcionar algo novo, totalmente inesperado e que nunca poderia ter sido planejado. No *pensamento lógico* sabe-se o que se procura. No *pensamento lateral* pode-se não se saber o que se está procurando até que se o encontre. O pensamento lateral, por proporcionar as diversas maneiras de se examinar as coisas (produzir idéias novas) pode ser utilizado como pensamento criativo.

A seguinte questão de História do Concurso de 1971 permite distinguir os três tipos de idéias.

"Apresente as causas da Guerra do Pacífico (1879-1881) e aprecie a sua possível influência nas relações atuais entre a Bolívia, o Chile e o Peru, e os seus reflexos para o Brasil."

1ª) *Idéias resultantes de informações memorizadas* — A solução da primeira parte da questão (Apresente as causas da Guerra do Pacífico) deverá resultar da utilização do pensamento lógico na seleção de informações já existentes na superfície-memória. Os pensamentos adequados à solução do pedido constituirão as idéias a serem apresentadas na prova.

2ª) *Idéias obtidas por meio da capacidade de análise e de julgamento* — Para encontrar as idéias que caracterizam a "influência da Guerra do Pacífico nas relações atuais entre a Bolívia, o Chile e o Peru" (2ª parte da questão), será necessário: a) possuir (na superfície-memória) informações sobre as conseqüências da guerra, bem

como sobre o estágio atual das relações entre os três países; b) *produzir* (por meio do pensamento lateral) idéias novas que permitam mostrar a influência da guerra na existência dos atuais pontos de fricção entre os citados países (relação de causa e efeito). *Exemplo:* A Bolívia continua a reivindicar o acesso direto ao Pacífico. A conquista desse objetivo nacional permanente é dificultada pelo Protocolo Complementar ao Tratado de 1929 (assinado pelos governos do Chile e do Peru) que estabeleceu que não seria cedida a terceiros, sem prévio acordo dos governos desses dois países, qualquer porção dos territórios adquiridos em consequência do referido tratado.

3º) *Idéias proporcionadas pela criatividade* — Para definir as idéias que mostrem "os reflexos da Guerra do Pacífico para o Brasil" (terceira parte da questão) será necessário: a) possuir (na superfície-memória) informações sobre a guerra (particularmente causas e consequências); b) *descobrir ou criar* (por meio de pensamentos laterais) idéias que mostrem a influência da guerra no relacionamento atual do Brasil com cada um dos três países. *Exemplo:* O Brasil tem proporcionado facilidades para melhorar o acesso da Bolívia ao Atlântico, através do seu território. Esta política está concorrendo para estreitar as relações econômicas e sociais entre os dois países.

Elaboração da Introdução

A introdução da questão deve consistir numa "breve composi-

ção" sobre o assunto constante da *idéia dominante*. Não deve constituir uma espécie de questão a parte com a apresentação de idéias que não tenham influência direta na resolução da questão.

Para que o candidato inicie a prova com segurança e correção será conveniente rascunhar a introdução da primeira questão a ser resolvida. Somente após atenta correção, essa parte inicial do trabalho deverá ser passada a limpo no papel da prova. Tal procedimento proporcionará uma espécie de "volta à calma", e, beneficiará o candidato, ao ser apreciado o seu trabalho sob os aspectos organização e apresentação.

Exemplo 1: Questão de Geografia — "Estudar a atual distribuição espacial da população da América do Sul, como resultado dos fatores fisiográfico e econômico".

INTRODUÇÃO

A atual distribuição espacial da população da América do Sul* apresenta-se de modo bastante irregular. As maiores densidades populacionais encontram-se em extensa faixa que abrange a porção oriental do continente desde o nordeste do Brasil até a região platina, com grandes concentrações humanas no saliente nordestino brasileiro, na região sudeste do Brasil e no Prata.

Na região andina, destacam-se por sua densidade demográfica: a parte central do Chile; as zonas de

* Nos dois exemplos, a "idéia dominante" está grifada. Convém iniciar a introdução pela idéia dominante.

influência de Lima e Quito; e Bogotá e o vale do Magdalena.

A região de Caracas e suas áreas de influência no litoral constituem as áreas de maior densidade da parte setentrional do continente.

Os grandes vazios demográficos são caracterizados pelas bacias amazônica e do Orinoco; pela Patagônia e Gran Chaco; e pela parte setentrional do Chile, que abrange o deserto de Atacama.

Exemplo 2: *Questão de História* — "Examinar as causas da implantação do *Estado Novo* e apontar, no seu processo evolutivo, as condicionantes de uma tendência liberal, materializada na constituição de 1946" — (Concurso/1980).

INTRODUÇÃO

"O *Estado Novo** foi implantado pelo Presidente Getúlio Dornelles Vargas em 1937 e desenvolveu seu processo evolutivo até 1945. Caracterizou-se pelo alargamento do poder do Presidente, enfeixando nas mãos os Poderes Executivo e Legislativo, extinguindo os partidos políticos e fechando o Congresso: um momento de exceção apoiado pelas Forças Armadas. Representou, no Brasil, o reflexo das perplexidades mundiais ante o choque entre ideologias totalitárias nascidas na Europa", etc. (V. "Solução às Questões Propostas", da ECEME/SCC/C Prep/81).

* Nos dois exemplos, a "idéia dominante" está grifada. Convém iniciar a introdução pela idéia dominante.

Elaboração do Desenvolvimento

O *desenvolvimento* (ou *tese*) é a parte da questão em que deve ser examinado tudo aquilo que estiver imposto pelo(s) verbo(s) contido(s) no enunciado (inclusive pelo verbo concluir, referindo-se a "conclusões impostas").

Didaticamente, o "desenvolvimento da questão" é feito com base em um *esquema* contendo o desdobramento dos pedidos que passam a constituir as partes do desenvolvimento.

Exemplos: 1) *Questão de Geografia* — "Examine a situação atual do Brasil concernente à produção e consumo de metais não ferrosos, concluindo quanto: a) à situação de dependência do Brasil em relação a fontes externas; b) à conveniência de o Brasil suprir-se desses metais em países da América do Sul".

ESQUEMA DO DESENVOLVIMENTO

1) Produção e consumo de metais não-ferrosos (cobre, chumbo, estanho e zinco).

2) Dependência de fontes externas.

3) Conveniência dos suprimentos na América do Sul.

2) *Questão de História* — Analise a influência dos fatores fisiográfico, econômico, psicossocial e político na formação da nacionalidade brasileira (Concurso de 1971).

ESQUEMA DO DESENVOLVIMENTO

1) Influência do fator fisiográfico.

2) Influência do fator econômico.

3) Influência do fator psicossocial.

4) Influência do fator político.

Como é fácil verificar-se, o esquema resulta do texto da questão. É *sugerido pela própria questão* e deve responder a todos os pedidos impostos, de modo explícito ou implícito, no enunciado da mesma. Esquemas pré-fabricados (sobretudo os que se assemelham a formulários) conduzem à falta de objetividade do trabalho, porque, o candidato, ao invés de preocupar-se diretamente com os pedidos contidos no enunciado, fixa-se na identificação de idéias que se enquadrem no seu "formulário", mas que, nem sempre, ajustam-se à realidade da questão.

Elaboração da Conclusão

A *conclusão* do trabalho ou "conclusão geral" refere-se, como vimos, à questão como um todo. Consiste numa pequena composição que constitua o remate ou fecho do que foi apresentado na parte introdutiva e/ou no desenvolvimento da questão. Importante é que acrescente idéias relevantes e não se transforme numa questão a parte, nem constitua mera repetição ou resumo do que foi dito anteriormente.

"Diversões"

Diversões são atividades que não concorrem para a correta execução de uma prova ou questão; que dificultam ou não beneficiam a sua execução nem, tampouco,

aprimoram o trabalho. Exemplos: a) falta de método; b) distração; c) uso de esquemas inadequados; d) perda de tempo na evocação de dados ou informações inexpressivos; e) utilização de frases feitas explicando o que fez ou pretende fazer; f) repetição do que já foi dito; g) apresentação de idéias ou detalhes inadequados; h) redação rebuscada ou contendo superfluidades; i) uso excessivo de adjetivos e advérbios; j) julgamentos pessoais que não constituem pedido, elogios, etc.

Para aumentar a eficiência, reduzir o esforço e melhorar a produção e rapidez na execução da prova, será conveniente aplicar uma *técnica* que resulte de "procedimentos lógicos" ou formas de agir que eliminem as "diversões" e apresentem o máximo de rentabilidade.

A prática na resolução de questões com base neste método que adoto, além de favorecer o desenvolvimento da flexibilidade mental e da criatividade indispensáveis à resolução de qualquer problema, concorre para proporcionar uma técnica altamente vantajosa para a elaboração de provas competitivas.

XII — APLICAÇÃO DO MÉTODO NO ESTUDO DE UM TEMA (questão)

O presente método, além de sua aplicação na resolução de questões, é altamente vantajoso para a elaboração de monografias, artigos, ou para o estudo de quaisquer temas em geral.

Estudar o seguinte tema: "Influência das condições geográficas na

formação da República do Paraguai e nos antagonismos e afinidades internacionais resultantes do processo histórico”.

Primeira Operação — Interpretação do Tema

a) *Idéia dominante*: “Formação da República do Paraguai”.

b) *Pedidos*: 1) Estudar a influência das condições geográficas na formação da República do Paraguai; 2) Estudar a influência das condições geográficas nos antagonismos e afinidades internacionais resultantes da formação histórica da República do Paraguai.

c) *Inteligência das palavras e expressões*: 1) A “formação da República do Paraguai” compreende: a formação da nacionalidade; a formação territorial; e, o processo de independência. 2) “Antagonismos e afinidades” — O contacto estreito e duradouro entre nações condiciona um processo de *interação social* constituído pelas ações e reações dos grupos nacionais. As interações podem ser antagônicas ou unificadoras. O antagonismo geralmente conduz ao *conflito* e as interações unificadoras resultam de afinidades que podem assegurar a *cooperação*. *Antagonismo* significa rivalidade, incompatibilidade. Os antagonismos externos são gerados pelos atritos produzidos pelos interesses em choque de dois ou mais Estados. *Afinidade* significa grau de semelhança e relação, tendência combinatória. As afinidades, da mesma forma que os antagonismos, podem se manifestar nos campos fisiográfico, econômico, psicossocial e político.

Segunda Operação — Rascunhar a Introdução: Uma *breve composição* sobre a “formação da República do Paraguai”. Deve servir de base (origem, apoio) ao *desenvolvimento do trabalho*. (V. título XIII, Introdução.)

Terceira Operação — Esquema do Desenvolvimento

O *desenvolvimento* (resposta aos pedidos do tema) poderá ser desdobrado em duas partes básicas:

1ª) Estudar a influência das condições geográficas na formação da República do Paraguai.

2ª) Estudar a influência das condições geográficas na formação dos antagonismos e afinidades internacionais resultantes do processo histórico.

Como a “formação da República do Paraguai” compreende: a formação de sua nacionalidade; a sua formação territorial; e o seu processo de independência, a *primeira parte do desenvolvimento* poderá ser desdobrada em:

a) influência das condições geográficas na formação da nacionalidade;

b) influência das condições geográficas na formação territorial;

c) influência das condições geográficas no processo histórico de independência.

A *segunda parte do desenvolvimento* — “estudar a influência das condições geográficas na formação dos antagonismos e afinidades internacionais resultantes do processo histórico” — deverá ser desdobrada em:

a) influência das condições geográficas na formação dos antago-

nismos internacionais resultantes do processo histórico;

b) influência das condições geográficas na formação das afinidades internacionais resultantes do processo histórico.

Quarta Operação — Formulação das Idéias

Esta parte do trabalho é a que exige maior esforço mental. A *formulação das idéias* vai depender: 1º) das informações existentes na "superfície-memória"; 2º) de "pensamentos lógicos" para retirar dessas informações os *dados* necessários ao estabelecimento das idéias; 3º) de "pensamentos laterais" que, partindo desses *dados*, permitam expressar, com precisão, as idéias adequadas aos pedidos (relação de causa e efeito).

Na questão em apreço, as *informações sobre o assunto* deverão compreender:

- conhecimentos sobre a *formação histórica do Paraguai*: influência dos tupi-guaranis; colonização jesuítica; luta pela defesa da terra; processo de independência.

- conhecimentos relativos aos *antagonismos* decorrentes da demarcação dos limites, bem como das *afinidades* que estão concorrendo para a atual aproximação e cooperação internacionais.

Não se cria nada partindo do nada. Com as informações sobre o assunto da questão será possível selecionar os *dados* que vão servir de base para a formulação das *idéias* (argumentos relativos àquilo que se pretende mostrar, estudar, etc).

Evidentemente, trata-se de um *processo didático* cuja aplicação

permite chegar-se a uma solução lógica, objetiva, e, contendo o máximo de acertos.

Com o aumento da experiência, o candidato poderá — utilizando simultaneamente pensamentos lógicos e laterais — realizar diretamente a formulação das idéias adequadas aos pedidos.

Observação: Os *dados* necessários à formulação das idéias deverão ser anotados no rascunho.

Seleção de Dados

1. Relativos à Primeira Parte do Desenvolvimento.

Estudar a influência das condições geográficas na formação da República do Paraguai (ver esquema).

1º Pedido — Influência das condições geográficas na formação da nacionalidade.

A — Inteligência do Pedido

a. Trata-se de identificar, *apenas*, as condições geográficas (*dados*) que tiveram real importância na formação da nacionalidade paraguaia. Isto é, na formação de determinada nacionalidade cujas características particulares foram influenciadas pelo ambiente geográfico em que esta nacionalidade se originou. Constituiria falta de objetividade, e portanto erro, apresentar o estudo de todas as condições geográficas como se tratasse de um simples preenchimento de formulário. Da mesma forma, seria inadequado realizar um estudo sobre influência das condições geográficas que se aplicasse à formação de qualquer nacionalidade ("solução ônibus").

b. Conceito de *formação da nacionalidade* — O grupo humano que tem uma origem comum e vive um mesmo processo histórico em determinado território acaba adquirindo uma consciência coletiva. Essa consciência resulta da assimilação de hábitos, costumes, atitudes religiosas e convicções ideológicas; consolida-se pela adoção de uma língua comum, pelo respeito às tradições, e pelo culto aos mesmos feitos históricos; e, tende a fortalecer-se, pelo desenvolvimento cultural e progresso material. Quando esse grupo torna-se consciente do fato de constituir uma comunidade de padrões e de sentimentos, possuindo a sua própria unidade e individualidade e manifestando a sua determinação de continuar a existir, esse grupo humano já adquiriu uma *consciência nacional* e passa a constituir uma *nação*.

B — Com base em “pensamentos lógicos”, poderão ser selecionados, das informações contidas na superfície-memória, os seguintes dados:

- a. *Sobre condições geográficas*
- bacia do rio da Prata;
 - navegabilidade dos rios Paraguai e Paraná;
 - posição de Assunção e Buenos Aires;
 - mediterraneidade do Paraguai;
 - região entre os rios Paraguai e Paraná;
 - recursos naturais vegetais: milho, mandioca, algodão, erva-mate, tabaco e madeira;
 - existência de campos;
 - inexistência de pedras e metais preciosos;

- clima.
- b. *Sobre fatores determinantes da formação da nacionalidade*
 - tupis-guaranis — “língua geral”;
 - espanhóis;
 - colonização jesuítica e missões franciscanas;
 - agricultura e pastoreio;
 - integração racial e “democracia étnica”;
 - defesa da terra e xenofobismo;
 - antagonismos entre a província espanhola e a jesuítica;
 - Revolução Comunera;
 - consciência nacional;
 - enclausuramento de Francia;
 - isolamento geopolítico;
 - nação paraguaia.

2º *Pedido* — Influência das condições geográficas na formação territorial.

Dados para a Formulação das Idéias

- a) *Sobre condições geográficas*
- bacias do Paraguai, Paraná e Uruguai;
 - posição de Assunção, mediterraneidade do Paraguai;
 - vizinhança com luso-brasileiros e hispano-buenaireses, e seus descendentes;
 - relevo, pantanal, Chaco, Salto das Sete Quedas e Cataratas de Iguaçu;
 - posição de Buenos Aires;
 - mesopotâmia argentina.
- b) *Sobre a formação territorial*
- Assunção como centro de irradiação da colonização;
 - Ontiveros e a expansão para leste;

— as reduções jesuíticas (1610/1632);

— “Província Gigante das Índias”;

— desmembramento de 1617: governo do Rio da Prata (sede em Buenos Aires) e de Guairá ou Paraguai (sede em Assunção), com subordinação ao Vice-Reinado do Peru;

— durante o Domínio Espanhol, os bandeirantes paulistas atacam numerosas reduções e destróem Guairá, Itatin e Tape. No seu movimento expansionista atingem os rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Sua progressão foi barrada na lagoa dos Xaraies (pantanal mato-grossense-paraguaio); no Salto Grande das Sede Quedas; nas Cataratas do Iguaçu e no Salto Grande do rio Uruguai;

— com a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata, em 1776, o Paraguai passa à subordinação de Buenos Aires;

— em 1783, foi criada a intendência de Assunção, abrangendo a parte oriental do atual Paraguai; o Chaco foi integrado à província de Chiquitos;

— no ano de 1801, os luso-brasileiros conquistam os Sete Povos das Missões;

— dois anos depois (1803), os Trinta Povos das Missões Guaranis, passam a constituir uma província autônoma, independente de Buenos Aires e do Paraguai;

— em 1805, o Conselho das Índias reuniu as províncias do Paraguai e das Missões sob um único governo; esta situação persistiu até 1811, quando o Paraguai estabele-

ceu sua autonomia

3º Pedido — Influência das condições geográficas no processo da independência.

A — *Inteligência do Pedido*

Processo de Independência —

Uma nação transforma-se em Estado quando adquire *soberania*. Esta consiste na autoridade que possui o Estado para decidir, em última alçada, sobre as questões de sua competência. Significa que o Estado não tem nenhuma subordinação política a outro governo. A soberania, quando exercida internamente, é denominada *autonomia*. O exercício externo da soberania é considerado *independência*. Um Estado só é independente e soberano quando há reconhecimento internacional. O Estado pode surgir: a) pelo estabelecimento permanente de uma população em um território; b) pela emancipação por sublevação; c) pela separação ou secessão. *Processo de independência* consiste na sucessão dos acontecimentos ou mudanças que concorrem para que uma nação transforme-se em um Estado, com governo próprio, independente e soberano. O Paraguai, ao tornar-se independente, adotou, como sistema de governo, a forma republicana.

B — *Dados para Formulação das Idéias*

a. *Sobre condições geográficas*

— situação geográfica;

— isolamento geopolítico;

— posição de Assunção;

— distância de Buenos Aires a Assunção;

— o Chaco;

— vizinhança do Brasil;

— Estado-tampão — equilíbrio

no Prata.

b. Sobre o processo de independência

— em 1544, os colonizadores paraguaios destituíram o governador espanhol e designaram para seu lugar Domingo de Irala, que foi confirmado pelo próprio rei; dessa maneira, os paraguaios adquiriram o direito de nomear seus governantes; esse privilégio durou 182 anos (até 1735);

— Revolução Comunera (1717/1735);

— Revolução de Maio e alheamento do Paraguai;

— tentativa de Belgrano de submeter Assunção;

— derrota de Taquari;

— deposição de Velasco e proclamação da independência (14-05-1811);

— isolacionismo de França (1811/1840) com o propósito de assegurar a liberdade do Paraguai;

— presidência de Carlos Lopes; Ata da independência do Paraguai (25-11-1842); proclamação da Constituição republicana; o Presidente devia jurar a Independência e a Integridade da República;

— em 1824, o Brasil reconheceu a independência do Paraguai e advogou a causa junto a outros países da Europa, inclusive à Áustria que também a reconheceu;

— em 14-09-44, o Brasil ratificou o reconhecimento da independência paraguaia;

— após a queda de Rosas, em 1852, a Argentina reconheceu a independência do Paraguai.

Seleção dos Dados

2. Relativos à Segunda Parte do Desenvolvimento

Estudar a influência das condições geográficas na formação dos antagonismos e afinidades internacionais resultantes do processo histórico.

1º Pedido — Influência das condições geográficas na formação dos antagonismos internacionais resultantes do processo histórico.

Dados para a Formulação de Idéias

a) Sobre as condições fisiográficas

— posição relativa de Assunção e Buenos Aires;

— mediterraneidade do Paraguai; dependência ao rio da Prata para acesso ao mar;

— sul de Mato Grosso, prolongamento do território paraguaio; o rio Paraguai como via de acesso a Mato Grosso;

— situação das províncias de Corrientes e Entre Rios, com relação a Buenos Aires;

— o Chaco, hostil à ocupação humana, sem limites naturais bem nítidos e sob o controle geopolítico de Assunção.

b) Sobre a formação de antagonismos

— primazia histórica de Assunção no Prata: Assunção como centro de colonização espanhola na região platina;

— ascensão econômica e política de Buenos Aires e declínio de Assunção;

— controle econômico de Assunção por Buenos Aires;

— a erva-mate produzida no Paraguai contribuía para o enriquecimento de Buenos Aires, de onde era reexportada;

— Francia reagiu aos óbices apresentados por Buenos Aires com um enclausuramento cada vez mais rigoroso;

— destruição das reduções jesuítas pelos bandeirantes paulistas;

— litígios de limites com o Brasil; 1) região entre os rios Apa e Branco; 2) região ao norte do Iguaré — resolvidos por negociação direta;

— objetivos de Solano Lopes;

— Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai;

— questões de limites com a Argentina: 1) margem direita do rio Paraguai até a Baía Negra (Chaco)

— litígio resolvido favoravelmente ao Paraguai como resultado da arbitragem a cargo do presidente Hayes, dos Estados Unidos; 2) território das Missões do Paraná (mesopotâmia argentina), perdida pelo Paraguai; 3) região entre os rios Pilcomaio e Bermejo (Chaco Central), atualmente pertencente à República Argentina;

— Guerra do Chaco.

2º *Pedido* — Influência das condições geográficas na formação das afinidades internacionais resultantes do processo histórico.

Dados para a Formulação das Idéias

a) *Sobre condições geográficas*

— contigüidade geográfica e facilidade de comunicações do Paraguai com o Brasil e a Argentina;

— potencial hidrelétrico do rio Paraná;

— terras roxas do Paraguai.

b) *Sobre as afinidades existentes*

— facilidade de intercâmbio comercial, particularmente nas regiões fronteiriças;

— comércio internacional;

— aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná: 1) Itaipu (Brasil-Paraguai); Corpus e Yacerate-Apipe (Argentina-Paraguai);

— acesso ao mar: 1) ao rio da Prata, via território argentino; 2) a Paranaguá, através do território do Paraná;

— colonização do Paraguai por brasileiros — os "brasiguaios";

— Tratado da Bacia do Prata.

Observações sobre o Levantamento das Idéias

As informações existentes na superfície-memória proporcionam fluxos de "pensamentos naturais" que, limitados e corrigidos por "pensamentos lógicos", vão proporcionar os *dados* para a formulação de *idéias*. Esses *dados* devem ser anotados no rascunho e vão constituir os elementos básicos do *desenvolvimento* do trabalho.

As *idéias* serão apresentadas durante a redação da prova e consistirão na *adequação dos dados* aos pedidos formulados na questão (v. título XIII). Essa adequação dos dados é feita por meio de pensamentos lógicos e laterais. Consiste na reestruturação das novas informações disponíveis (*dados*).

Há duas tendências que comprometem a correta exposição das *idéias*: a primeira, consta da simples apresentação na prova dos "dados" como se fossem as "idéias"; a segunda, resulta da substituição das "idéias" por pe-

quenos contos ou descrições dos assuntos contidos nos "dados" ("contar história").

Evidentemente, todos os dados, acima transcritos, não resultaram de informações contidas na superfície-memória. Muitos deles foram obtidos por meio de consulta

à diversas obras (v. Bibliografia). Nosso objetivo foi apresentar um trabalho sobre o Paraguai que, além de conter um grande número de idéias, também constituísse subsídio para o estudo de assunto importante e ainda pouco explorado.

NO PRÓXIMO NÚMERO

- XIII – GEOPOLÍTICA DO PARAGUAI
- XIV – OS MEMBROS DA COMISSÃO EXAMINADORA
- XV – CORREÇÃO DAS PROVAS
- XVI – MOMENTOS DECISIVOS DO CONCURSO
- XVII – O INSUCESSO
- XVIII – CONCLUSÃO
- XIX – BIBLIOGRAFIA

O Coronel Refo de Artilharia Octavio Tosta foi Instrutor, Subcomandante e Subdiretor de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Além dos cursos normais necessários à formação do oficial de Estado-Maior, possui o de Técnica de Ensino e da Escola Superior de Guerra. É professor licenciado de Geografia e História e autor de vários trabalhos no campo da Geopolítica. Exerce atualmente as funções de membro da Divisão de Segurança e Informações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.





O CONFLITO DAS FALKLANDS E SEUS REFLEXOS

Luiz Paulo Macedo Carvalho, p.s.c.

O conflito militar entre a Argentina e o Reino Unido, iniciado a 2 de abril de 1982 com a entrada das forças argentinas em Port Stanley e terminado em 14 de junho do mesmo ano, com o vitorioso assalto das tropas britânicas, já fez sentir inúmeros reflexos de natureza variada.

Muito do que se tem escrito e lido, desde a deflagração das hostilidades até o presente, baseia-se em informações incompletas ou incorretas. Somente agora começam a ser revelados dados que, após criteriosa triagem e análise, poderão delinear o panorama completo do acontecido e a conseqüente interpretação dos fatos. Entretanto, pode-se de imediato tirar algumas

inferências válidas, considerando muitas das lições extraídas não constituírem novidade para os estudiosos do assunto.

Embora tenha sido uma guerra limitada, travada no extremo sul do globo, em condições "sui generis" e, sob alguns aspectos, remontando a conflitos do século passado, é inegável que proporcionou importantes ensinamentos a serem deduzidos ou reavivados e aprendidos ou enfatizados, sejam novos ou velhos.

Sem dúvida, a campanha é a primeira experiência de batalha na era dos mísseis. Em San Carlos foi empreendida a primeira operação anfíbia em grande escala desde os idos de 1939-45 ou da Coréia. Nos combates terrestres pela conquista

de Port Stanley testou-se o emprego da infantaria, no escalão brigada, sob extremas condições meteorológicas adversas. Os ingredientes básicos do sucesso obtido pelos ingleses desde o início presentes foram: o Poder Nacional do Reino Unido; o valor do objetivo nacional permanente do "Leão" britânico — Soberania; determinação inabalável; flexibilidade das forças, do equipamento e das táticas empregadas; a coragem e a eficiência de oficiais e soldados bem treinados.

Esta análise restringe-se à avaliação de certos tópicos de significação estratégica e militar, cujos efeitos possam se fazer sentir na política interna e externa das nações com interesses no Atlântico Sul, no relacionamento entre o Brasil e seus prováveis aliados ou adversários.

Antes de tudo cabe ressaltar que o conflito diplomático-militar entre a Argentina e o Reino Unido colocou de novo em pauta para debate no campo do direito internacional a validade da solução pacífica das contendas entre as nações pela arbitragem ou negociação, ou do uso da força, condenada na Carta das Nações Unidas, da OEA e no TIAR. Tal confronto abre um sério precedente para aplicação futura da força, como meio de solucionar litígios fronteiriços, em particular na América do Sul, onde há pendentes algumas reivindicações territoriais entre a Argentina e o Chile, a Bolívia e o Chile, o Chile e o Equador junto com o Peru, a Venezuela e seus vizinhos — a República da Guiana e

a Colômbia. Por outro lado, o fundamento em que se assenta a delimitação das fronteiras na América Latina — o "uti possidetis" —, é posto em questionamento, numa época de incertezas, levantando argumentos para atritos e contestações que sensibilizam povos e nações não só na América do Sul, mas no Caribe, área geoestratégica de conflitos em que são reclamados direitos à herança dos antigos colonizadores espanhóis.

Ao mesmo tempo a solução do conflito acentuou o desprestígio da ONU e da OEA, gerando desconfiança sobre os EUA e colocando em dúvida a validade de existência do TIAR, de parte de algumas nações latino-americanas, além de abalar o diálogo Norte-Sul e de colocar uma interrogação na capacidade operacional militar da OTAN em face do poderio de uma superpotência como a URSS. Caracterizou também a prioridade da OTAN sobre qualquer outro pacto para o Ocidente, ampliando o prestígio dos EUA junto aos países signatários deste tratado e proporcionando-lhe condições para vir a se utilizar da base britânica instalada nas Falklands. O apoio proporcionado pela URSS à Argentina parece ter aumentado a influência soviética na América do Sul, beneficiando assim a expansão do movimento comunista internacional neste continente.

A conflagração, apesar de se constituir em exemplo típico de guerra limitada atípica, provou que esta forma de conflito pode não se circunscrever aos beligerantes, levar a uma escalada até mes-

mo nuclear, forçar Estados a formarem blocos de posições antagônicas, com grandes repercussões no cenário internacional e interno de cada nação.

Desde o final da II Guerra Mundial até a eclosão do conflito das Falklands a importância estratégica do Atlântico Sul esteve relegada a plano secundário ou minimizada pelas potências ocidentais e, com particular, pelos EUA. As únicas preocupações existentes sobre a área concentravam-se na "Rota do Cabo", por ser a "estrada líquida" do petróleo. Apenas a Argentina e a África do Sul, anteriormente tentaram reunir as nações atlânticas da África e da América do Sul em um "Pacto do Atlântico Sul", talvez movidas mais por interesses políticos do que estratégicos, cujos resultados foram infrutíferos. Outra idéia aventada foi a de estender a OTAN além do seu limite sul — o Trópico de Câncer, incluindo assim a Argentina e o Brasil. Porém, tal sugestão não vingou, dada a exclusão injustificada da África do Sul, por razões políticas. A guerra das Falklands, portanto, diante do crescimento da influência soviética na América Latina pelo apoio emprestado à Argentina e do seu poder naval, despertou o interesse do Ocidente para o Atlântico Sul com enfoque no seu extremo gelado, por onde passa a única rota direta e permanente que liga os dois maiores oceanos do mundo.

Em corolário, ficou patenteado que as potências do Atlântico Norte, na atualidade, não têm condições de operar ao sul deste, im-

pondo-se estabelecer um sistema de aliança com os países atlânticos da África e sul-americanos, bem como se efetuar uma reavaliação estratégica do Atlântico Sul, principalmente de suas ilhas oceânicas que oferecem posições avançadas de defesa ou possam servir de bases de apoio para ações ofensivas.

Por conseguinte, tornou-se clara a importância estratégica das ilhas oceânicas o que ressalta o valor de Fernando de Noronha, Trindade e Ascensão (6.000 km distante das Falklands) e a excepcional posição desfrutada pelas Falklands, Geórgias, Sandwich e Orcadas, como bases obrigatórias de apoio às operações científicas e militares na área e na Antártica, assim como postos avançados ou última linha de defesa, a fim de manter as passagens do Atlântico para o Pacífico (Estreito de Magalhães, Cabo de Hornos e Passagem de Drake) e vice-versa — reconhecidas publicamente, na televisão, pelos ingleses, como a "porta dos fundos" da OTAN.

A reavaliação estratégica do Atlântico Sul como teatro de operações veio confirmar os princípios clássicos das teorias desenvolvidas por Mahan e Spykman acerca do Poder Marítimo e Aeroespacial. Nesta guerra assistiu-se à aplicação, por parte do Reino Unido, de variadas estratégias aeronavais: bloqueio, desgaste, projeção do poder sobre terra, defesa em profundidade, manutenção da iniciativa, esquadra balanceada, ataques a aeródromos, neutralização da defesa aérea, apoio aéreo imediato,

reconhecimento aéreo etc. Contudo, evidenciou-se a vulnerabilidade das belonaves de superfície (por seu tamanho, inadequado armamento e material utilizado na sua construção), para navegar sem a devida cobertura aérea e proteção submarina. A experiência das Falklands demonstrou o papel crucial do submarino, principalmente nuclear, em operações navais, como instrumentos flexíveis e poderosos, pela velocidade desenvolvida, independência de apoio, autonomia, profundidade atingida, longo raio de ação, capacidade de romper bloqueios e inestimável de transmitir informações para os comandos distantes, sem considerar seu imenso poder de destruição atômica. Para isso, basta se recordar os exemplos proporcionados pelo afundamento do cruzador argentino "Belgrano" e rompimento do bloqueio inglês pelo veterano "Santa Fé". Entretanto, o submarino nuclear é de capital importância para a guerra anti-submarina. Neste particular, merece destaque que as profundezas oceânicas, ao sul da Bacia do Prata, nas proximidades das Falklands constituem perfeitos esconderijos para os atuais gigantescos submersíveis nucleares, como o "Typhoon", de 30 mil toneladas lançado ao mar recentemente pelos soviéticos.

A flexibilidade de emprego do poder aeronaval combinado, apoiado no componente mercante, como coadjuvante do primeiro, nessa campanha, mostrou a relevância da habilidade de ressuprimento no mar e em vôo. As baixas sofridas por ambos contendores

atestam a necessidade de se obter, pelo menos, superioridade aérea local para se manobrar livremente nos mares. Os oceanos ainda permitem deslocamentos de força aeronaval a longa distância, impor bloqueios e conduzir ações anfíbias ofensivas. A eficácia e eficiência do helicóptero e de aviões de reconhecimento na guerra anti-submarina torna-os indispensáveis nos teatros de operações marítimos.

As ilhas oceânicas atestaram, uma vez mais, ser o desembarque anfíbio a forma válida de projeção da expressão militar do poder sobre terra, se explorado convenientemente o fator surpresa e o emprego combinado de meios adequados, helicópteros, apoio aéreo imediato, defesa aérea, apoio de fogo naval, precedido da atuação de pequenos contingentes altamente especializados.

Sendo a estratégia "a arte de combinar forças diferentes visando a modificar, em determinado sentido, a evolução da situação", o conflito das Falklands mostrou ser essencial, para sua eficácia, haver unidade de comando. Do lado inglês, a direção política da guerra foi conduzida pessoalmente pelo Primeiro-Ministro, em reuniões diárias, com um gabinete composto por pequeno grupo de ministros, assessorado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Procurador-Geral, diplomatas, economistas e técnicos militares, enquanto a condução das operações, após transmitidas clara e precisamente as diretrizes gerais do governo, ficou a cargo do comando do

teatro que gozou de absoluta liberdade, sem a mínima interferência a 13.000 km de distância, atuando por integral delegação de poderes através de uma simples e eficaz estrutura de comando combinado. Para isso, estabeleceu-se um sistema de comunicações instantâneo e seguro por meio de satélites, que permitiu aos governantes dirigir a guerra de suas poltronas no Atlântico Norte. Já a multiplicidade de comando em vários níveis dos argentinos ensejou contradições e confusões que levaram ao trágico desfecho das operações e ao posterior julgamento dos responsáveis pela tomada de decisões militares e políticas.

Tanto os sucessos como os insucessos registrados, pelos beligerantes, na campanha das Falklands evidenciaram ser indispensável a obtenção de informações estratégicas, com precisão e antecedência, para se obter uma correta avaliação estratégica, a fim de se delimitar a área do teatro de operações objetivando-se o estudo e planejamento das ações. De início houve falhas de ambas as partes. Os ingleses parece terem sido surpreendidos pelos argentinos e haverem subestimado o poder do adversário. Do outro lado, os argentinos, ao que tudo indica, também, não avaliaram corretamente as possibilidades do inimigo. Esqueceram, talvez, que o mestre da "estratégia indireta" — Liddell Hart — era inglês e assim cometeram o grave erro de aguardarem os principais desembarques em Port Stanley, o que assegurou às forças britânicas, após uma série de fintas em vários

pontos das Falklands, dez horas para estabelecerem calmamente uma cabeça-de-praia em San Carlos.

A arte da estratégia coube combinar um outro fator de suma importância — a aplicação de alta tecnologia sofisticada à guerra (equipamentos de visão noturna, sistemas de detecção e acompanhamento de alvos, pontaria e direção computarizada de modernos sistemas de armas, guerra eletrônica, emprego de satélites, mísseis, radares, aviões de decolagem vertical, armamento portátil automático, armamentos especiais, viaturas anfíbias especializadas e tratores etc). O que leva a concluir, nada poderem fazer contra um inimigo bem dotado de meios modernos, forças armadas deficientemente aparelhadas. Está assim provado que corre sério risco o país que ficar na dependência exclusiva da política de fornecimento de material bélico produzido no estrangeiro. Há necessidade de desenvolvimento científico-tecnológico para as forças armadas atuarem com independência e conseqüente eficiência.

O avanço tecnológico trouxe no bojo a imperiosa necessidade de se dispor de um combatente altamente especializado e profissionalizado. O valor de um soldado profissional, voluntário, cuidadosamente selecionado e bem treinado, resoluto, física e mentalmente enriquecido, ficou amplamente demonstrado nos combates noturnos sob as condições climáticas mais adversas, pelo desempenho dos pilotos, comandos e guarnições de sis-

temas de armas de tecnologia avançada contra um conscrito, mal equipado, destreinado e desmotivado. Haja vista o exemplo dos bravos "Gurkas" que de início desembarcaram praticamente desarmados e ao final da campanha registraram apenas um morto em ação. As forças terrestres provaram ser dependentes de meios aéreos orgânicos e viaturas sobre largatas para garantir sua mobilidade em qualquer terreno. O extenso uso de armas antipessoal e anticarro atestou sua eficácia, assim como a capacidade de abrir brechas e limpar campos minados rapidamente antes do desembocar de ataques. A gama de meios eletrônicos empregados em combate obriga, cada vez mais, o soldado a se especializar. Os mísseis, tanto em terra, no mar, como no ar, dominaram o cenário dos campos-de-batalha, marcando o início de uma nova era, na arte da guerra. Embora forças armadas totalmente profissionalizadas sejam inviáveis por acarretarem prejuízos na formação de reservas e ônus ponderáveis, advindos do envelhecimento de suas fileiras e quadros, as lições da campanha assistida indicam a necessidade de se rever a legislação tradicional que rege a prestação do serviço militar e os métodos de instrução.

Nas circunstâncias excepcionais em que se processou, merece especial destaque o sucesso alcançado pela mobilização e apoio administrativo britânicos. As demandas operacionais foram satisfeitas em tempo recorde ou prontamente, atingindo um espectro amplo de

pesquisa científica e industrial. A campanha testou a validade de se contar com um planejamento para mobilização industrial, alicerçado em bases sólidas e os benefícios de se dispor de capacidade de pesquisa própria. A informática aplicada à mobilização acelerou a introdução de modificações, a improvisação e o rápido desenvolvimento de equipamentos militares, combinando itens em novas formas, criando novos modelos, adaptando peças e conjuntos, produzindo e entregando sem perda de tempo o material requerido. Os estaleiros asseguraram um elevado grau de prontidão ao poder naval. Os planos de emergência para mobilização da Marinha Mercante funcionaram bem. Em conjugação com o Ministério do Comércio, foram requisitados e fretados deste traineiras até transatlânticos, que antes mesmo de atracarem nos portos para embarque e carregamento já haviam se transformado ou adaptado, a fim de satisfazer a suas novas destinações. Equipagens, uma vez convocadas, guarneceram os navios com presteza. Planejamento meticuloso, realizado com antecedência, permitiu que equipamentos e suprimentos fossem carregados e transportados em quantidades específicas e em ordem correta. Navios especializados foram utilizados para transportar determinados itens, apesar do material de alta prioridade haver sido distribuído por diversos barcos, de forma que não fosse completamente perdido em caso de naufrágio, como aconteceu com o "Atlantic Conveyor". Entretanto,

mesmo entre os ingleses, verificaram-se problemas, tais como o embarque da pista de aviação desmontável que ainda espera vez em Southampton e os primeiros disparos do sistema de míssil antiaéreo *Rapier* terem se efetivado apenas pelo processo ótico, devido a erros administrativos terem impedido a chegada de seus acessórios em tempo hábil.

A indústria também aprendeu algumas lições. Talvez a conversão da aeronave *Nimrod* para ser reabastecida ao ar, em tempo de paz, levasse uns dois anos. A despeito da existência de estoque de peças sobressalentes, a adaptação do referido avião consumiu três semanas.

De um modo geral, a indústria e o Ministério da Defesa ingleses responderam imediata e eficientemente ao desafio da crise e às suas necessidades extras de suprimentos.

A política de venda indiscriminadamente de armas para o exterior merece ser revista com atenção, pois o Reino Unido foi um dos maiores fornecedores do material bélico que a Argentina empregou contra as forças britânicas.

O apoio logístico prestado à campanha das Falklands constitui o maior sucesso inglês. Embora as linhas de comunicação tenham se alongado excessivamente, a força-tarefa raras vezes careceu de suprimento essencial, equipamento e sobressalentes, que foram mantidos em níveis compatíveis. A força-tarefa foi organizada, equipada e despachada em tempo recorde, refletindo assim o alto grau de

prontidão e aprestamento das forças singulares.

As dotações de material e munição, assim como as reservas de guerra achavam-se completas.

A capacidade logística de apoio fora da área normal de operações foi testada e respondeu à altura da diretriz traçada, com a vantagem da concentração estratégica ter se processado fora do alcance inimigo.

Ficou comprovado ser vital, para apoiar operações à longa distância, ter capacidade de se efetuar reabastecimento em vôo e no mar. Os *Harriers*, por exemplo, voaram sem escala de Ascensão para a área de operações, sendo reabastecidos em vôo por outras aeronaves.

A contribuição dada pela indústria civil revelou o potencial da nação para enfrentar crises. Aviões comerciais transportaram mais de 350 t de carga, incluindo helicópteros, da Grã-Bretanha para Ascensão, enquanto do outro lado a Aerolíneas Argentinas cooperou em missões de transporte e reconhecimento com o seu governo.

A demanda de pessoal foi satisfeita com os efetivos normais, sem necessidade de convocação de reservistas ingleses, exceto tripulações para alguns navios requisitados, o que não ocorreu com os argentinos.

O sistema de evacuação de baixas funcionou extraordinariamente bem. Os feridos eram operados seis horas ou menos, após terem recebidos os primeiros socorros, salvando-se 90% deles. Se fez largo uso de helicópteros e navios hospitais para a evacuação de pessoal.

O sistema de informações sobre as baixas ocorridas operou maravilhosamente bem. Os parentes telefonavam no auge das operações de combate e obtinham dados precisos sobre seus familiares participantes do conflito, tendo conhecimento das baixas verificadas antes das notícias serem difundidas pela imprensa. Houve certa dificuldade em identificar os sobreviventes logo após os naufrágios, dado terem sido recolhidos por diferentes meios e transportados para diversos navios. Entretanto, o mesmo não ocorreu com os argentinos, que até após a cessação das hostilidades ignoravam o destino de alguns de seus combatentes.

O estado físico e moral da tropa inglesa manteve-se elevado, em meio aos reveses sofridos e às condições adversas enfrentadas, graças à boa qualidade dos abrigos, uniformes e calçados utilizados, assim como das rações distribuídas. Tal fato não se deu com seus oponentes.

Apesar dos ingleses terem feito, ao término da campanha, um total de 11.400 prisioneiros, todos receberam adequada alimentação, tratamento médico e fardamento, sendo observados os procedimentos recomendados pelas Convenções de Genebra.

O governo britânico procurou desde a eclosão dos atos de hostilidade fornecer comunicados acurados, tão rápido quanto possível, tendo os Ministérios da Defesa e do Exterior expedido relatórios, sistematicamente, para a imprensa internacional e adidos militares credenciados em Londres, sobre os

campos diplomáticos e militares, à medida que a situação evoluía. Medidas foram tomadas pelo Serviço de Informações para neutralizar a propaganda adversa, sendo levado razoável número de correspondentes ao teatro de operações. Essas ações muito contribuíram para obter apoio externo.

Sem apoio da opinião do público interno não teria sido possível montar e levar a efeito a operação. Foi indispensável também o apoio dos aliados. Em algumas oportunidades, para evitar a publicação de determinadas informações úteis aos argentinos, foram retardadas a divulgação de certos acontecimentos. Mostrou-se necessária a adoção de um sistema de censura, a fim de proteger as ações militares, antes e durante o desenvolvimento das operações.

Eis em síntese, alguns reflexos do conflito das Falklands no domínio da estratégia e da expressão militar do poder. Lamentavelmente, grande parte dos ensinamentos coletados restringe-se à experiência inglesa, em razão dos argentinos não terem ainda revelado maiores informações sobre o que se passou do outro lado da colina.

Poder-se-ia rotular a guerra dos 74 dias como um conflito onde foram empregadas nova tecnologia e velhas táticas, como salientou Guertner.

Bibliografia

GEORGE, Bruce & COUGHLIN, Michael. British Defence Policy After the Falklands. *Survival*. Londres, XXIV (5): 201-210. 1982.

DOBSON, Christopher, Miller, John & PAYNE, Ronald. *The Falklands Conflict*. Grã-Bretanha. Coronet Books. 1982. 213 páginas.

GUETNER, Gary L. *A Guerra dos 74 Dias: Novas Tecnologias e Velhas Tá-*

ticas. Military Review. Fort Leavenworth, Kansas, EUA. LXIII (2): 70-78. 1983.

GRÃ-BRETANHA. Her Majesty's Stationery Office. *The Falklands Campaign: The Lessons*. Londres. 1982.



O Cel QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho possui os cursos de Técnica de Ensino, de Motomecanização (EsMB), de Aperfeiçoamento (EsAO), de Comando e Estado-Maior (ECEME), de Estado-Maior do Exército Britânico (Staff College Camberley), do Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield), de Extensão de Manutenção e Reparação Automóvel, do Exército dos EUA (Aberdeen Proving Ground), além de ser bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Exerceu as funções de instrutor da AMAN, do CPOR-RJ e da ECEME. Integrou também o corpo permanente da Escola Superior de Guerra e o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. É membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e sócio-fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Ex-comandante do CPOR do Recife, PE. Atualmente é estagiário da Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro.



OCEANOPOLÍTICA

Therezinha de Castro

INTRODUÇÃO

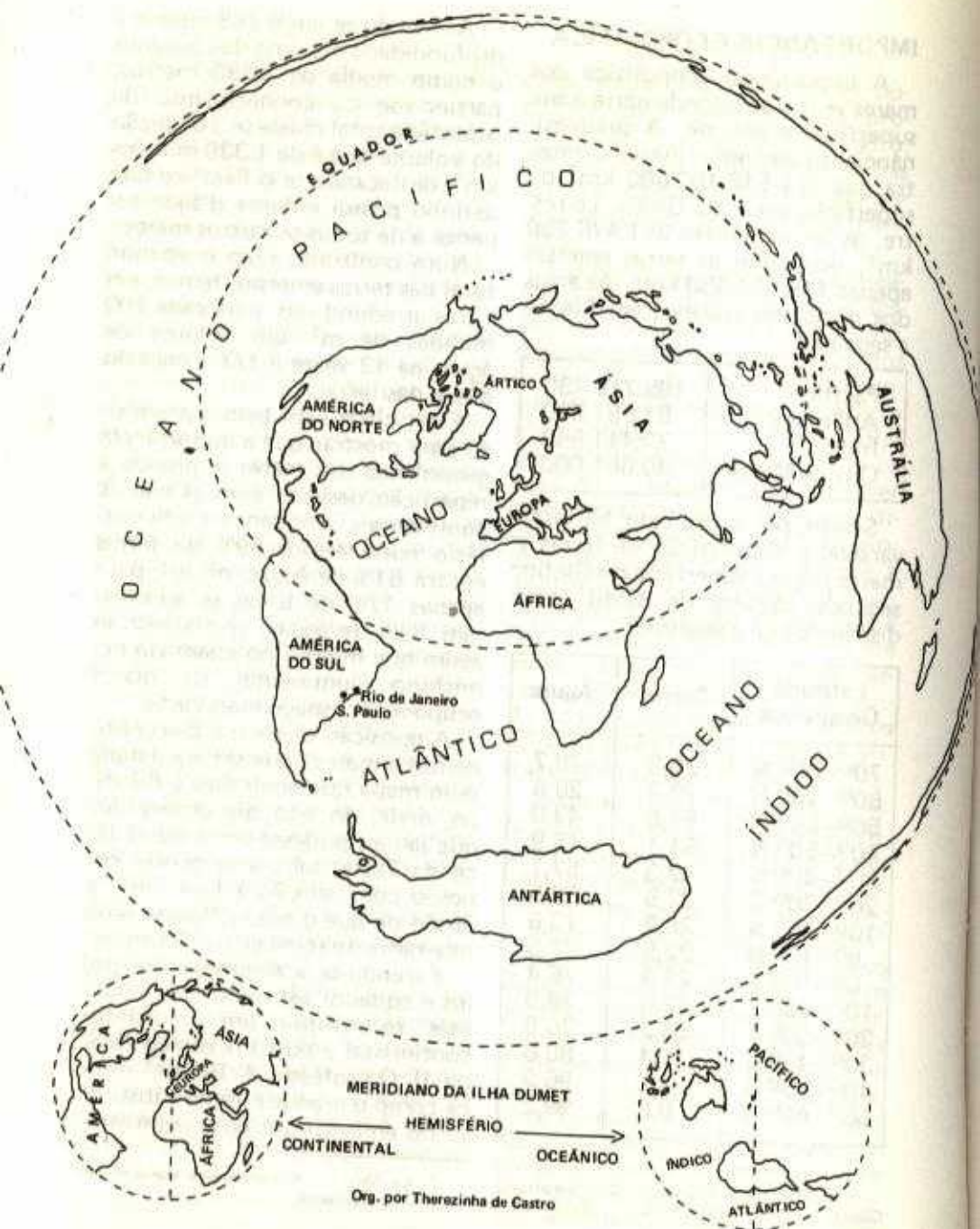
No momento em que Bartolomeu Dias atingia o Cabo da Boa Esperança (1487) deparava-se o homem frente a frente com a grandeza do mar-oceano, inaugurando-se na História da Humanidade uma segunda dimensão até então sem paralelo.

O mar ensejava o descobrimento de novas terras — América, Ásia e África — que se prolongaria dos séculos XVI ao XIX, passando da vela ao vapor, da propulsão mecânica à construção metálica. Só o desvendar da Antártica continuou até o século XX a se manter como o único desafio aos exploradores contemporâneos. Desafio que vem sendo aceito, pois observando-se o hemisfério oceânico vemos logo que avulta o posicionamento cen-

tral da Antártica, onde já se realizaram os primeiros ensaios para o traçado das rotas aéreas transpolares, na era da terceira dimensão, da conquista do espaço. (Mapa 1)

A despeito da conquista do espaço aéreo, a superfície líquida da Terra passou a ser objeto de mais profundas observações sobretudo depois que em nosso século o "Tritão", o maior submarino estadunidense, impulsionado por energia atômica, quase que seguindo a rota de Fernão de Magalhães (século XVI) confirmou a importância global dos espaços marítimos. (Mapa 2)

Começa então a se impôr em nosso século XX a Geozonografia, compartilhando a Terra com base nas massas oceânicas "que com o acervo dos grandes progressos científi-



vessa a pequena ilha Dumet na embocadura do Vilaine, em águas francesas que passa a se constituir no pólo continental da Terra; definindo-se por $42^{\circ} 24' 42''$ de latitude norte por $2^{\circ} 37' 18''$ de longitude oeste, este último substitui ao meridiano de Greenwich. Consequentemente o polo oceânico da Terra passa a se localizar no sudeste da Nova Zelândia.

Nessas condições, o hemisfério continental apresenta-se com 54,5% de terras e 45,5% de águas, numa proporção equilibrada, enquanto o hemisfério oceânico, com 11,3% de terras e 88,7% de águas, se caracteriza pela predominância do elemento líquido.

No hemisfério sul os três grandes oceanos se reúnem quando os continentes apontam seus vértices para a Antártica; assim, esses vértices se encontram no Cabo da Boa Esperança (África) a 35° de latitude sul, no Cabo Horn (América) a 56° de latitude sul e no Cabo Sul (Tasmânia) a 39° de latitude sul. Assim, embora a demarcação dos círculos polares subsista no norte e no sul, determinando o limite aproximado dos mares gelados, no hemisfério oceânico o Glacial Antártico inexistente praticamente. Por isso, enquanto o Glacial Ártico é um mar do tipo interior, aceita-se o Glacial Antártico como um mar do tipo marginal; daí a problemática geopolítica da Antártica ser bem mais complexa que a do Ártico.

No contexto geral, ainda, o perigo entre os paralelos de 56° e 60° , tanto no hemisfério norte

quanto no sul, serve para destacar a zona faixa que limita a navegação ativa, excetuando-se a caça da fauna marinha ártica e antártica.

Numa visão geral do Mapa 1 observamos que as massas terrestres centradas no hemisfério continental, na faixa das várias planícies que circundam o Ártico, dão, em sua simetria, a idéia de que as áreas territoriais foram forjadas por forças naturais numa nítida tendência de ser antípoda ao mar. Por isso, nessa assimetria, enquanto o Pacífico, rodeado por um cinturão vulcânico, demonstra a sua juventude geológica, o Atlântico, é bem mais arcaico, apresentando dobras montanhosas em suas costas. Disto resulta a atividade geopolítica maior para o Atlântico, de costas mais baixas para melhores instalações portuárias; e em torno do Atlântico, que, ao contrário do Pacífico, aproxima as terras, temos a visão de que a América é um apêndice longo e curvo da Eurásia, enquanto a África nada mais é do que uma simples península do Velho Mundo. E foi nesse entrosamento terra-mar que se impôs, no âmbito das Relações Internacionais, a Oceanopolítica.

Os três grandes blocos — Eurasiática, América e Austrália, quase que contíguos, ligados por istmos, estreitos e escalonados por ilhas, induziria alguns geólogos a afirmarem que na Idade do Gelo todos estavam ligados por um rebaixamento do nível do mar. Assim sendo, apenas a Antártica se encontrava isolada, muito embora Wegener não a exclua da união, defendendo a tese de um único

continente — a Pangéia, ligada por um único oceano.

Podemos observar que tal fato vem revelar a chamada mitologia dos continentes: enquanto as Américas são na realidade ultramarinas entre si, a Europa é, na prática, "um continente somente por cortesia"; na realidade se constitui numa das quatro grandes penínsulas projetadas das margens meridionais e ocidentais da Ásia.⁴

Numa versão um pouco diferente essa idéia está implícita em Ratzel que, em sua "Antropogeografia", nos diz: "a água é um invólucro delgado parcialmente descontínuo, entrelaçado sobre o Globo. A semelhança fundamental de todas as águas da Terra não é uma idéia científica peculiar. Vemos nos fluxos dos mares em torno dos litorais, nos quais desaguam todos os rios, a simples consequência de uma ligação entre a água dos mares e os leitos dos cursos d'água, até os nossos dias reconhecida pelos povos primitivos. Quando Livingstone perguntou aos aborígenes de Liambai onde nascia esse curso d'água, disseram — nasce em Leoatlé ou o Mar do Homem Branco. Nessas condições, tendo em vista que o mar, com o crescente comércio, contribui mais para unir os povos do que propriamente para separá-los, o antropogeógrafo, lançando uma visão sobre todo o Globo, não se defronta com algo inteiramente novo. O elemento que flui sempre transformou a humanidade presa à terra no sentido

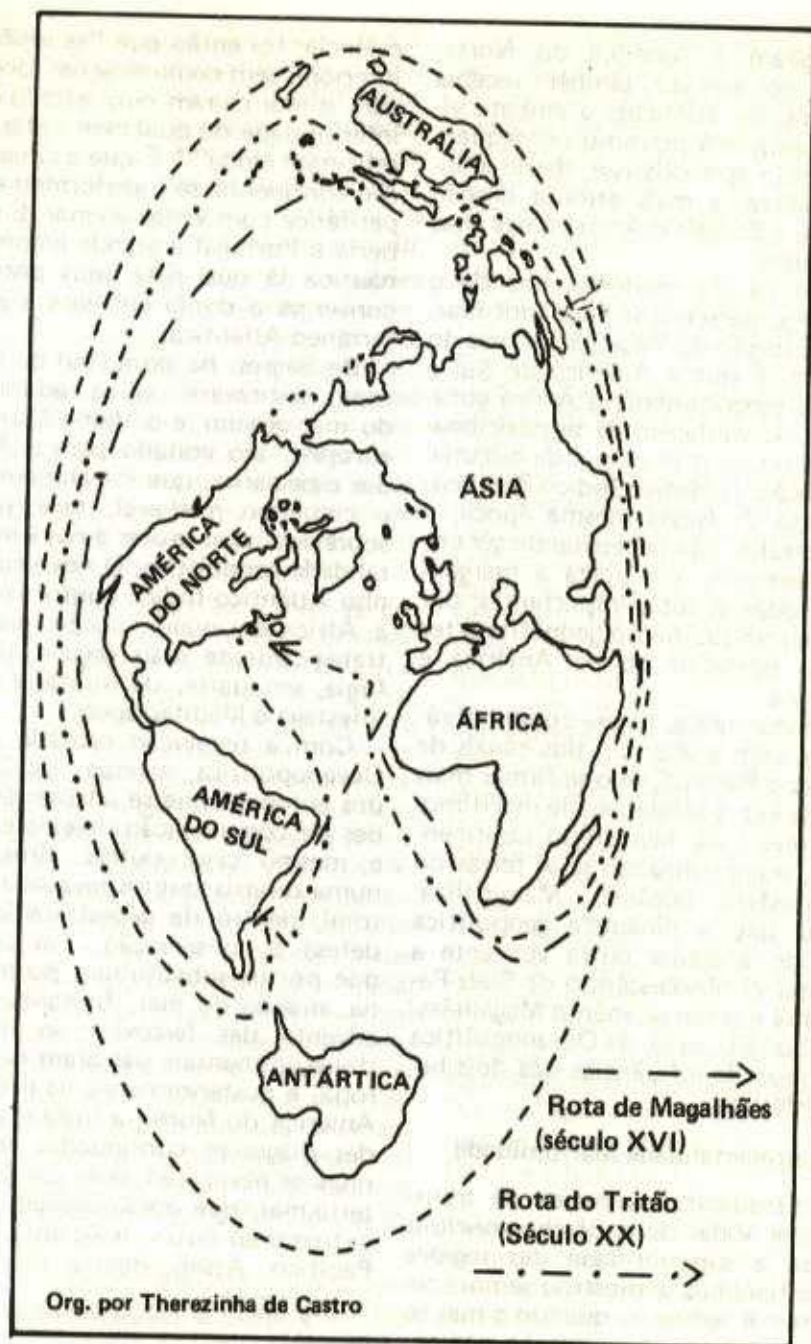
mais lato; se não o mar, então os rios, suas próprias raízes ou veias."⁵

Concluimos então, dentro do enfoque geoestratégico, que a linha de defesa é bem mais forte quando com base na solidariedade marítimo terrestre. E dentro dessa premissa observamos que no hemisfério continental a rota é contínua devido à quase seqüência de terras e águas, enquanto no hemisfério oceânico, as terras que caracterizam o isolamento nada mais são do que fímbrias ou arremates das comunidades existentes no norte. E esta fisiografia tem contribuído para que no jogo geopolítico os países do hemisfério continental venham dirigindo os destinos dos envolvidos no hemisfério oceânico num caracterizado eixo leste-oeste que se sobrepõe ao norte-sul.

Complementando a idéia, no hemisfério continental os blocos oriental e ocidental se aproximam ao máximo no Círculo Polar Ártico, quase que se tocam na América do Norte e a Ásia separadas apenas pelo Estreito de Bhering, enquanto entre a Europa e o continente americano se interpõem as Ilhas Britânicas, a Islândia e a Groenlândia como trampolins naturais. A fisiografia contribui, pois, para que se instalasse ali a zona do Globo mais afeita à expansão do elemento humano, envolvida na dinâmica geopolítica. A tal ponto, que antes mesmo da era oceânica propriamente dita, os nórdicos saindo da Europa setentrional,

⁴ Derwent Whitlesey — "The Earth and the State: a Study of Political Geography" — New York, 1939.

⁵ Citado por E. C. Semple — "Influences of Geographic Environment on the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography" — Londres, 1911.



atingiram a América do Norte, que, por sua vez, também recebia imigrantes asiáticos; o embate viking-esquimó permitiu consequentemente que existisse, desde a antiguidade, a mais estreita ligação entre a Eurásia e América nas altas latitudes.

Só na era moderna, quando o tráfego passou a se fazer por mar, via Estreito de Magalhães e rota do Cabo, é que a América do Sul e mais especialmente a África gozaram da vantagem de se posicionarem no eixo principal da circunavegação Atlântico-Índico-Pacífico. (Mapa 2) Nessa mesma época, a Austrália, não necessitando ser circunavegada, era posta a margem de todas as rotas importantes; daí o seu renascimento geopolítico ter sido posterior ao da América e África.

Finalmente, na era contemporânea, com a abertura dos canais de Suez e Panamá, veio se firmar mais uma vez a solidariedade marítimo-terrestre no hemisfério continental, marginalizando-se as terras do hemisfério oceânico. Marginalização que a dinâmica geopolítica tende a anular outra vez ante a possível obsolescência de Suez-Panamá e o renascimento Magalhães-Cabo. Eis, pois, na Oceanopolítica o jogo de influências dos dois hemisférios.

Continentalidade-Maritimidade

Estudando os meios de transporte Vidal de la Blache concluiu que a superioridade das regiões continentais se mostrou sempre relativa e terminou quando o mar se tornou a via de circulação por ex-

celência; foi então que "as regiões interiores sem comunicações fáceis com o mar caíram num estado de inferioridade do qual nem todas se refizeram ainda".⁶ É que a circulação continental se transformou em periférica com vistas ao mar. E caberia a Portugal a grande empresa náutica já que para seus portos convergia a dupla corrente Mediterrâneo-Atlântica.

De Sagres, na ponta sul da Europa, desbravaram-se os caminhos do mar-oceano, e o Velho Mundo europeu, tão voltado para a Ásia das especiarias, que lhe alimentara o comércio medieval, teve, para sobreviver, que se ater à nova mentalidade geopolítica. O novo caminho Atlântico-Índico contornando a África era maior, porém geoestrategicamente mais seguro, pois, fugia, em parte, da pirataria que infestava o Mediterrâneo.

Com a revolução causada pela Oceanopolítica, tiveram os Estados europeus que se adaptar às redes de comunicação preexistentes e mesmo criar outras, firmadas numa diretriz que os levasse ao litoral, dentro da geoestratégia da defesa e conservação. Foi assim que portos substituíram portos e, na atração do mar, firmar-se-ia o advento das ferrovias; as linhas transcontinentais passaram na Europa, e posteriormente na própria América do Norte, a formar grandes diagonais continuadas em linhas de navegação, num complexo terra-mar, que comunicavam num extremo ao outro, o Atlântico e o Pacífico. Assim, dentro do enfo-

⁶ "Principes de Géographie Humaine" - Paris, 1921.

que oceanopolítico, dois principais grupos de portos passaram a se defrontar entre 27º e 40º de latitude norte nas costas da América do Norte, e entre 40º e 54º de latitude norte nas da Europa, transformando esse setor marítimo na rota mais movimentada do mundo.

A fase atual das comunicações ainda se atém à conexão rodoviária-porto, a despeito do advento do avião, já que este se restringe ainda, grosso modo, ao transporte de passageiros e correios. Conseqüentemente numa ligação de redes continentais e costas marítimas, o grande porto detém ainda sobre o aeroporto, a vitalidade do poder geopolítico.

O êxito entre as linhas de circulação terra-mar levou a humanidade, sempre ávida em encurtar distâncias, a procurar, ainda que artificialmente, a passar de um mar para o outro. Assim, em novembro de 1869 os navios começaram a transitar por Suez; essa nova passagem que não chegou a ameaçar a ferrovia Moscou-Vladivostok, se transformou numa grave ameaça ao projeto Berlim-Bagdad, chegando mesmo a provocar sérias pressões diplomáticas. Já o Canal do Panamá, inaugurado em agosto de 1914 foi, em grande parte, conseqüência da Guerra Estados Unidos-Espanha (1898) que mostrou a necessidade de uma via marítima na América Central para reunir as esquadras do Atlântico e Pacífico reduzindo em 16.032km a rota do Cabo Horn.

Conseqüentemente, as vias oceânicas, que na Idade Moderna tinham a sua diretriz sul na união

Atlântico-Índico (via Rota do Cabo), Índico-Pacífico (via Estreito de Malaca) e Pacífico-Atlântico (via Estreito de Magalhães), retornam ao hemisfério continental. Conseqüentemente, entre os caminhos terrestres e a navegação marítima se estabelecem, paulatinamente, um emaranhado de atribuições geoeconômicas e geopolíticas, que redundaram, após o segundo conflito mundial, numa tomada de consciência geoestratégica dando origem a OTAN e ao Pacto de Varsóvia.

Nesse hemisfério continental, nas diagonais Nova York-S. Francisco e Halifax-Vancouver, que cortam o continente norte-americano, complementada além Atlântico pela Havre-Vladivostok cortando a Eurásia, as transcontinentais acopladas à navegação marítima criam, na interpenetração íntima entre países, uma partilha de atribuições geopolíticas e geoestratégicas. Concluindo-se, assim, que no hemisfério continental a circulação terrestre não prescinde dos caminhos marítimos enfatizando, pois, a Oceanopolítica.

No hemisfério oceânico, se tomado o equador terrestre, se insere praticamente toda a América do Sul, parte da África, toda a Oceânia e a Antártica (Mapa 1). Tomando-se o meridiano da ilha Dumet, apenas o vértice da América do Sul e a Oceânia, tendo centrada a Antártica formam os pontos de apoio sólidos, mas praticamente ignorados como terminais de rotas, nas vastas toalhas oceânicas transformando o Pacífico, em especial, num vasto "deserto" d'água sobre a face da Terra.

Aberto o Canal do Panamá afirmava o então Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson: "na história da humanidade começa uma nova era — a do Pacífico". Nova era sim, mas para o Pacífico Norte, já que o canal no istmo da América Central tinha, além do objetivo geoestratégico da rota menor e mais eficaz, também a finalidade geopolítica e geoeconômica de aproximar os Estados Unidos do Extremo Oriente. Consequentemente, a nova era seria melhor definida por H. Chassagne⁷ como "a dos antagonismos no Pacífico".

Partindo-se do princípio do ciclo histórico se prendendo a ciclos evolutivos estendendo-se do século XVI ao XX, numa constante alternância das rotas, conclui-se que a zona de contacto entre os hemisférios continental e oceânico se alargou naturalmente no sentido leste-oeste como no norte-sul, com espaços terrestres mantendo sempre íntima ligação com os espaços marítimos. Fato este consolidado pela Geopolítica e Geoestratégia que se vem implantando a partir da Segunda Guerra Mundial. Assim, as duas superpotências, depois de se protegerem em seus territórios e mares nacionais, ampliaram sua esfera de ação para as fímbrias ou periferias, atingindo o hemisfério oceânico. Buscando então pontos de apoio ou "glacis defensivos" de posicionamento geoestratégico marítimo em ilhas ou pontos costeiros, as superpotên-

cias consagraram a importância geopolítica do mar dentro de suas esferas de influência. No âmbito da Oceanopolítica, a Doutrina de Facilidades Navais e flechamento de rotas adotada pela Rússia, passou a influir fortemente no continente, apoiada nos vazios que se formam nos mares ante o recuo do Bloco Ocidental.

A importância dos pontos de apoio costeiros vem da antiguidade histórica. No momento em que o Governo Português começou a virar as costas para o mar, "os holandeses, desde o Cabo da Boa Esperança até as Ilhas de Sonda, tallharam um Império às custas de Portugal, enquanto mercê das Antilhas e da Guiana, organizavam o senhorio das Índias Ocidentais."⁸ Note-se então que o ponto de apoio ou "glaci defensivo" holandeses implantado durante 24 anos no nordeste brasileiro, foi a base geopolítica e geoeconômica da Companhia das Índias Ocidentais. Nota-se ainda que em sua busca sucessiva de compartimentos marítimos ao longo das massas continentais, a França, dentro de seus objetivos oceanopolíticos, também lutou para obter pontos de apoio no litoral brasileiro, quer através da França Antártica, quer através da França Equinocial. Idêntica geoestratégia orientou a Inglaterra na fase inicial da talassocracia com o saldo dos despojos da Holanda e França.

No processo de expansão oceânica, os objetivos da Holanda, França e Inglaterra são sempre

⁷ "Le Japon contre le Monde" — Paris, 1938.

⁸ Vidal de la Blache — obra citada.

idênticos, embora distintos, em certos pontos, os meios para atingi-los. Enquanto a política colonial francesa se ateve aos avanços e recuos da ação governamental, a expansão inglesa do tipo liberal privado como a holandesa, orientou-se sobretudo, como válvula de escape para as pressões político-religiosas do Governo de Londres. O Almirante Mahan, em seu livro "Influência do Poder Marítimo na História (1660-1782)", numa análise conjuntural das atividades oceanopolíticas dessas três nações européias, justifica o maior e melhor desempenho inglês.

Na ocasião, o império dos mares pareceu poder ser conquistado apenas pela Inglaterra; por isso, um contemporâneo de Cromwell, Sir James Harrington, substituiu a palavra talassocracia por oceana.⁹ A talassocracia indica um poder marítimo restrito a uma determinada zona marítima; foi o que ocorreu no ambiente interiorizado do Mediterrâneo com os gregos e fenícios com pontos de apoio em ilhas ou costas. O mesmo ocorrendo praticamente com Portugal e Espanha que numa ocupação costeira dividiram as zonas marítimas do oriente e ocidente em suas esferas de domínio. Oceana, portanto, caracterizou o vasto império inglês, não tão periférico quanto o português, nem tão localizado quanto o espanhol; os ingleses, de pontos marítimos atingiram hin-

terlands continentais, construindo "impérios" dentro do Commonwealth na América do Norte, Índias, África (sobretudo no sul) e Austrália.

Eis, pois, a História nos fornecendo como personagens alguns Estados com vocação marítima dentro de suas respectivas épocas, procurando todos, no entanto, atingir a seus objetivos hegemônicos. Tudo porém, na versão caracterizadamente oceanopolítica — da instalação em pontos costeiros à formação de impérios terrestres com base no conjunto ilimitado dos oceanos.

"O mar é uma coisa comum, como o ar e a água da chuva", dizia Justiniano¹⁰, governante do vasto Império Romano; essa idéia vai bem a propósito em se tratando das talassocracias instaladas na antiguidade. O mar era então a tinta superficial de uniformidade dependente de impérios circun-mediterrâneos. O conceito de que um domínio de fato viesse a se estabelecer nos livres espaços oceânicos só seria lançado em 1494, quando em Tordeilhas, portugueses e espanhóis dividem terras e mares do Globo através de um meridiano que ia de pólo a pólo. Nota-se nesse acordo os objetivos maritimidade e continentalidade dos dois governos ibéricos; Portugal, bem mais voltado e devotado ao mar herdou a parte terrestre mais dependente das ativas rotas oceânicas da época (Atlântico-Índico), enquanto a Espanha de mentalidade bem mais continental, ficava na

⁹ Oceana é um feminino abrangente, envolvendo as idéias de metrópole ou mãe-pátria; oceano, masculino, do grego okeanós, vem de deus do mar, personificando as águas que rodeiam um conjunto de terras habitadas.

¹⁰ Institutas — II — 1.

dependência do Pacífico, o setor menos promissor da geometria política.

Pode-se dizer que é a partir de Tordezilhas que terra-mar passam a se interpenetrar mais intimamente, impondo-se a Oceanopolítica; generalizou-se a influência dos oceanos, fazendo-se sentir mais fortemente nos continentes. Continentalidade frente a maritimidade, duas concepções da Geopolítica, numa constante, correspondendo aos dois grandes eixos em torno dos quais tem se desenrolado a História: o norte-sul. E se hoje o colonialismo é visto como prática dos impérios marítimos, na progressiva expansão da cultura ocidental; o satelitismo nada mais é do que o reflexo da mentalidade continental do líder do Bloco Ocidental, que sujeita centralizando, para uniformizar avassalando.

Na talassocracia os impérios, pela proximidade criaram colônias; na oceana, os conquistadores, pela distância tiveram que colonizar. Como colonizadoras, as potências ocidentais européias se valeram de seu posicionamento central no hemisfério continental, de onde podiam, através dos oceanos, realizar as trocas quer culturais quer econômicas.

Os continentes foram então colonizados na mais estreita dependência do mar, ocupando, inicialmente, a América pela atração das costas baixas atlânticas, depois a África pela maior proximidade, e finalmente a Oceânia no terminal de rotas. A ocupação então foi bem periférica. A própria Índia, cujas grandes cidades e aglomera-

ções humanas se distribuíam ao longo do Ganges e seus afluentes, teve sua vida reorientada na era do comércio oceânico; sobretudo depois da abertura da Rota do Cabo para a Europa e também posteriormente, com o Canal de Suez, visto que as duas vias contribuíram para intensificar o intercâmbio Índia-Occidente. O mar europeizou a Índia periférica através de Goa, Diu e Damão com os portugueses ao lado de Mahé, Karikal e Pondicherry com os franceses antes da grande península asiática entrar na órbita do Império Britânico.

O século XVI, pode, pois, ser caracterizado como o das diretrizes continentais em busca do mar. Na América do Sul os bandeirantes partiam do Atlântico em busca do Pacífico sem conseguir alcançá-lo; enquanto os colonos no norte conseguiam transformar o núcleo geohistórico das 13 colônias atlânticas nos Estados Unidos, um país bioceânico. Por sua vez, do núcleo geohistórico interiorizado do Grão-Ducado de Moscou, os russos avançaram para o norte, para o sul e para o leste levando seu território euroasiático a três frentes marítimas. "A superioridade militar sobre a cavalaria até então invencível foi ganha por números, artilharia e fortificações, no emprego dos quais Pedro, o Grande fora instruído na Europa Ocidental. Novos arsenais em S. Petersburgo constituíram a base da expansão da Rússia até os mares do norte e do sul".¹¹ Observando-se que o objetivo de Pedro, o Grande em

¹¹ J. H. G. Lebon — "An Introduction to Human Geography" — Londres, 1962.

ter "uma janela para o mar", foi ampliado, na atualidade, pelo Kremlin na conquista de "portas para o mar", ao pôr em prática a Doutrina Gorshkov que visa transformar Moscou num porto dos cinco mares".¹²

Notamos assim, que a partir do século XVI, ao eixo continental Europa-Ásia-África formado pela "ilha mundial" de Mackinder, se interpenetram os oceanos Atlântico-Pacífico-Índico estendendo, conseqüentemente, a civilização para a periferia de um crescente insular representado pela América de um lado e Oceânia do outro. Na atualidade essa periferia é constituída pelas terras marginais polares; enquanto a colonização do Ártico já é um fato, a ocupação da Antártica começa a ser um feito.

Exemplificando, pode-se dizer que é inegável a importância do Alaska na geoestratégia dos Estados Unidos, bem como a Groenlândia (ligada histórica e politicamente à Dinamarca) no seio da OTAN. Foi, sem dúvida, o aspecto geoestratégico que levou a Rússia a aceitar o princípio dos setores polares do canadense Pascal Poirier para anexar os arquipélagos e ilhas defrontantes com sua costa siberiana. Ao longo da costa siberiana do Ártico, grandes empresas agrícolas (sorkhoses) estão em pleno desenvolvimento; ao norte do Círculo Polar Ártico já são cultivadas variedades subtropicais do trigo, da cevada, da beterraba,

etc., afirmando Mikhailov¹³ que esta realidade não corresponde a uma adaptação ao meio e sim a uma transformação do meio. Transformação do meio que já vem se planejando também para a Antártica, embora a mais longo prazo.

É a vitória do possibilismo sobre o determinismo bem definida por Vidal de la Blache¹⁴ ao afirmar que só temos uma arma para entrar nesse mundo fechado, "o espírito apetrechado pela Ciência, capaz da invenção, estimulado hoje pela consciência mais nítida de tudo o que oculta a energia à volta de nós". Assim, continua o geógrafo francês, "no mundo dos mares, como no dos ares, as conquistas do espírito e as aplicações práticas a que deram lugar são os mais altos símbolos da grandeza do homem". Falecido subitamente em 1918, Vidal de la Blache, no capítulo "Reações Continentais" de sua Geografia Humana, a que não pôde dar os últimos retoques, afirma textualmente que "as modificações operadas pela Ciência são muito rápidas: a utopia de ontem é a realidade do amanhã".

A conquista do mundo se fez por etapas — da talassocracia à oceana; e dentro das modificações operadas pela Ciência a utopia de ontem é justamente a Antártica de hoje, o continente que se procura conquistar na junção dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, mos-

¹² M. J. Lemierre — "Mer et Terre" — Anales IV-1 — Janvier, 1949.

¹³ Vide para maiores detalhes — "Nicolas Mikhailov — "Nouvelle Géographie de l'URSS" — Paris, 1936 — Capítulo intitulado "Agriculture Polaire".

¹⁴ Obra citada.

trando que embora o homem já busque uma terceira dimensão, o espaço sideral tem ainda essa importante etapa oceânica para vencer.

CONCLUSÃO

Em sua tese do Poder Terrestre Mackinder ainda localiza no hemisfério norte o centro principal dos acontecimentos políticos. De fato, desde eras remotas até os nossos dias as superpotências foram sempre Estados do hemisfério Continental.

No entanto, depois da Segunda Guerra Mundial, com a formação da OTAN, liderando o Bloco Ocidental, os Estados Unidos barram no Atlântico, ao norte do Trópico de Câncer, as intenções da Rússia de ter aí "uma janela para o mar". Como no núcleo geohistórico do Ártico já se defrontam as duas superpotências, a Rússia, num movimento de envolvimento, vem fazendo o cerco através do Índico e Atlântico Sul, os chamados "mares quentes".

Os fatos vêm demonstrando que a força internacional russa ganhou novo impulso após a Segunda Guerra Mundial tirando proveito da política imediatista do líder do Bloco Ocidental. Assim, a Rússia obteve o que não havia conseguido em vários séculos de lutas — instalar-se na Europa Central, adquirindo excelente posicionamento nos Balkans. De potência naval de segunda classe, o Kremlin acelerou o seu Poder Marítimo ante o recuo francês e inglês no Índico, estabelecendo para a Rússia glacis defensivos nesse oceano, flechando ro-

tas no Mar Vermelho; de Moçambique, ponto chave no Índico, o Kremlin se posicionou no Atlântico Sul no litoral africano comandado por Angola. Em se tratando, pois, de "mares quentes", no contexto regional do Atlântico Sul a Rússia, dentro do aspecto específico das áreas geoestratégicas está ainda na grande pendência de bases no litoral sul-americano.

Na ante-sala da OTAN duas áreas geoestratégicas têm destaque na defesa de nosso continente — o Caribe e o saliente nordestino em território brasileiro. No Caribe, a Rússia conta com Cuba, a sua maior base extracontinental, servindo não somente como "ponto de apoio militar, mas também como centro de treinamento político-militar, núcleo de convergência e irradiação de sua influência nas Américas"¹⁵: não contando porém com o complemento do saliente nordestino na zona de estrangulamento do Atlântico, onde o nosso território mais se projeta no oceano.

Ainda no hemisfério oceânico avulta a importância da Austrália como barreira entre o Atlântico e o Pacífico. Por seu posicionamento geoestratégico entre esses dois oceanos, essa gigantesca ilha (7.703.273 km²) leva mais destaque na questão da autodefesa diante do confronto leste-oeste, do que propriamente no setor comercial. Ocupa posição chave na linha insular da Oceânia; na con-

¹⁵ General Rubens Reestel — "Expansão Soviética e Segurança Continental" — CONVIVÍUM — maio/junho de 1980 — Ano IX — Vol. 23.

juntura do Índico destaca-se Darwin numa das extremidades e Singapura na outra. Como vanguarda defensiva, a missão de Darwin é a de sentinela sobre o Estreito de Torres, anteparo da Austrália contra uma invasão, daí ter sido construída no local, depois da Segunda Guerra Mundial uma base militar aeronaval.

A importância do Estreito de Torres se complementa no outro lado do Índico, em Bab-el-Mandeb (48 km) que liga esse oceano ao Mar Vermelho. Esse Estreito se constitui num arco centrado na Arábia Saudita, precisamente em Ryad, que vai até o Golfo de Oman, num complexo jogo de influências entre as duas superpotências. Na Baía de Turban (Iemen do Sul), no Bab-el-Mandeb, a Rússia construiu um grande e bem equipado porto, pois, instalações desse tipo ajudam a Marinha "a demonstrar poderio econômico e militar de um país muito além de suas fronteiras".¹⁶

A retirada de bases inglesas e estadunidenses dos chamados "mares quentes" mostra um recuo dos ocidentais, enquanto, paralelamente, a Rússia vem intensificando o uso de instalações militares portuárias em todo o mundo. No âmbito, pois, da Oceanopolítica, o Bloco Ocidental, num sutil interrelacionamento das atividades culturais e econômicas poderia sincronizar melhor, tal como ocorreu logo após a Segunda Guerra Mun-

dial, as suas políticas marítimas para poder competir. A dissolução em 1977 da OTASE (Organização dos Tratados do Sudeste Asiático), pôs fim a toda uma oceanopolítica idealizada por Foster Dulles, Secretário de Estado do Governo Eisenhower. A OTASE era um dos extremos de um cinturão de contenção da Rússia, terminando na OTAN na outra extremidade, centrado no CENTO ou Pacto do Oriente Médio, e com respaldo no ANZUS ou Pacto do Pacífico. Enquanto a OTAN se mantém, embora constantemente ameaçada pela ascensão de Partidos Comunistas, o anel de aço e fogo que se estendia do Pacífico ao Atlântico, passando pelo Índico, se desfez pela fragilidade das estruturas militares baseadas em alicerces políticos precários.

Conseqüentemente no terminal ocidental do Índico, tanto a África do Sul quanto a Namíbia (esta já inteiramente no Atlântico), constituem o anteparo de defesa contra o expansionismo cubano-soviético na tão ameaçada Rota do Cabo. A África Austral tem importância geoestratégica fundamental para o controle das rotas marítimas de comércio na ligação Atlântico Sul-Índico. Nessas condições analisando o desastre econômico-militar que redundaria na queda do governo de Pretória na órbita comunista afirma Ian Greig: "Não só desapareceria imediatamente toda a possibilidade de se proteger a Rota do Cabo, ficando as fontes de matérias-primas sujeitas a ameaças constantes, como também, em tempo de guerra, os adversários do

¹⁶ Almirante Sergey G. Gorshkov — "The Navy in War and the Peace" — Morskoy Shornik — nº 12 — Moscou, 1972.

Ocidente teriam a possibilidade de dividir o mundo em dois".¹⁷

Pela África do Sul passaria assim uma nova "linha de Tordezilhas", numa visão que viria a coarçar de êxito a Doutrina Gorshkov. Por essa doutrina, a Rússia procura consagrar a busca de uma hegemonia meramente ideológica na África; trata-se, na prática, de uma política bem mais oceânica — a de obter o maior número de bases navais que assegurem permanentemente à Marinha Vermelha portos para a estocagem e reabastecimento tanto em tempo de guerra como no de paz, sem correr o risco das mudanças locais tão comuns no instável continente. Sabe bem o Kremlin que no hemisfério oceânico aquele que possuir o domínio do mar se encontrará em ótimas condições para exercer a supremacia local.

Para o Bloco Ocidental a geoestratégia significa também incrementar a capacidade de penetração nos três grandes oceanos, sobretudo no hemisfério austral. "Tal estratégia implicaria numa cadeia mais concentrada de bases insulares tanto no Índico quanto no Atlântico Sul e planos para uso intenso de bases na Austrália e possivelmente no Brasil".¹⁸

No contexto regional do Atlântico Sul, na zona vulnerável do TIAR, destaca-se, conseqüentemente, o Brasil, país que embora

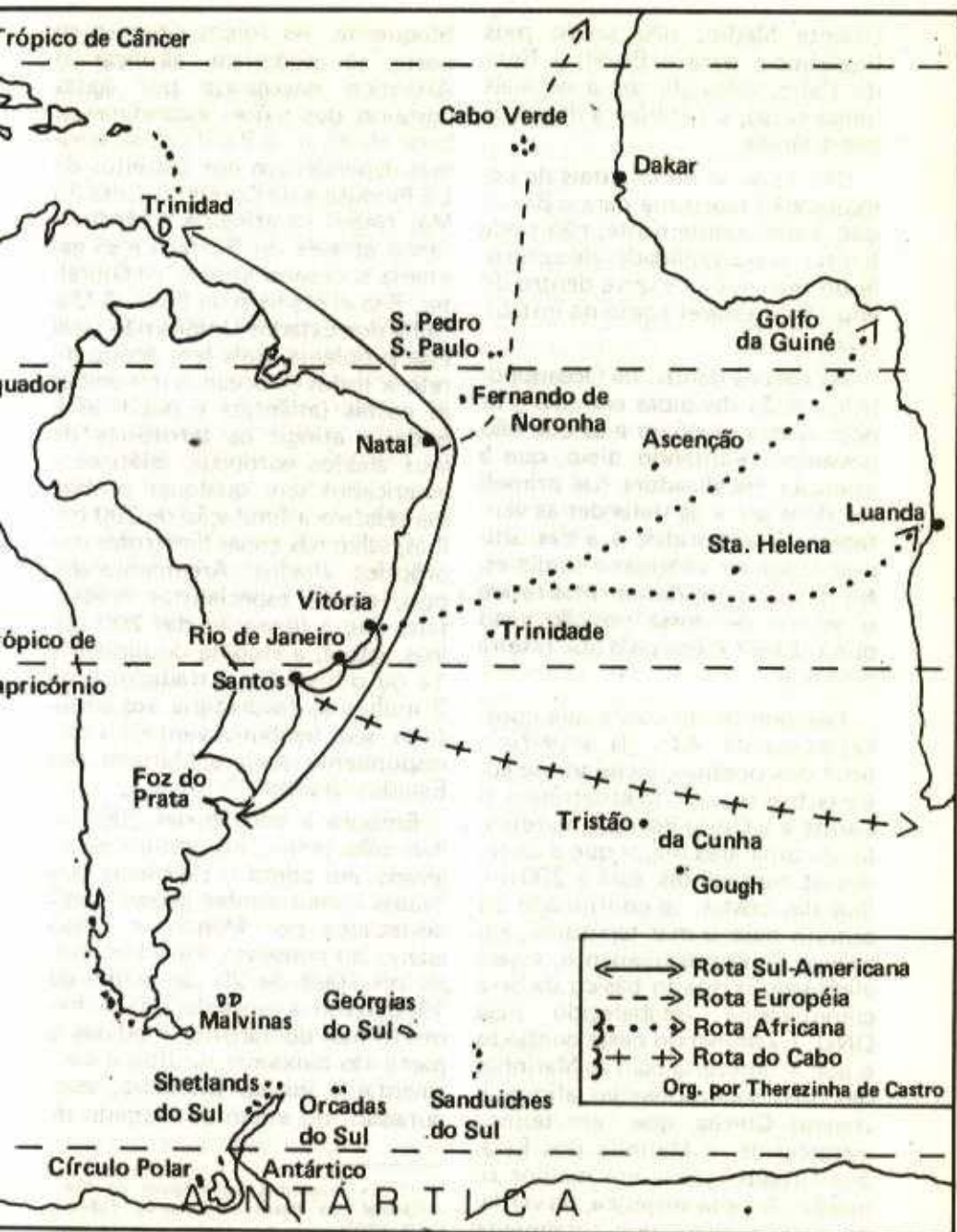
não seja bioceânico é dotado de duas faces litorâneas — uma voltada para o hemisfério continental na zona de estrangulamento do Atlântico, e a outra, maior linha costeira, dependente do hemisfério oceânico.

Antes da Segunda Guerra Mundial os interesses brasileiros se orientavam quase que exclusivamente no sentido Atlântico norte-sul, hoje, no entanto, as nossas diretrizes geopolíticas difundentes já alcançam o Índico e o Pacífico (Mapa 3). Além da Rota Sul-Americana, praticamente de cabotagem desde o rio da Prata até Trinidad, tem ainda maior importância, no sentido norte-sul a Rota Européia que do saliente nordestino atravessa a zona de estrangulamento do Atlântico apoiando-se em Cabo Verde para atingir os nossos mercados de importação e exportação da Europa. No sentido leste-oeste, em âmbito bem regional do Atlântico Sul, a Rota Africana, partindo da trijunção de corredores de exportação Santos-Rio de Janeiro-Vitória, atinge a zona ocidental do continente que reparte conosco o oceano; essa rota vem tomando grande impulso desde 1972, impulso que será dobrado com a visita que fez em 1983, a países da área, o nosso Chanceler Saraiva Guerreiro.

E, finalmente a Rota do Cabo da qual já participávamos ativamente no comércio triangular com Portugal durante o período colonial. Atualmente, em face dos nossos interesses comerciais no Japão, aproximação com a China e necessidade de importar petróleo do

¹⁷ "O Desafio Comunista — a África" — nº 2 da Coleção "Sonda do Mundo" — Editorial Abril.

¹⁸ Geoffrey Kemp — "O Novo Mapa Estratégico do Mundo" — Jornal do Brasil — Caderno Especial (8/5/1977).



Oriente Médio, não sendo país bioceânico, para o Brasil, a Rota do Cabo, além de ser a de mais longo curso, é também a de maior importância.

São essas as linhas vitais de comunicação marítima para o Brasil, que, conseqüentemente, não pode limitar as possibilidades de controle do mar que nos serve dentro do equilíbrio estável como na instabilidade.

As nações dentro da Oceanopolítica estão divididas em dois grupos: as que possuem e as que não possuem; resultando disso, que a intenção fiscalizadora das primeiras deve ser a de defender as vantagens já adquiridas, e a das últimas, adquirir vantagens similares. Na defesa, pois, dessas rotas reside o seguro de nossa posição visto que o Brasil é um país que respira pelo mar.

Levando-se em conta que aproximadamente 40% da superfície total dos oceanos, incluindo-se entre outros mares o Mediterrâneo, o Caribe e o Golfo Pérsico, representando uma área maior que a de todos os continentes, está a 200 milhas das costas, se confirmado tal critério para o mar territorial, em pontos de estrangulamento, estará eliminado o direito básico da livre comunicação estabelecido pela ONU. Examinando nesse contexto o que aconteceria com as Marinhas das duas superpotências afirma J. Renato Corrêa, que "em termos estratégicos, a Marinha dos Estados Unidos estaria em melhor situação. A frota soviética, na verdade, estaria quase que totalmente

bloqueada. As forças situadas ao norte só poderiam alcançar o Atlântico navegando por águas costeiras dos países escandinavos. Para alcançar o Pacífico, as mesmas dependeriam dos Estreitos de La Perouse e da Coréia. A frota do Mar Negro só atingiria o Mediterrâneo através do Bósforo e só ganharia o oceano através de Gibraltar, Bab-el-Mandeb ou Suez. A Marinha dos Estados Unidos não teria esse problema, pois tem acesso direto a todos os oceanos por ambas as costas (atlântica e pacífica) e poderia atingir os territórios de seus aliados europeus, asiáticos e americanos sem qualquer problema relativo a limitação de 200 milhas, salvo nas zonas limítrofes dos próprios aliados. Argumentaram, pois, alguns especialistas ocidentais, que a liberação das 200 milhas, isto é, a escolha do limite de 12 ou o histórico e tradicional de 3 milhas só favoreceria aos soviéticos, sem nenhuma vantagem correspondente para a Marinha dos Estados Unidos".¹⁹

Embora a adoção das 200 milhas não tenha, no âmbito geral, levado em conta o problema dos "vasos comunicantes geográficos" destacados por Mahan, o Brasil aderiu ao consenso. Pelo Decreto-lei nº 1098 de 25 de março de 1970 fixou a faixa de 200 milhas marítimas de largura, medidas a partir do baixamar do litoral continental e insular brasileiro, assegurando, no entanto, o direito de

¹⁹ "Os Problemas Estratégicos do Mar" — Jornal do Brasil — Caderno Especial (24/8/1980).

"passagem inocente"; ou seja, o trânsito sem o exercício de quaisquer atividades estranhas à navegação aos navios de todas as nacionalidades.

Esse importante aspecto oceanopolítico se estende desde 1948 quando o então Presidente Truman dos Estados Unidos lançou a sua célebre proclamação sobre o mar territorial levando, de imediato, três países sul-americanos (Chile, Peru e Equador), localizados justamente a margem do maior oceano, o Pacífico, a fixar o limite das 200 milhas. A partir de 1967 até 1981 realizaram-se 10 reuniões ou Conferências sobre os Direitos do Mar, mostrando ser o problema um assunto de interesse premente no âmbito das Relações Internacionais.

O domínio da navegação não envolve unicamente os mares, estendendo-se efetivamente ao interior das terras através dos rios e lagos, num jogo maritimidade-continentalidade. No entanto, o mar é um elemento eminentemente cambiante e essas alterações são muitas vezes dificilmente previsíveis. Embora não se deva concluir com o determinismo de Ratzel de que os povos mais fortes procuraram sempre ocupar as zonas litorâneas relegando ao interior as populações mais fracas, cabe, no entanto, aqui, o possibilismo de que o desenvolvimento costeiro foi fator de poderio para países cuja população tenha demonstrado vocação marítima.

Ratzel provou que "existem posições que têm valor político", e

evidentemente, uma de tais posições favoráveis é a do acesso amplo ao alto-mar; sobretudo dentro do enfoque de que o Poder Marítimo é o ilimitado domínio das rotas oceânicas.

Quanto maior for o nível de desenvolvimento da economia de um país maior será o significado dos oceanos para ele, como fonte inesgotável de energia, de matérias-primas e alimentos; e ainda como vasto campo de ação para o desenvolvimento dos laços geopolíticos e geoestratégicos que levem esse mesmo país através do mar a todos os continentes da Terra.

Em se tratando da Oceanopolítica há de se convir que enquanto os assuntos marítimos vêm obtendo crescente destaque no âmbito das Relações Internacionais, numa escala também gradativa, o emprego eficaz do instrumento naval vem se tornando sempre mais complexo e difícil. Vemos assim, que "as tendências recentes, que deverão perdurar ainda por muito tempo, lançaram irremissivelmente os problemas centrais da política internacional de nosso tempo nos oceanos do mundo. Nesse contexto, devem ser assimiladas de maneira especial as questões políticas levantadas pela crescente incerteza econômica, a questão aparentemente ressurgente entre Leste e Oeste, as divisões cada vez mais contenciosas entre Norte e Sul e a emergência potencial desestabilizadora de novas potências na cena política internacional. Tais acontecimentos salientam grandemente a significação política internacional dos assuntos marítimos e do

Poder Naval, de importância tão decisiva para seu controle.²⁰

Com a abertura da Rota do Cabo por Vasco da Gama (1498) os portugueses conquistaram praticamente o mundo oriental. Com Ormuz (1508) na entrada do Golfo Pérsico conseguiam a chave do comércio muçulmano no Índico; com Malaca (1511) asseguraram a base de comunicações Índico-Pacífico. Era o mais autêntico "flechamento de rotas" no setor oriental, que Mahan tanto defenderia em sua teoria do Poder Marítimo, já no século XX. Em 1516, os portugueses já haviam dominado a metade do Globo Terrestre, chegando a Cantão (1517), para culminar com todo um processo secular de expansão oceânica. Restava a prova material da esfericidade da Terra, que se conseguiu com a abertura da Rota do Estreito de Magalhães; a viagem de circunavegação iniciada em 1519 e terminada em 1522, trasladou para o Pacífico o interesse dos navegadores, já não mais somente portugueses e espanhóis, mas também holandeses, ingleses e franceses.

Buscava-se então também pelo Ártico uma passagem que permitisse atingir o Oriente sem precisar das grandes trajetórias pelas Rotas

de Magalhães e do Cabo, atraindo, por isso, os nórdicos dinamarqueses e noruegueses. Em 1903 o norueguês Roald Amundsen, contornando as terras da América do Norte viajava do Atlântico ao Pacífico, vencendo os gelos dos mares. E seria esse mesmo Amundsen que, vencendo as terras dos gelos, alcançava a 14 de dezembro de 1911 o Pólo Sul.

Desvendados os oceanos e mares, ficavam todos os continentes partilhados politicamente, inclusive as ilhas do Ártico; faltando apenas em nossos dias o estabelecimento do estatuto jurídico da Antártica para onde confluem, na junção dos três grandes oceanos, os interesses científicos, e, bem acima destes, os imperativos geopolíticos.

A partir do século XVII os exploradores e conquistadores passaram a se internar pelos continentes; desenvolvendo trabalho paralelo, no século XVIII os navegantes fixavam a forma dos litorais e localizavam as ilhas numa quase precisão de que temos hoje. Resumidamente pode-se dizer que a Geopolítica, ligada inicialmente com exclusividade dos continentes, evoluiu da talassocracia para o domínio das grandes massas d'água ou oceana. Quando os continentes e mares se viram na mais estreita interdependência, avultando-se a Geozonografia tomou então destaque a Oceanopolítica.

²⁰ William Perry — "Poder Marítimo na Conjuntura Estratégica Contemporânea e sua Posição Futura" — CONVIVÍUM — Janeiro/ Fevereiro de 1981 — Ano XX — Vol. 24.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".

FLEISCHMANN E ROYAL PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

NADA NOS PÁRA

PIONEIRISMO

Em outubro de 1931, proveniente do Rio de Janeiro, o vapor Araraquara do Lorde Brasileiro, atingido por violento temporal, naufragou à entrada da Barra do Rio Grande, perdendo toda sua carga e entre ela 100 caixas de FERMENTO FRESCO FLEISCHMANN, estoque para 15 dias. O famoso serviço FLEISCHMANN entrou em ação e um veloz-hidroavião da VARIG (300 km horários) amerissava no rio São Gonçalo - Pelotas, levando 40 caixas de fermento. Antes de amerissar fez vôo sobre Pelotas, distribuindo folhetos: Chegou o Fermento Fleischmann. A foto mostra a Diretoria da Associação de Panificadores e sobre a asa A. F. Araujo, agente da Fleischmann à época. O Fermento era proveniente dos Estados Unidos.



EM CASOS DE QUALQUER HECATOMBE, A FLEISCHMANN ASSUME A RESPONSABILIDADE DO FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE FERMENTO USANDO DE TODOS OS MEIOS DE TRANSPORTE PARA QUE O PÃO NOSSO DE CADA DIA NÃO FALTE EM TODOS OS LARES DO BRASIL, POIS O FERMENTO É UM DOS COMPONENTES DO ALIMENTO BÁSICO

— O PÃO —



LIDERANÇA NOS BAIXOS ESCALÕES

Frederico Faria Sodré de Castro

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito e falado sobre liderança, mas quando nos propomos a pesquisar sobre este assunto logo encontramos uma dificuldade que é a relativa imprecisão dos termos. Assim, temos que definir o que entendemos por liderança para termos uma base conceitual comum e nada melhor do que nos valermos do manual C-20-10, "Princípios de Chefia", que fala sempre em Chefia, abstraindo o termo liderança, como sendo *"a arte de influenciar o comportamento humano e a capacidade de conduzir homens"*. Nesta definição deve-se entender capacidade como sendo o somatório de habilidade e treinamento.

Outro ponto que convém ser esclarecido é que entendemos como *"baixos escalões"* aqueles que se

situam do nível BRIGADA para baixo.

Finalmente, queremos afirmar que acreditamos ser a liderança uma arte, pois estamos de acordo com todos os que julgam que ela concebe um ideal, afirma-o como um objetivo e então procura, ativa e ardentemente, obtê-lo, perseverando sempre, porque muitos sucessos foram obtidos pelos líderes que perseveraram apenas um pouco mais do que os seus oponentes.

IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA

O Manual C-20-10; Princípios de Chefia prescreve:

"Com a complexidade crescente da guerra, a arte militar está cada vez mais subordinada aos valores humanos."

A guerra por mais complexa que se torne, será sempre conduzida por homens; vencem-na juntos, o homem que comanda e os homens que são comandados. Todo militar deve ser um Chefe ou estar preparado para tal mister”.

Deste texto, fácil será concluir que apesar dos progressos da ciência o homem é e continuará sendo o elemento primordial no combate e, portanto, a matéria prima que o líder terá que manipular e influenciar.

A ação do líder avulta portanto de importância, pois dele dependerá diretamente o fracasso ou o sucesso. Portanto, o chefe para ser vitorioso tem que ter um conhecimento profundo do homem, dos modos de influenciá-lo, dos traços característicos de uma tropa que são indícios seguros de êxito — disciplina; moral; espírito de corpo; eficiência e possuir uma série de qualidades onde se destacam a integridade, a coragem e a competência.

A MATÉRIA PRIMA MANIPULADA PELA LIDERANÇA: O HOMEM

Seu papel na guerra

Ao se encarar o aparelhamento militar e a capacidade de combate de uma tropa, não se pode separar equipamento e pessoal. Por mais poderoso e eficiente que seja o equipamento bélico, de nada vale sem o homem. O material é acionado pelo homem.

O emprego de novas armas e equipamento tem tido sempre in-

fluência decisiva no caráter da batalha, e exigido mais esforço do soldado. Isto se aplica integralmente à utilização de engenhos de destruição em massa. O manejo desses engenhos demandará capacidade de manobra, por parte das tropas, até então imprevisita. Eles terão de ser capazes de executar ações violentas de curta duração, sem flancos apoiados, e de cumprir missões de combate independentes, como pequenas unidades isoladas. Devem ser aptos a conduzir o ataque em direções múltiplas e ritmo acelerado. O emprego de engenhos nucleares será acompanhado pela formação de grande número de zonas de destruição total. Unidades de efetivo diminuto terão de desincumbir-se de missões delicadas, visando à liquidação do armamento de destruição em massa.

A concorrência destas circunstâncias imporá ao elemento humano um controle de forças morais e físicas, desconhecido até então. Será necessário, portanto, a ação de homens resolutos, dotados de vigor moral inabalável, determinação e faculdade de suportar as asperezas da batalha.

O papel do homem na batalha moderna cresceu de valor porque esses meios requerem domínio perfeito dos processos de combate e certo nível de preparação, convido ressaltar que muitas armas e equipamentos novos são servidos por grupos de soldados. Nessas condições, o treinamento inadequado, os erros ou reação lenta de um homem, ou uma equipe podem comprometer a operação de toda uma unidade.

A essência da guerra é o perigo. Na guerra não há um único minuto em que não se esteja rodeado de riscos. A profissão militar exige a nossa vida. O que nos leva a enfrentar a morte voluntariamente? Será a possibilidade de sermos promovidos ou condecorados, a tradição, disciplina, patriotismo ou visões de glória? Talvez um pouco de cada. Provavelmente para a maioria será a lealdade pessoal e a devoção entre indivíduos. Isso decorre da boa maneira de tratar os homens.

A liderança e a administração do homem andam de mãos dadas. As relações entre o comandante e os seus subordinados são muito semelhantes às que existem entre o indivíduo e sua montaria. É preciso conhecê-la, saber o seu temperamento e seus hábitos. Deve ser cuidada como se valesse milhões, mas cavalgada em campo como se não valesse nada. Um cavalo sabe sempre se está sendo bem ou mal montado. Da mesma maneira, um subordinado sabe sempre se o seu superior o comanda bem ou mal.

Seu Ambiente Social

O mundo dos seres humanos, cujas ambições e anseios, tendências dominadoras e interesses divergentes se chocam com os do indivíduo, é por demais complexo. Ressentimentos e rivalidades, rancores e maledicências, inspiram aversões e angústias, fantasias e temores em numerosas mentes que, não fôra isso, estariam tranquilas.

Quando confrontadas com problemas sociais árduos na rotina da vida, as pessoas que não podem

encontrar solução prática para suas dificuldades tendem a isolar-se ou consultar especialistas, a fim de obter cura para seus tormentos. O soldado, entretanto, não pode tornar-se misantropo. Tem que conviver com os semelhantes, comer em conjunto, pensar com a coletividade, dormir em alojamento comum, e até sonhar com os companheiros. Aquela relação pessoal íntima, que a própria estrutura de uma unidade militar enseja, torna necessária no seio da mesma, a preponderância de um "*clima social*" caracterizado pela unanimidade de vistas, compreensão amistosa, rivalidade sadia e respeito mútuo. Certas noções relativas àquilo que é resumidamente descrito como "*a arte de influenciar o comportamento humano*" têm extraordinária importância para os comandantes de todos os escalões, particularmente dos baixos escalões que são os chefes que arcam pessoalmente com a pesada carga da liderança direta das ações de combate.

Modo de influenciá-lo

É do conhecimento comum que os objetos do mundo material têm significado para o observador em virtude de suas características funcionais. Assim uma luz vermelha na estrada serve para alertar o motorista sobre um local de perigo. Quando o espectador contempla um objeto, patenteiam-lhe as possibilidades de sua utilização.

Entre seres humanos, por outro lado, a relação do agente para o paciente é outra, por completo. Os indivíduos tem faculdades, desejos e sentimentos. Podem agir com

um propósito, nos observar, nos beneficiar ou prejudicar intencionalmente, porque estão cõscios, como nós, do ambiente circundante.

O líder exerce função de caráter psicológico extremamente importante para o comandado, exonerando-o da responsabilidade pela atuação pessoal, que este de certo modo evita. Em troca da lealdade, o dirigente libera o subordinado da tarefa de decidir. Ele tem de coordenar as atividades do grupo. Cabe-lhe assegurar o cumprimento das normas prescritas e atuar como planejador. Quando uma ação se tornar necessária, compete-lhe decidir o que será preciso fazer, como fazê-lo, e atribuir aos componentes da coletividade missões específicas. É da sua competência controlar as questões e atividades internas do grupo. Ele ocupa posição dominante na qual desempenha a função de "árbitro" dessas relações, devendo ser sempre justo. Mas Pacal disse, há mais de três séculos, que *"a justiça sem força é impotente e que a força sem justiça é tirânica"*. A justiça, portanto, tem de ser combinada com a força.

Um bom chefe é imparcial, esquite e perdoa; aceita imperturbavelmente elogios, deslealdade, ingratidão, crueldade, covardia, falsidade e outras fraquezas do caráter humano, sem qualquer animosidade. Exorta os tímidos, aviva a luta quando ela esmorece, reúne as tropas quando se dispersam, demonstra grande discernimento, ama aos seus homens e é, por sua vez, amado por eles; cuida de sua segurança, interesse e bem estar. É generoso,

córdial, entusiasmado ou frio quando necessário. Deve possuir um espírito independente e firme. Ele não tem em que se "apoiar". Nas situações perigosas os homens olham instintivamente em sua direção, e se ele revelar o menor sinal de receio, a capacidade combativa dos subordinados diminuirá instantaneamente, mesmo que não desapareça inteiramente. A coragem depende da arte de pensar otimisticamente. Uma boa mente pode ver e julgar, enquanto que o caráter conduz a uma execução resoluta. Se existir um equilíbrio entre a mente, o caráter, a coragem e a competência e se formos também favorecidos pelas circunstâncias e pela sorte, tornar-nos-emos um grande chefe.

Quando tudo vai bem e o grupo faz jus a louvores, o líder participa da distinção com os demais membros. Por outro lado, quando o conjunto for incriminado por alguma coisa errada, o chefe se atribuirá, necessariamente, a parte do leão. Não raro, na verdade, ele poderá ter de se expor como alvo perfeito para o grupo agressivo, frustrado e desiludido. Concluir-se-á, assim, que o papel do líder militar é muito complexo, demandando largueza de vistas e compreensão dos mistérios da natureza humana.

4. FATORES DA LIDERANÇA

Disciplina

A disciplina é a alma dos exércitos. Se não for imposta com sabedoria e mantida com inabalável determinação, não haverá soldados.

"Regimentos e exércitos serão apenas desprezíveis turbas armadas, mais perigosas para seu próprio país que para o inimigo" (Maurice de Saxe).

Qual a essência da disciplina? Jomini pregava que *"a disciplina deve existir nos sentimentos e nas convicções ao invés de apenas ser exteriorizada"*. Já Napoleão dizia que *"a disciplina não é feita, antes de tudo, de passividade, mas, sim, de iniciativa"*.

Mas o que vem a ser disciplina? É o estado de ordem e obediência existentes numa unidade. Implica na subordinação da vontade do indivíduo em benefício do conjunto. Mas, só será verdadeira se for capaz de, mantendo a iniciativa, funcionar plenamente, mesmo na ausência do chefe. É um estágio da instrução individual e coletiva que tem por objetivo criar uma atitude mental da qual resultem a conduta correta e a obediência automática à lei militar, sob qualquer condição. Baseia-se na lealdade e no respeito a autoridade devidamente constituída. É a condição mental que leva indivíduos ou grupos a aceitarem espontaneamente a autoridade e supervisão do chefe. Ela os induz a se ajustarem voluntariamente às diretrizes, normas e regulamentos estabelecidos para se promover a consecução eficaz dos objetivos. Ela deve ser o produto da atuação da boa liderança sobre a inteligência, o orgulho, a dedicação e a integridade do soldado. A integridade é de importância capital por estar intimamente ligada ao senso do dever que é o fator mais poderoso para a boa disciplina.

Desde o passado mais longínquo, o homem descobriu que precisava de certa força propulsora, mais poderosa, que ele próprio, a fim de auxiliá-lo a enfrentar os piores momentos de tensão. Tal força pode nascer da inspiração ou do temor. Entretanto, hoje em dia, somente pela convicção da justiça de sua causa e por grande espírito de lealdade aos companheiros e à sua unidade será capaz de encontrar a necessária energia interior. Não obstante, ela só será encontrada quando cada um estiver convencido de que, sem sua ação, a sua *"turma"* não será capaz de executar a tarefa eficientemente, e que o sucesso do *"grupo"* em todas as missões for mais importante para ele do que qualquer outra coisa.

Vejamos agora os principais aspectos característicos que podem influir na disciplina:

— As tensões do campo de batalha que exigirão uma grande força de vontade para que possamos executar nossas tarefas militares imediatas diante de circunstâncias catastróficas onde poderemos nos tornar uma baixa.

— A liderança, porque o soldado moderno só seguirá de bom grado um homem que lhe seja superior em competência profissional. Por esta razão, a eficiência é uma das chaves para o moral elevado e a boa disciplina. Um chefe só pode esperar impor respeito e assim manter a disciplina se a confiança nele depositada for óbvia. Para ser eficiente ele deve ter tempo e oportunidades bastantes para desempenhar sua própria função e

cuidar tanto do preparo dos subordinados como do próprio.

— A eficiência, porque uma unidade de baixo nível de competência profissional não pode ter boa disciplina. A eficiência dota o indivíduo de uma confiança, em momentos de tensão, que não pode provir de outra fonte. Esta segurança íntima, quando associada aquela inspirada pela boa liderança, ao espírito de corpo e a uma nítida idéia de finalidade, eleva um homem a estado de disciplina tal que nem as ameaças nem o rigor germânico jamais poderão conseguir.

— O moral, porque o serviço militar exige muito do indivíduo e com frequência impõe sacrifícios pessoais, grandes e pequenos. Deste modo é importante que todo homem tenha consciência de estar cumprindo missão útil e de ser necessário à unidade, de ser na realidade parte integrante desta. Este sentimento de *"pertencer ao efetivo"* desempenha elevado papel na obtenção de boa disciplina.

Passemos a observar os fatores necessários para a obtenção de boa disciplina.

— O exemplo, porque os padrões de conduta pessoal, de ordem elevada, são adquiridos através dele. Desta forma, todo líder deve ser modelo impecável a todo momento.

— A lealdade, porque é um dos integrantes básicos da honradez.

— A obediência, porque não é possível haver interpretações no que tange à obediência a ordens. Para tal, é necessário que as ordens

sejam claras, completas e estejam dentro das possibilidades daqueles que serão afetados por elas.

— A competência profissional, porque é de importância capital que os quadros que lideram a tropa sejam de autênticos profissionais.

— A tradição, porque além das tradições heróicas, criadas no campo de batalha, existem muitas que, embora mais modestas, têm igual relevância como a tradição geral de cumprir o dever e servir.

— O espírito de corpo, porque para a instauração de um bom estado disciplinar é vital que o soldado se ache inteiramente persuadido, pelo conhecimento e a observação, de que a unidade a que pertence é um *"sucesso"* completo. A menos que ele creia nisso, sua disciplina e lealdade nada mais serão do que uma camada superficial de verniz.

— A competição, porque, dentro de um espírito sadio, é excelente meio de originar espírito de corpo e de elevar os padrões profissionais do soldado.

— O incentivo, porque o soldado é essencialmente humano e por esta razão é importante serem oferecidos estímulos compensadores para estimularem a eficiência e o preparo profissionais.

— A instrução deve ser rigorosa e árdua, porque somente assim o soldado conseguirá desenvolver uma reserva de resistência física e mental que o capacitará a combater sob quaisquer condições.

Assim, podemos concluir que se o líder exige disciplina deve, antes de tudo, dar o exemplo da disciplina. Quanto mais subir na hierar-

quia, maior será a tentação de se deixar guiar só pela sua cabeça. Mas com que direito poderá mandar nos outros se ele mesmo não for capaz de obedecer? A obediência, longe de humilhar o homem, eleva-o porque lhe permite servir eficazmente com a sua pessoa o conjunto a que está integrado. E quando este homem é um líder, seja qual for o escalão de hierarquia que ocupa, enobrece-a na medida em que conservando aquela parcela de autoridade que recebeu do superior, pode agir com tanto mais eficácia quanto pela sua obediência mais unido estiver com ele.

Em resumo, a disciplina é a adaptação da vontade individual ao interesse coletivo, para, enobrecido o indivíduo, servir ao conjunto. Está na confiança e no respeito mútuos, entre chefes e subordinados, na compreensão recíproca de direitos e deveres. Desenvolve o elo imponderável que fortalece não só o indivíduo, como também a coletividade militar. Daí então, ser um meio de coesão da tropa e do próprio Exército.

Moral

Moral é o pensamento de um Exército. É todo o complexo conjunto do pensamento de um exército; o modo como ele sente em relação à terra e ao povo ao qual pertence. O modo como sente em relação à causa e à sua política comparada com as outras causas políticas. Como sente em relação aos seus amigos e aliados, bem como aos inimigos; em relação aos seus comandantes e aos seus maus elementos; à comida e ao alojamen-

to, dever e folga, pagamento e sexo, militarismo e civilismo, liberdade e escravidão, trabalho e necessidade, armas e camaradagem, faxina e ordem unida, disciplina e desordem, vida e morte, Deus e o diabo.

O moral é o estado mental e emocional do indivíduo. Está intimamente ligado à satisfação das necessidades básicas do homem. Sua importância não pode ser subestimada, pois contribui decisivamente para a eficiência da unidade. Pode ser considerado como um estado de fé, pois este dispensa provas. Muitos têm fé nas instituições de sua pátria; outros a sentem em seus conceitos da natureza de Deus; outros, talvez, na fraternidade das armas que a disciplina lhes impõe. O importante é que a fé vem do interior de cada um e não possui apoio externo, pois conforme disse Emerson: *"a fé que se apoia na autoridade não é fé"*.

O moral é um fenômeno muito complexo. Abrange um grande número de questões e aspectos da atividade humana e depende de diversos fatores que, em determinadas ocasiões, em grau maior ou menor, podem exercer considerável influência em sua força ou fraqueza. Produzir e manter um elevado moral, a despeito de toda a ação destrutiva do material e da propaganda psicológica do inimigo, só será possível quando existir uma boa base para isso. Uma dessas bases é a prova de que há uma razão perfeitamente justa para a guerra que estiver em curso. Todavia para que o homem compreenda a inevitabilidade da ação como único

meio de preservação, é preciso que continuamente lhe lembremos que o amor à liberdade e à independência deve ser maior do que o amor à vida. Ele deve possuir uma boa perspectiva da luta e compreender o fato de que a vida sem liberdade nada significa.

O moral pode ser considerado elevado quando a equipe se une por haver coesão interna, não havendo necessidade de pressão exterior. A razão é óbvia. A partir do momento em que essa pressão externa se atenuasse, o moral ruiria.

Num grupo onde o moral é elevado, as fricções internas são mínimas. Pode haver, naturalmente, diferenças de opiniões honestas, mas elas não provocariam atritos de tanta gravidade que induzissem os que devem ser colaboradores a trabalhar com finalidades divergentes. Todos os membros de um grupo de moral elevado aceitarão um desígnio comum, sopitarão diferenças pessoais e se esforçarão em busca daquele propósito coletivo.

No seio da organização, os diversos membros demonstram entendimento mútuo que não se expresse em meras palavras de admiração recíproca, mas em harmonioso entrosamento das respectivas funções. A capacidade do grupo para se adaptar a condições mutáveis é sintoma de moral elevado. Onde o moral for inquebrantável, haverá intenso desejo, por parte dos membros do grupo, de permanecerem no mesmo e lhe dedicarem os melhores esforços.

O moral dos combatentes é influenciado pela sua habilidade, armamento, subsistência, segurança,

sucesso ou insucesso no combate, laços mútuos, confiança em seu comandante e nas suas ordens, duração da guerra, dificuldades e privações de diferentes espécies, perdas excessivas, e muitos outros fatores.

É fácil ver que sem moral tanto o homem como a guerra estão perdidos. O homem de altos padrões morais é capaz de resistir a enormes pressões, pois no moral reside uma energia imensurável e inesgotável. Em resumo, o moral continuará sendo o fator decisivo na guerra. E porque ele, também, muda sob a influência de variados fatores e condições, é necessária uma luta constante para sua manutenção. Daí, ser verdade que o moral da unidade é o reflexo da personalidade de seu comandante.

Espírito de corpo

O espírito de corpo é o estado mental e emocional da Unidade. Não é o mesmo que moral, embora as duas expressões sejam algumas vezes usadas indistintamente. O moral se refere ao quadro emocional geral de um indivíduo, enquanto o espírito de corpo é o apreço que os membros de um grupo têm para com o mesmo.

O espírito de corpo é expresso em termos de identificação com o grupo, de lealdade para com o grupo e seus membros e de zelo por sua integridade. Não é uma simples resultante da soma do moral dos homens; decorre, sobretudo, das reações mútuas de todo o pessoal e das circunstâncias em que se encontra a unidade. Quando o espírito de corpo é elevado, as reali-

zações coletivas obscurecem as individuais. Ele aumenta na medida que cresce a amizade entre os homens.

Eficiência

... "na hipótese de uma guerra, jamais devemos olvidar por um só momento que, na conduta da guerra; embora a competência seja desejável, a eficiência é indispensável." (Gen Mac Arthur).

Eficiência é a capacidade de cumprir a missão recebida com êxito, no mais curto prazo, com o mínimo dispêndio de meios e do melhor modo possível. Aumenta com uma boa disciplina, moral elevado e espírito de corpo. A eficiência traduz-se pelo controle do ambiente. Uma organização eficiente é um sistema homogêneo, onde há o conhecimento e a arte de controlar o ambiente; já uma organização ineficiente, faltando-lhe tal capacidade, permanece sujeita a forças sobre as quais pouco controle pode exercer. Da mesma forma, um comandante eficiente é um chefe que compreende sua organização e as forças que a acionam, enquanto um comandante incapaz é um joqueiro das forças arbitrárias e caprichosas que agem fora do alcance de sua limitada compreensão. Os comandantes bem sucedidos atuam eficientemente devido ao conhecimento das condições orgânicas, e por saberem combinar, pesar e orientar os elementos humanos em suas organizações na direção dos seus objetivos finais.

Os bons comandantes sabem que têm de enfrentar problemas das mais variadas espécies e que a

mesma solução jamais se aplica a mais de um. O traço característico do bom comandante é a maneira altamente flexível de enfrentar os problemas e situações em constante modificação. Por este motivo não parece existir um padrão uniforme de comportamento que possa ser praticado de maneira a conduzir, com segurança, ao perfeito cumprimento da missão, sob quaisquer condições e da mesma forma, não existe uma conduta precisa e predeterminada, que assegure bons resultados, sob quaisquer condições. O que existe de fato é um processo de adaptação a condições variáveis e de determinação das ações apropriadas com base em uma previsão de conseqüências. Isto vem a ser, em última análise, a dinâmica processual do atual estudo de situação que nos baixos escalões é feito, normalmente com premência de tempo e permite ao líder perceber as necessidades concretas da situação que se lhe depara, levantando fatos e apresentando linhas de ação apropriadas. Em seguida, com o próprio líder participando da situação executam-se as ações indicadas.

Em resumo, a eficiência do líder depende do suficiente conhecimento que ele tiver dos diferentes setores de atividade da sua esfera da ação aliado a uma alta flexibilidade na maneira de enfrentar os problemas e situações em constante modificação.

QUALIDADES DE UM LÍDER

Diz G. Courtois que: "Toda ação comum que exige um chefe

(portanto um líder), compõe-se de três elementos:

- A obra a realizar (que é a missão a cumprir);
- O chefe (o líder) que a deve compreender e a faz executar;
- Os homens com quem tem de a realizar (os liderados)."

Com relação a estes três elementos ele classifica e apresenta 15 (quinze) qualidades de chefia: ...

O Manual C-20-10, Princípios de chefia apresenta 19 (dezenove) qualidades de chefia: ...

Cada um, como é natural, faz sua própria lista, dispondo-a de acordo com sua própria experiência. Nós, julgamos que todas as qualidades acima enumeradas têm sua validade, mas iremos apenas analisar, sucintamente, alguns dos requisitos essenciais ao comandante de baixos escalões.

Integridade

A integridade é uma combinação das antigas virtudes cristãs da honestidade e do altruísmo — pensar nos que chefiamos é não em nós mesmos. É bem estranho que os motivos morais, no final das contas, sejam os que, tanto na guerra como na vida comercial, têm maior influência. Sem considerar seu aspecto espiritual, esta atitude — e não há necessidade de ser indiferente ou frouxa — tem um valor material prático. A verdadeira prova de capacidade de chefia não é quando os homens acompanham o chefe no sucesso, mas quando se mantêm com ele na derrota e nas dificuldades. Isso só acontece quando acreditam que o

chefe é honesto e se preocupa realmente com eles.

A insuficiência de caráter pode não ser vergonhosa como a traição, mas na maioria das vezes tem efeitos idênticos. A integridade moral absoluta é então o único alicerce sobre o qual podem repousar, formando um todo orgânico, os demais atributos requeridos de um líder. Preliminarmente, ela é o terreno mais propício para o cultivo da coragem, é "a menos que um indivíduo possua aquela virtude, não terá firmeza para preservar outra qualquer". A integridade é a substância de que é feito o caráter, porque sua presença é imediatamente reconhecida, e a ausência logo notada.

Integridade e aptidão inata para a profissão das armas são as qualidades que se deve trazer para se tornar um líder real. Assemelham-se à "carga de materiais de construção" e sem elas a instrução — sinônimo apenas de experiência cuidadosamente arremedada — não terá material de valor em que laborar.

Personalidade

Um líder em perspectiva pode ser prodigamente dotado de vários atributos e no entanto fracassar na missão de dirigir se lhe faltar personalidade. Pois é somente através do magnetismo de sua personalidade que alguém pode induzir outras pessoas a se submeterem pronta e construtivamente à sua capacidade de liderança.

Uma vez mais retornamos ao caráter, de que a personalidade é expressão ativa e inconfundível. Na convivência íntima de uma organi-

zação de combate é impossível encobrir a verdadeira personalidade. Mesmo que um homem ensaie revestir-se de rigidez, ou aparente algumas facetas cuidadosamente cultivadas de seu próprio eu, a friabilidade da farsa logo ficará patente e o caráter real do indivíduo totalmente exposto.

A personalidade autêntica, por outro lado, não exige esforço de dramatização. Se ela existir, é inteiramente impossível desprezá-la ou furtar-se à sua influência. Quase sempre as tentativas de um indivíduo, para persuadir o próximo de que ele é diferente e vale algo mais do que na realidade, são motivados por desejo insaciável de popularidade. Uma popularidade inteiramente espúria não tem conteúdo de valor e é obtida apenas a expensas do respeito. Quando cai a máscara, os homens não seguirão um comandante que não respeitam e em quem não podem, portanto, confiar. O soldado não é ingênuo e não precisa de muito tempo para estabelecer a diferença entre o chefe legítimo, cuja finalidade é captar a confiança de seus subordinados, e o impostor afetado.

Preparo físico

A fadiga arruína o moral e solapa o espírito combativo mais seguramente do que qualquer outra contingência que assedié o combatente. No momento em que sobrevém a extenuação é que a lúdimia chefia pode instilar sua vitalidade nos abatidos e exaustos até reanimá-los, e tornar mais uma vez temíveis os desfalecidos.

O comando nos baixos escalões, sendo direto e pessoal, exige grande robustez, vigor e iniciativa de parte do líder. Em combate, principalmente, o esforço físico exigido do chefe é extremo. O esgotamento pode causar uma inibição de raciocínio. Por esta razão, oficiais e praças devem manter-se sempre nas melhores condições físicas. Ilustração interessante a respeito: as tropas comunistas do Vietnã do Norte todos os dias, na formatura matinal, exercitam 30 minutos de marcha acelerada, desde o general ao soldado, homens e mulheres. Salientam a rapidez de movimento. Realizam longas marchas em tempo mínimo.

Nos locais onde irão desenvolver-se os combates haverá um momento em que as rodas não poderão ser utilizadas. Nesta hora as tropas que não houverem sido colocadas em condições de marchar, e marchar rápido, através do campo, com as próprias pernas, correm o risco magnífico de serem aniquiladas por um inimigo de maior mobilidade.

Um bom líder manterá suas tropas e a si próprio permanentemente em boas condições físicas. Suor economiza sangue.

Competência

A missão principal do chefe é tomar decisões e para isso é preciso que tenha conhecimentos. Um homem não tem direito de se declarar chefe — ou ser declarado como tal — a não ser que saiba mais do que aqueles que vai chefiar. *"A maior imoralidade é exercer um ofício sem dele saber nada"*

(Napoleão). Numa pequena unidade — um pelotão ou uma companhia — o chefe deve estar em condições de executar o trabalho de qualquer homem melhor do que o próprio homem. Esta é uma característica que deve ser exigida de todos os chefes menos graduados.

A proporção que o escalão de chefia vai subindo, o chefe não pode mais, naturalmente, mostrar o mesmo conhecimento de todos os detalhes das atividades que estão sendo executadas sob suas ordens. Tem de saber, porém, o tempo levado por essas tarefas e suas dificuldades.

Capacidade de chefia

A capacidade de chefia é a projeção da personalidade. É uma combinação de persuasão, coação e exemplo, que faz com que os outros façam aquilo que desejamos que eles façam. Sendo a chefia uma projeção da personalidade, seu primeiro requisito é haver uma personalidade a projetar. A personalidade de um bom chefe é um conjunto de muitas qualidades — coragem, força de vontade, sabedoria, discernimento e flexibilidade mental.

A coragem é a base de toda a capacidade de chefia, de fato de toda virtude, no homem e no animal. Existe igualmente no alto e no baixo escalão de comando, mas neste, a coragem física tem predominância sobre a coragem moral.

A força de vontade é o mais evidente traço de caráter do chefe. Sem ela nenhum homem permanece um chefe, pois este tem de pros-

seguir no seu propósito não só contra a oposição do inimigo mas contra o cansaço da tropa, os pareceres dos técnicos e as dúvidas do seu estado-maior.

Quando estivermos procurando um chefe, precisamos ter certeza de sua coragem e de sua força de vontade mas, sobretudo, assegurar-mos-nos de seu discernimento — que ele seja equilibrado. A flexibilidade mental está se tornando cada vez mais importante para o chefe devido aos fatores novos e em transformação que o cercam. O que era acertado ontem pode ser tolice hoje. Podem surgir invenções e novos processos e o chefe deve ajustar-se, e rapidamente, à nova situação, ajustando, também, a sua equipe.

Confiança em si próprio

O preparo físico é um dos fatores importantes que estimulam a confiança no próprio indivíduo, e ela é um dos requisitos de um bom líder. Confiança, como é natural, também está intimamente relacionada com o conhecimento profissional. Ninguém seguiria voluntariamente um chefe que não fosse dotado dessa qualidade. Por outro lado, se ele tiver confiança em si, justificável, e nos homens que instruiu, eles, por sua vez, nele confiarão. E nesse caso obedecer-lhe-ão.

Um bom líder busca responsabilidade; não a evita. Quando ela lhe é atribuída não tenta delegá-la. A responsabilidade não pode ser delegada. Como comandante de pelotão, por exemplo, ele pode delegar alguma autoridade a seus sargentos, mas não responsabilidade.

Espírito combativo

O combate se trava entre homens, e não entre armas. Se os líderes não desenvolverem um espírito de luta em seus homens, as melhores armas serão de pequena utilidade. O homem que se acha atrás do fuzil é o fator dominante. Quando surgirem as missões de fato difíceis, irão os comandantes selecionar oficiais agressivos dotados de ardoroso espírito de competição para as tarefas a executar.

CONCLUSÃO

A perfeição... é produto da capacidade, motivação psicológica e caráter.

Um chefe pode por algum tempo convencer seus superiores de que é um bom comandante, mas nunca persuadirá do mesmo os seus subordinados, a não ser que tenha verdadeiras qualidades de líder. Não existe uma receita conhecida para a liderança ou a administração do homem, pois fundamentalmente não há duas opiniões com respeito aos requisitos básicos para qualquer das duas.

O denominador comum de uma operação militar é a liderança. Isto será encontrado na pessoa do comandante a quem foi atribuído o cumprimento de determinada missão. Tem-se tornado cada vez mais evidente que os chefes em todos os níveis devem possuir espírito de iniciativa no mais alto grau. Ao receberem a missão, terão de tomar *"medidas que serão muito mais adequadas ao espírito da missão do que à sua letra"*. Isto exige de-

cisões prontas e precisas — decisões que não podem aproximar-se do *"quase"*.

O comando é sempre melhor quando é direto e pessoal. Exige grande robustez do homem mas, também, largueza de espírito e compreensão no modo de encarar os progressos técnicos e científicos que são feitos.

A liderança nos baixos escalões deve ser entregue a comandantes empreendedores de modo que cada um desenvolva ao máximo seu esforço para que os insucessos de uns possam ser compensados pelos êxitos dos outros. Para isso devem ser homens de vigor e iniciativa que avancem pelo impulso de seus próprios corações e não pela convicção calculada e objetiva da necessidade de agir.

O líder prende a atenção pela sua conduta inspiradora. As tropas são sempre inclinadas a seguir um líder capaz de atraí-las e comandá-las eficientemente. Há comandantes que instilam em seus homens o desejo de agir. Deve ser percebido pelos homens que aquele que os está liderando sente menos medo do que eles. Um chefe corajoso raramente tem covardes entre seus homens, pois o exemplo do superior desperta a bravura nos subordinados. As tropas sempre esperam ver calma e impassibilidade diante das crises; o comandante, portanto, deve manter-se sereno em qualquer situação.

A chefia pessoal só existe enquanto os oficiais demonstrarem coragem superior, conhecimento mais amplo, maior iniciativa e estiverem mais prontos a aceitar res-

ponsabilidades que os seus chefia-
dos.

No comando militar não se tra-
ta apenas de berrar ordens, que
serão obedecidas por medo de cas-
tigo. O prestígio de qualquer co-
mandante é devido muito mais à
confiança em sua pessoa que ao
medo — conduzindo mais que obri-
gando. Os oficiais e praças só se
consideram do mesmo lado quan-
do os oficiais demonstram integri-
dade e altruísmo em todas suas
ações, e colocam o bem-estar dos
seus homens acima do seu.

O líder e os homens que o se-
guem representam das mais anti-
gas e eficazes de todas associações
humanas. A chefia emana do espí-

rito e é composta de personalidade
e visão — sua prática é uma arte.

BIBLIOGRAFIA

- Homens ou Fogo? S. L. A. Marshall;
- A Arte de ser Chefe, G. Courtois;
- Ação das Pequenas Unidades Alemãs na Campanha da Rússia;
- Marechal Castello Branco — Seu Pen-
samento Militar;
- Retrato Moral do Chefe — Coronel
De Torquat;
- Manual da Condução Interior da Tro-
pa — (Ex. Arg.);
- Escola de Chefes — G. Courtois;
- Military Review (edição brasileira) —
Vários números;
- Notas da Eceme;
- C 20-10.



*O Cel Art QEMA FREDERICO FARIA SODRÉ DE CASTRO é da Turma de 19 de dezembro de 1957 e tem os seguintes cursos militares: Academia Militar das Agulhas Negras, Básico de Pára-
quedista, Mestre de Saltos de Pára-quedista, Escola de Aperfeiço-
amento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exérci-
to. Possui ainda os seguintes cursos civis: Administração de Em-
presas, Organização e Métodos, e de Especialização em EPB (pós-
graduação). No exterior foi Assessor de Artilharia na Missão Mi-
litar Brasileira de Instrução no Paraguai. Foi instrutor do C I Esp
Aet e da ECEME. "A Carreira das Armas" é o título da colabora-
ção anterior do Autor em a DEFESA NACIONAL (Nº 645). Ser-
ve atualmente na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Na-
cional, Brasília, DF.*



ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A REALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR

Roberto Miscow Filho

INTRODUÇÃO

Somando os anos passados como instrutor em corpo de tropa e na Academia Militar das Agulhas Negras, mais o tempo passado como professor no Colégio Militar de Curitiba e no Instituto Militar de Engenharia, chegamos a um total que representa mais de quarenta por cento dos anos por nós vividos.

Durante esses anos ligados ao magistério, seja no sentido estrito seja no sentido lato, temos vivido a experiência do professor, experiência muitas vezes feliz, algumas poucas vezes frustradora, porém sempre estimulante.

Essa vivência animou-nos a escrever as reflexões que se seguem. Talvez elas já tenham ocorrido, de forma mais ou menos semelhante, aos demais colegas de "tablado".

UMA "DEFINIÇÃO"

Euclides da Cunha, em seu magistral estudo "Os Sertões", deixou-nos a definição famosa pelo sintético enunciado: "*O sertanejo é antes de tudo um forte*".

Se fôssemos tentar uma conceituação sintética aplicável ao professor (e, é claro, ficando muito longe da genialidade euclidiana) poderíamos escrever: "*O professor é antes de tudo um intelectual*".

Provavelmente, a definição proposta encontrará generosa acolhida não só entre aqueles dedicados ao ensino, em seus diferentes níveis, como também entre outros leitores capazes de entender a natureza do magistério.

Pretendemos, nestas reflexões, observar dificuldades possíveis de surgir quando se vai da teoria à prática, isto é, verificar se algumas

condições da sociedade moderna favorecem a realização intelectual do professor. Para abreviar a análise, arbitramos um esquema onde três aspectos são adotados como referência: a educação, a política e a economia contemporânea.

UMA VISÃO PANORÂMICA

Inicialmente, no que tange à educação, a tendência mundial vem sendo para o pragmatismo; o grande educador norte-americano ROBERT MAYNARD HUTCHINS levou anos, em seu país, profligando essa tendência. No Brasil, por exemplo, tivemos, entre outras iniciativas pouco felizes, a retirada do estudo do latim e a introdução dos chamados "cursos profissionalizantes" no curso secundário...

Tempo atrás, após as primeiras provas do vestibular, um jornal carioca publicou declaração de professor da CESGRANRIO afirmando ser o "hábito da leitura de jornais e revistas fundamental para um bom desempenho dos candidatos nas provas de História, Geografia e OSPB" (sic). Ora, parece-nos mais sensato reconhecer que jornais, revistas, noticiário de TV etc somente nos fornecem informação, admitir que não se deve confundir informação e conhecimento. Os antigos, aliás, diziam com muita sabedoria: "*non datur scientia de individuo*", ou seja: não existe conhecimento autêntico, verdadeira ciência, daquilo que é particular, transitório.

Outro fato: os cursos universitários vinham sendo, entre nós brasileiros pelo menos, considerados

máquinas de produzir diploma profissional, a garantia de um bom emprego apenas (é a tão falada "massificação" do ensino superior). Não estariam os meios de comunicação, muitas vezes, como seus filmes, programas humorísticos, noticiários, novelas, propagandas etc, incentivando a busca frenética e competitiva da segurança, do bem estar e do chamado "status", e, desses modo, contribuindo, pelo menos indiretamente, para formar essa visão atrofiada do verdadeiro papel da universidade?

Que o problema atual do ensino (primário, secundário ou universitário) não é só do Brasil, pode-se constatar através da leitura do editorial "VOLTA ÀS BASES", do "Jornal do Brasil" de 12 set 82, do qual transcrevemos o seguinte trecho:

"Mas a profissionalização, seja em que nível for (incluindo o superior), não deveria nunca ser confundida com um enfraquecimento ou com o virtual abandono de uma educação geral — que, só ela, pode formar a mente.

É interessante verificar até que ponto este tema está provocando um aceso debate num país superdesenvolvido — os Estados Unidos. As queixas sobre a educação americana lembram às vezes, de forma curiosa, as que se fazem quanto ao estudante brasileiro. Um quase desesperado gerente de banco, em Illinois escreveu ao Wall Street Journal: "cada vez mais postulantes que examinamos apenas saídos da escola são incapazes de escreverem uma frase completa".

Essa queixa reflete a quebra de padrões na educação básica norte-americana. Os motivos foram alinhados por Burton Pines, autor de Back to Basics (sucesso do momento nos EUA). Eles incluem a quebra da disciplina nas escolas; os livros que têm mais desenhos do que textos; as atividades escolares repletas de recreações; o abandono da idéia de competição."

Que representam as drogas senão um grave sintoma do tédio de uma juventude cuja educação utilitarista dificulta a descoberta de um sentido para a vida, de um significado para a existência humana?

Em certos ambientes religiosos, onde aquele sentido deveria ser exposto de maneira clara, o cristianismo vem sendo apresentado de modo distorcido ou mutilado, como se ele fosse um tipo de moralismo. Entre os chamados "progressistas", por exemplo, surge o que chamaríamos "moralismo social", isto é, eles acham que a finalidade da religião é transformar as "estruturas sociais"; eles não mais acreditam que a justiça (com minúscula) entre os homens só existirá realmente quando a Justiça (com maiúscula) for livremente aceita pelo coração do homem.

Por outro lado, no grupo dos chamados "conservadores", aparece o "moralismo pessoal", isto é, a idéia geral de que o objetivo da religião é tornar as pessoas honestas, bem comportadas, dóceis (pelo menos exteriormente). Em um ou em outro desses dois grupos ("progressistas" e "conservadores"); Deus, o Deus Pessoal, é o grande esquecido... Em conse-

quência da leviandade ou da má fé (ou ambas) de Pastores e leigos desnorteados, a descrença se difunde. E, quando profissionais deixam de crer de fato no verdadeiro fundamento da solidariedade humana, não é de admirar que atualmente as profissões, em geral, sejam olhadas apenas como um recurso para ganhar honestamente a vida, isto é, um sentido meramente utilitário.

Na área da política contemporânea, o panorama mundial também se caracteriza pelo pragmatismo, pelo menos desde os tristes acordos de Munique (1938) e dealta (1945).

Mais recentemente, o sofrido escritor russo ALEXANDRE SOLJENITSEN tem censurado o Ocidente pela maneira tibia, indefinida, quase amor al com que enfrentamos a ameaça do totalitarismo, perigo esse já denunciado no romance (que não desejamos profético) "1984", de GEORGE ORWELL.

Com vistas ao pensamento de SOLJENITSEN, convinha reler, por exemplo, o folheto "SOLJENITSEN — O PROFETA DO ABISMO", editado em conjunto pela Biblioteca do Exército e pela revista MANCHETE, bem como o livro "ARQUIPÉLAGO GULAG"; nesse livro, são bem esclarecedoras as notas do grande escritor ao pé das páginas 255, 256 e 257¹. Naquelas notas, descobrimos, estarecidos, quantas deploráveis concessões países civilizados, poderosos e democráticos são levados a fazer por causa da política chamada, eufemisticamente, de "pragmática"...

A onipresença do Estado, instituição surgida no Renascimento, é uma constante nos países que compõem o mundo moderno, trazendo consigo a valorização excessiva das tarefas técnico-administrativas e o desprestígio de outros trabalhos tanto ou mais inteligentes ou mais criativos. Contrariando a boa orientação aristotélica, hoje em dia fazemos *sempre* o útil prevalecer sobre o inútil.

Na área econômica, em todos os países do mundo (com muito mais ênfase na Rússia e seus satélites e na China Vermelha) predomina a idéia de que os homens serão automaticamente felizes se a produção for sempre cada vez maior, isto é, a filosofia da "produção-em-primeiro-lugar". Tal falácia já foi desmascarada pelo inteligente livro de E. F. SCHUMACHER: "Small is Beautiful" (traduzido no Brasil sob o título "O Negócio é ser Pequeno")², obra escrita por um economista que durante vinte anos (1950/1970) foi Presidente da Junta Nacional de Carvão na Inglaterra, não podendo, portanto, ser acoimado como "teórico inexperienced", nem como "literato sonhador".

Lamentavelmente, a falácia continua existindo, gerando como subprodutos a poluição, as megalópoles e o consumismo, este último de aspecto às vezes ridículo conforme se pode ser na poesia: "EU, ETIQUETA", de Carlos Drummond de Andrade, publicada há pouco tempo (ver "Jornal do Brasil", 16 jan 82). Nos países comunistas, a tal "filosofia" vem gerando multidões de escravos; bem alimentados tal-

vez, porém tristemente, desgracadamente escravos. . . O paternalismo dos regimes socialistas, paradoxalmente, só faz aumentar a desesperança dos povos a eles sujeitos.

O pior é que esses regimes (socialistas, comunistas) conseguiram disseminar no mundo inteiro, mesmo nos países tradicionalmente liberais, a falsa idéia de que os governos *têm que dar* aos povos somente casa, comida e alguma distração — uma versão moderna do "pão-e-circo" do antigo Império Romano. . . (o erro começa na imposição: *têm que dar* e continua em uma ótica míope das necessidades do homem).

EXPECTATIVAS

A dúvida que pretendemos levantar é a seguinte: será a situação, esquematicamente apresentada, propícia ao desenvolvimento do trabalho propriamente intelectual, ao respeito pela inteligência como princípio de ação? Ao contrário, não estarão predominando no mundo moderno as soluções imediatistas, os voluntarismos decorrentes da educação pragmática, das políticas de conveniências mesquinhas e das economias alheias ao fator humano?

Dentro desse contexto sociológico deste final de século, como esperar o perfeito entendimento, a correta aceitação de um trabalho cujos frutos exigem uma ou mais gerações para serem colhidos, de uma profissão cujo produto (o ensino) não pode ser observado com os olhos da carne?

Até que ponto os próprios professores, em particular os mais mo-

ços, estarão corajosamente dispostos a considerar o magistério na perspectiva da construção de um processo civilizatório e não apenas como simples recurso para resolver imediatos problemas sociais? Fazemos a pergunta como a fariam os antigos:

Nossos atuais professores encaram sua profissão "sub specie aeternitatis"?

Até que ponto as famílias aceitam com naturalidade, e mesmo com alegria, a vocação dos filhos para a nobre e difícil arte de ensinar os filhos dos outros?

Até que ponto, por exemplo, uma adolescente, de família de recursos, em nossos dias terá a coragem para se decidir a fazer apenas o tradicional e simples Curso Normal para ser, apenas, aquela que vai, no mais legítimo e verdadeiro sentido da palavra, *educar*? (Recentemente, a recém nomeada Ministra da Educação, sendo entrevistada, declarou com muita propriedade: "a mulher é educadora nata").

Uma apreciação superficial, uma análise simplista diria serem os problemas do magistério decorrentes dos salários (seria preferível dizer: honorários) baixos ou das verbas reduzidas. Em profundidade, afirmaríamos que a mentalidade contemporânea carece de maior respeito pelos valores do espírito. Convém lembrar sempre: a missão precípua do magistério é transmitir às gerações futuras o legado de civilização das gerações passadas, é despertar nos jovens o entusiasmo pelo saber. O desenvolvimento, o progresso virá por via das consequências!

Neste momento é fácil imaginarmos algum hipotético leitor que se julgue "atualizado" e esteja pensando o seguinte: *"o articulista está vivendo no século passado; hoje em dia, com o aperfeiçoamento dos computadores e o surgimento da informática, da teleinformática, da sociedade-da-informação, brevemente o professor será peça de museu!"*

Sem dúvida, é compreensível esse moderno deslumbramento com o computador e suas possibilidades; o super-exagerado entusiasmo pela máquina de calcular eletrônica é mais um dos efeitos da propaganda dos meios de comunicação de massa. Entretanto, convinha lembrar o seguinte: o aspecto lateral mais importante no processo educativo, enquanto atividade transitiva, isto é, de pessoa para pessoa, está exatamente nessa possibilidade do *encontro*, isto é, do diálogo.

Num mundo já bastante neurotizado pelo medo exagerado da guerra nuclear, já bastante sufocado pelas poluições acústica, visual e olfativa, já bastante irritado com a ameaça dos diversos terrorismos — pretender, esperar que se elimine uma das melhores oportunidades para um homem dialogar com outros homens, substituindo esse diálogo pela pequena e fria tela de um terminal de computador, é dar mais um passo no sentido da desumanização total. Queremos, realmente, dar esse passo?

Correlacionado ao uso indiscriminado do computador, podemos lembrar ainda certa esperançosa confiança na chamada "era da in-

formação" quando, então, os problemas humanos ficariam (segundo o prevêem futurólogos otimistas) enormemente simplificados pelo uso intensivo e generalizado do processamento eletrônico da informação.

A esses "otimistas" pedimos vênia para lembrar dois aspectos relevantes do problema:

1º) a longa experiência da humanidade tem confirmado ser a técnica, a tecnologia intrinsecamente *neutra*; a pólvora tanto pode ser usada para fabricar inocentes fogos de artifício, alegria das tradicionais noites juninas, quanto usada como elemento propulsor da bala de um assaltante; uma tela de televisão tanto pode exibir cena de um nobre romance de JOSÉ DE ALENCAR quanto mostrar uma novela barata na qual a dissolução de uma família é apresentada de maneira fútil, como se aquilo não fosse um mal;

2º) sempre existirá uma possibilidade de que a chamada "era da informação" venha a favorecer o estabelecimento daquele super poder de um Estado prepotente e lúgubre tão bem descrito por ORWELL no seu romance "1984", já citado; a fábula do "aprendiz de feitiçeiro" nos parece cada vez mais oportuna à medida que aumenta o deslumbramento com os recursos da informática.

CONCLUSÃO

No teatro, regra geral, o cenário é elemento acessório, pouco ou nada influenciando no desempenho do ator que está em cena. Na vida real,

entretanto, o comportamento de um "ator", por exemplo, daquele (ou daquela) que "faz o papel" do mestre (ou da mestra), é alterado, e muito, pelo cenário das circunstâncias.

No mundo moderno, tal cenário ultrapassa as fronteiras geográficas de um país; gostemos ou não gostemos, a Terra se transformou, para o bem ou para o mal, em uma "enorme aldeia"... Por esse motivo, nossas reflexões incluíram idéias e fatos aparentemente desligados dos problemas brasileiros; achamos difícil analisar qualquer um desses problemas sem estabelecer alguma conexão com o ambiente exterior, quando mais não seja para seguir, pelo menos, o pragmático aforismo: "o experto aprende com a experiência dos outros, o tolo com a própria"... De um ponto de vista mais nobre, poderíamos afirmar que independência não é sinônimo de isolacionismo, ou dizer que o intercâmbio das nações *também* lhes proporciona vantagens materiais!

Em artigo anterior, publicado em "A Defesa Nacional" (nº 705 — JAN-FEV/83) referimo-nos à educação como um dos maiores se não o maior problema brasileiro. No referido texto comentamos vários capítulos do livro de MORTIMER J. ADLER — "The Paideia Proposal — An Educational Manifesto", obra que aborda o problema do ensino básico nos Estados Unidos. Um dos capítulos daquele excelente livro analisa justamente o papel a ser desempenhado pelo professor no cumprimento de uma das missões mais importantes que

a sociedade deve realizar neste nosso conturbado mundo moderno, missão essa talvez a menos espetacular, a menos expressiva em seus aspectos visíveis e que é: a educação da juventude.

No presente artigo, pretendemos trazer modestíssima homenagem àqueles que, em nosso meio, estão engajados no cumprimento daquela missão.

Entretanto, o texto ficaria incompleto se não estivesse nele incluído nosso testemunho de gratidão por todos aqueles que nos ensinaram desde os gárrulos e ingênuos dias do jardim de infância até as mais recentes e sizudas aulas de pós-graduação. Nesse agradecimento merece especial referência a nossa muito saudosa Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza na qual — paralelamente às árduas e exigentes instruções de ordem unida, de tiro e de regulamentos militares, paralelamente às primeiras marchas com mochila e aos serviços de guarda ao quartel — tivemos o prazer e a honra de receber conhecimentos humanísticos, científicos e matemáticos ministrados por um Corpo Docente que dignificava o Magistério. Nomes como Pedro Albano (o sábio), Ary, Godofredo, Pe. Pitta, Maj Ellery, Wolny, Cavalcanti, Brasil, Teixeira e tantos outros nunca serão esquecidos por nós!

ADENDO

As notas do livro "Arquipélago Gulag", referidas no texto acima, constituem um comentário do próprio SOLJENITSIN sobre o modo

como prisioneiros cossacos foram entregues pelo Ocidente aos soviéticos, no final da 2ª Guerra Mundial. É preciso lembrar: aqueles cossacos haviam lutado *não* contra sua pátria, a Rússia, porém contra o regime que a tiraniza até hoje.

Para os que não têm à mão o livro citado, segue abaixo transcrição das notas:

"A maneira como esta entrega foi feita teve o caráter pérfido tradicional da diplomacia inglesa. O fato era que os cossacos estavam dispostos a bater-se até a morte ou a partir para outro lado do oceano, mesmo que fosse para o Paraguai ou para a Indochina, desde que não tivessem de entregar-se vivos. Por isso os ingleses propuseram primeiramente aos cossacos que despussem as armas sob o pretexto de unificação. Depois, chamaram os oficiais separadamente dos soldados, para uma pretensa conferência sobre os destinos do Exército, a realizar-se na cidade de Jundenburg, na zona de ocupação inglesa; mas, na noite anterior, tinham cedido secretamente essa cidade às tropas soviéticas. Quarenta ônibus com oficiais, desde os comandantes de companhias até o General Krásnov, passando pelo alto viaduto, desceram diretamente para o semicírculo de carros profissionais, em torno dos quais já se encontravam as escoltas com as listas. E o caminho de regresso estava barrado por tanques soviéticos. Nem sequer podiam suicidar-se, com um tiro ou apunhalando-se: todas as armas tinham sido confiscadas. Alguns lançavam-se do viaduto sobre as pedras da estrada.

Depois, por meio do mesmo estratagemas, os ingleses entregaram os soldados, metidos em trens (como se fossem reunir-se aos seus oficiais, para receber as armas). Nos seus países, Roosevelt e Churchill são considerados modelos de lucidez política. Entre nós, nas discussões travadas nas prisões russas, sobressaía com assombrosa evidência a sua miopia sistemática e até a sua estipudez. Como puderam eles, na passagem de 1941 para 1945, não assegurar nenhuma garantia de independência para a Europa Oriental? Como puderam eles, em troca do ridículo brinquedo das quatro zonas de Berlim (que se tornaram o seu futuro calcanhar de Aquiles), abandonar as vastas regiões da Saxônia e da Turingia? E qual foi a razão militar e política que os levou a atirar para as mãos de Stálin, isto é, para a morte, algumas centenas de milhares de cidadãos soviéticos armados, que decididamente não queriam se entregar? Diz-se que desse modo

eles pagavam a participação direta de Stálin na guerra contra o Japão. Possuindo já a bomba atômica, isso equivalia a pagar a Stálin para que ele renunciasse não só a ocupar a Mandchúria, mas a fortalecer Mao Tsé-Tung na China e Kim Il Sung em metade da Coreia!... Não se tratava, por acaso, de um indigente cálculo político? Mais tarde, quando foi desalojado Mikolajczyk, quando desapareceram Benes e Masaryk, quando foi bloqueada Berlim, abandonada às chamas e asfixiada Budapeste, quando conservadores tiraram os pés de Suez, será possível que os que entre eles não têm a memória curta não se tenham recordado sequer do episódio dos cossacos?

BIBLIOGRAFIA

1. SOLJENITSSEN, A. — Arquipélago Gulag, Biblioteca do Exército, 1975.
2. SCHUMACHER, E. F. — O Negócio é Ser Pequeno ("Small is Beautiful"), 3ª Ed., Editora Zahar, 1981.



O Cei ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa do Instituto Militar de Engenharia (IME).



CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME - 1983

PROVA DE HISTÓRIA (Armas e Sv, exceto Saúde)

1ª QUESTÃO

A formação política da nação brasileira desenvolveu-se através de instituições políticas, administrativas e militares, entre outras, impostas ou consentidas por Portugal. Essas instituições refletiram as tendências liberais e autoritárias que, alternadamente, prevaleceram na vida política da metrópole e da colônia.

Do estudo da formação da nacionalidade brasileira, citar os acontecimentos históricos, ocorridos no período de 1500 a 1822, que caracterizarão as referidas tendências. Justificar.

2ª QUESTÃO

Comparar os aspectos políticos e psicossociais da formação da

América do Sul de origem hispânica e dos Estados Unidos da América e concluir citando as causas das diferenças em suas evoluções políticas, até o início da 2ª Guerra Mundial.

PROVA DE GEOGRAFIA (Armas e Sv, exceto Saúde)

1ª QUESTÃO

"Senhores Membros do Congresso Nacional,

O desempenho da economia brasileira em 1982 foi influenciado de forma significativa pelos desdobramentos da crise econômica mundial, cuja evolução, nos últimos dois anos, atingiu particularmente os países em desenvolvimento."

(Palavras iniciais da Mensagem ao Congresso Nacional do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 1983.)

Em 1980, o III PND prescreveu como um dos grandes objetivos nacionais, o desenvolvimento do setor energético, estabelecendo a sua política para o período 1980/1985.

Levando em conta a potencialidade do Brasil, citar as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo e sugerir outras que visem a ajustar a política energética brasileira à necessidade de:

- conservar a energia;
- aumentar a produção e a reserva de petróleo nacional;
- maximizar a utilização de fontes nacionais de energia e substituição de derivados de petróleo; justificando-as segundo os seguintes fatores de produção: recursos naturais, mão-de-obra, capital e tecnologia.

2ª QUESTÃO

“Nossa política latino-americana, estabelecida pelo Presidente Figueiredo, tem alcançado êxitos inofismáveis. Temos relações de amizade sólida com todos os nossos vizinhos e com todos eles desenvolvemos relações equilibradas de cooperação comercial, econômica, técnica, cultural e política. Tanta são os exemplos específicos deste processo de adensamento mutuamente vantajoso de contatos que seria impossível enumerá-los. Ressalto, por seu relevo, a participação pessoal do Presidente João Figueiredo na condução desta política, refletida nos encontros que manteve nos últimos doze meses, com os Presidentes da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Peru e da Venezuela, dando conti-

nuidade aos entendimentos profícuos com diversos outros chefes de governo da região e que terá prosseguimento com a próxima visita do Presidente do Equador ao Brasil.

Não pode haver demonstração mais clara do empenho e da prioridade que nosso país dedica a suas relações com a América Latina.”

(Trecho de uma conferência do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, na ESG, transcrito na Revista Defesa Nacional, Nov/Dez 81.)

As afirmativas do chanceler, transcritas acima, indicam que a América Latina é considerada área prioritária para nossa Política Externa.

Do estudo de fatores fisiográficos, políticos, econômicos e psicossociais da América Latina, analisar os interesses brasileiros na região, que têm fundamentado a manutenção daquela prioridade.

PROVA DE MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS (Armas e Sv, exceto Saúde)

QUESTÃO ÚNICA

Analisar a experiência revolucionária chilena (1970-1973), segundo os seguintes aspectos: amplitude (nacionalismo ou internacionalismo), áreas de propriedade (estatal ou social, mista ou privada), estrutura político-partidária, organização revolucionária e implantação do movimento revolucionário.

Citar os princípios básicos das Internacionais III, IV e Socialista.

Concluir, justificando, qual desses organismos exerceu maior influência no movimento ocorrido naquele país andino no período considerado.

PROVA DE INGLÊS (Armas e Sv, exceto Saúde)

1ª QUESTÃO — TRADUÇÃO TYPES OF DECEPTION

In the broadest sense, deception is misleading the enemy to cause him to do something that will assist the deceiver in achieving his objective. Political deception is achieved through diplomatic or international relations; military deception through the acts of military forces.

Military deception can be strategic or tactical. Strategic deception may extend political deception by using military activities. It may also be large-scale, long-term projections of false intelligence to assist theater objectives. Although the objectives may be military, strategic deception can support national policies and plans, and may be supported by nonmilitary agencies.

Tactical deception is deliberate action to achieve surprise on the battlefield. Tactical deception actions may support a strategic effort. Although the line between tactical and strategic deception is not always clear, tactical deception here refers to short-term actions of corps or lower units within the battle area.

Whether strategic or tactical, deception used aggressively can

help create surprise for the commander. Surprise is striking the enemy when, where, or in a manner for which he is unprepared. It is not essential that the enemy be taken totally unaware, but only that he becomes aware too late to react effectively.

Surprise can provide the tactical commander superior combat power at the critical time or place. Deception can also be the focal point for planning a tactical operation, in which case key orders and actions are based on projections of false battlefield conditions and concealment of true conditions.

Surprise can be achieved by speed, secrecy, deception; by a combination of those means and methods; or by using seemingly impossible terrain. Along with surprise, security is necessary to deny the enemy information of our forces, to preserve our freedom of action, and to prevent his surprising us.

2ª QUESTÃO — COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

LEIA, NÃO TRADUZA

MOUNTAIN OPERATIONS

Conditions will be encountered in mountains that have a significant effect on military operations. Mountain operations require, among other things, special equipment, special training and acclimatization, and a high degree of self-discipline if operations are to succeed.

Mountains of military significance are generally characterized

by rugged compartmented terrain with steep slopes and few natural or manmade lines of communication. Weather in these mountains is seasonal and reaches across the entire spectrum from extreme cold, with ice and snow in most regions during the winter, to extreme heat in some regions during the summer. Although these extremes of weather are important planning considerations, the variability of weather over a short period of time also significantly influences tactical operations.

Historically, the focal point of mountain operations has been the battle to control the heights. In all but the most extreme conditions of terrain and weather, infantry, with its light equipment and mobility, remains the basic maneuver force in the mountains. With proper equipment and training, it is ideally suited for fighting the close-in battle commonly associated with mountain warfare. Mechanized infantry can also enter the mountain battle, but it must be prepared to dismount and conduct operations on foot.

Helicopter units of all types can operate in the mountains to support ground maneuver. However, their effectiveness may be degraded by altitude and rugged terrain as well as by weather conditions.

Combat support and combat service support functions are further complicated by the mountain environment. Support areas are often fragmented along valley corridors, making coordination more difficult and increasing vulnerability to attack.

ANSWER, IN PORTUGUESE, THE FOLLOWING QUESTIONS, CONCERNING TO THE FORMER TEXT:

1. Which are the main factors required to the success of military operations in mountains?

2. What are the general characteristics that give a mountain military importance?

3. Describe the mountain weather.

4. Along the times, what regions have been choosed as the main objectives of battles in mountain?

5. What is the most adequate branch of the Army to fight in a mountainous environment?

6. What kind of equipment should that main maneuver element take along to an operation in mountains?

7. How does mechanized infantry operate in a mountainous terrain?

8. What class of combat is normally associated with mountain battle?

9. Among the many types of helicopter units, which cannot be used in the mountains?

10. State the conditions commonly found in mountains that affect in a negative manner the effectiveness of helicopters.

11. How are support areas frequently deployed in mountains?

12. In what way does the normal deployment of support areas affect coordination and security?

PROVA DE GEOGRAFIA DO BRASIL (Saúde)

1ª QUESTÃO

As diretrizes do governo para o desenvolvimento nacional e as diretrizes específicas do Presidente da República definem as áreas prioritárias nas quais se desenvolverá a ação do Ministério da Saúde.

Citar as ações planejadas para o período 1980-1985, pelo Ministério da Saúde, para atender às seguintes áreas prioritárias:

- Controle de endemias;
- Enfermidades controláveis por imunização;
- Saúde materno-infantil;
- Alimentação e nutrição;
- Ambiente.

Destacar as dificuldades, no que concerne a Recursos Humanos e Educação Sanitária, para a execução dessas ações na região Norte do Brasil.

2ª QUESTÃO

Considerando os aspectos geoeconômicos, analisar as características de alimentação e nutrição nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, concluindo por suas influências sobre o desenvolvimento antropométrico do jovem em idade de conscrição militar, naquelas regiões.

PROVA DE INGLÊS (Saúde)

1ª QUESTÃO - TRADUÇÃO

HEALTH SERVICES

Medical unit requirements are similar to those for other environ-

ments; however, there are some unique aspects of mountain operations to be considered if efficient support is to be provided.

Because of rough terrain, the medical company will seldom be able to reach battalion aid stations by vehicle to evacuate casualties. Litter bearers are required to move casualties to the rear where they can be evacuated by ground or air ambulance to the clearing station in the brigade field trains.

Evacuation of casualties from unit aid stations by helicopter is the preferred method for mountain operations. When enemy air defense capabilities prevent the use of helicopters in forward areas, helicopters should be used to evacuate patients from rendezvous points or from medical company clearing stations.

In harsh mountain weather, the most important course of action is to get an injured soldier to competent medical aid as soon as possible. However, delay in evacuation can occur. Immediate first aid treatment must be given on the spot. During treatment and subsequent evacuation, the casualty must also be protected from wind, cold, and shock. This should be done by placing the injured soldier in a casualty or sleeping bag. Except in the case of an abdominal injury, he should also be given warm drinking water or other hot drinks. Because of severe terrain and evacuation difficulties, battalion aid stations may be augmented with personnel and equipment from divisional medical companies.

The evacuation of deceased from the battle area is difficult in mountains. Litter bearers may be required to transport remains to a rear area for evacuation by air or vehicle to the division support area. If grave registration personnel and equipment cannot be made available to a deployed division, personnel and facilities of the host nation should be identified and agreements made for processing remains.

2ª QUESTÃO — COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

LEIA, NÃO TRADUZA

PRINCIPLES OF FIELD MEDICAL SUPPORT

Continuity — Medical support must be continuous. Once begun, treatment terminates with a return to duty, discharge or death. The hospitalization-evacuation system is based on lower organizational levels of health services being supported by the next higher levels. Each has the responsibility to evacuate patients only to the rear-most medical facility of its own organization level.

Control — Control of medical resources must rest with the medical commander or medical staff officer. If the medical support system is to respond to the commander's plans in a timely manner, the surgeon responsible for its direction must be kept informed of the operations of the medical units. To insure economic utilization and control, medical units are not attached to the supported units.

Proximity — The medical means must be as close to combat operations as the time/distance factor and the tactical situation permit. Prompt collection, sorting, and evacuation of patients must be provided.

Flexibility — Medical support must be flexible. Altered tactical plans or operations may necessitate a redistribution/relocation of medical resources. The medical commander and staff must be positioned to permit shifting their resources to meet the changing requirements. Alternate plans and a medical reserve are essential.

Mobility — Supporting medical treatment units must maintain contact with units they support. It follows, then, that medical elements must have mobility comparable to that of the units they support. A unit's mobility is measured by its ability to move its personnel and equipment with organic transportation.

Conformity — Conformity with the tactical plan is essential in the provision of field medical support. By an analysis of the commander's plan of operation, medical planners determine the medical requirements to provide adequate medical support at the right time and place.

ANSWER, IN PORTUGUESE, THE FOLLOWING QUESTIONS, CONCERNING TO THE FORMER TEXT:

1. When is a field medical treatment said to be finished?

2. What is the base of the hospitalization-evacuation system?

3. Only to what point has an unit the responsibility to evacuate an injured soldier?

4. Who controls medical personnel and equipment?

5. Why does the medical officer responsible for the direction of the medical support system have to know the operations of the medical units?

6. What are the limiting factors to the location of medical means as far forward as possible?

7. What measures are to be taken, in order to maintain flexibility in the medical support?

8. Why are medical units supposed to have mobility comparable to that of the supported combat units?

9. How can one measure the mobility of an unit?

10. How can conformity with the tactical plan be attained?



BNH EM RESUMO

Informe Especial

Para responder questões sobre a operação de dação entre o Banco Nacional da Habitação e seu agente financeiro a Sociedade de Crédito Imobiliário do Grupo Delfin, o Presidente do BNH, José Lopes de Oliveira, compareceu à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados, encarregada de investigar o caso BNH-Delfin, no último dia 14 de setembro.

Reproduzimos abaixo o depoimento de José Lopes de Oliveira à Comissão.

A decisão de reunir neste volume documentos, dados e pronunciamentos mais abrangentes e básicos, relacionados com a operação de dação de imóveis em pagamento de dívidas do Grupo Delfin ao BNH em 15.12.82, se deve principalmente a duas ordens de razão.

A primeira, oferecer ao Congresso Nacional, além da completa documentação que acompanhou a exposição do Senhor Ministro do Interior à Câmara dos Deputados, no dia 6 de abril deste ano, mais um elenco de subsídios e argumentos sobre o mérito da operação e tornar acessível a quantos militam no Sistema Financeiro da Habitação o conhecimento da longa evolução do respectivo processo e suas peças fundamentais. Busca-se, no particular, mostrar a complexidade do problema e o pragmatismo que se impôs à decisão, chamada que foi a atual administração do BNH, composta de dirigentes de longa e respeitada experiência na solução de questões bancárias, a resolver mais um crônico problema fora de rotina, de grande expressão econômica e social, que se

agravava ao longo do tempo, sem a contribuição do atual Governo.

A segunda tem por fim colocar em seu justo mérito e corretas proporções uma operação que o alarde de respeitável órgão da imprensa, acolhendo de boa fé reportagem baseada em premissa incorreta — como se verá adiante e demonstra o perito-avaliador José Carlos Pellegrino, de renome internacional — apresentou com foros de irregularidade, inoculando no espírito do público o germe da desconfiança em relação a uma das operações do gênero mais bem conduzidas, tendo em vista o vulto dos interesses do público e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que ela protegeu, em ação rápida e eficiente dos técnicos do BNH e da Caixa Econômica Federal.

Esta introdução e a publicação no seu todo não se constituem peças de defesa da operação, nem de contestação às críticas divulgadas, uma vez que para esse efeito desde logo encaminharam-se os processos e esclarecimentos ao exame e julgamento das instituições públicas por lei dotadas de competência e alçada específica.

Mesmo diante das provocações, da campanha insidiosa encapuçada em inconfidências desleais, meias-verdades maliciosas, documentação parcial e comparações forjadas em dados propositadamente distorcidos, o BNH jamais desviou-se da

linha que deve nortear o tratamento dos seus processos administrativos. E seus dirigentes mantiveram a conduta imposta pelas responsabilidades legais que regem seu relacionamento com o público-cliente e instituições a que devem prestar contas.

Alguns aspectos fundamentais, porém, merecem ser focalizados. A operação de 15.12.82 (dação), por exemplo, não teve caráter precípua de **operação imobiliária**, como se fez crer para propositadamente colocar a ênfase da crítica no campo impreciso de uma aferição avaliatória de resto incorreta. Realizou-se, isto sim, uma **operação de natureza bancária**, usual em todos os sistemas financeiros do mundo, substituindo-se a amortização homogênia dos empréstimos (dinheiro) pelo recurso à amortização heterogênea (bens), sempre que imprevisível ou difícil a recuperação do crédito. No Brasil, a extinta Caixa de Mobilização Bancária, parte hoje do Banco Central, foi criada, entre outros fins, para tais situações (*datio in solutum*) que, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, são solucionadas mediante a participação do Banco Nacional da Habitação.

As decisões referentes à dação e à intervenção não foram atos de última hora, nem improvisadas ao sabor de influências outras que não os interesses superiores do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e do BNH; amadureceram em função da própria evolu-

ção do problema, na repercussão sócio-econômica de uma eventual decisão precipitada e nas revisões naturais de processos administrativos complexos relativos a um longo litígio (mais de 10 anos). Foram concebidos, em essência, desde 26.04.82, quando estabelecida expressamente a estratégia governamental da qual decorreriam tais atos, cerca de 8 meses depois.

Outro ponto importante, por ter sido objeto de alarde público, consistiu na errônea comparação, ademais defasada, segundo a qual o BNH recebeu por Cr\$ 60,8 bilhões, em dezembro de 1982, áreas de terrenos que teriam sido avaliadas por Cr\$ 9 bilhões (em dezembro de 1981).

Os laudos e aferições levados em consideração pelo BNH são claros ao apontar os valores que oscilaram entre Cr\$ 56,1 e Cr\$ 64,1 bilhões para esses terrenos e respectivos empreendimentos habitacionais neles projetados. Não há laudo apontando Cr\$ 9 bilhões para tais bens.

O que na verdade existe é um parecer de 23.04.82, confessadamente simples exercício de cálculo, baseado nos riscos e dificuldades de o Grupo Delfin realizar com recursos próprios os empreendimentos habitacionais projetados nas aludidas áreas. Nesse parecer, os engenheiros Victor Luiz Vieira, da Caixa Econômica Federal, e Osvaldo Freitas Grossmann, do Banco Central do Brasil, chegaram, com dados de fins de 1981, a duas con-

clusões sobre o valor das áreas. Ei-las:

I — essas áreas e respectivos projetos, considerando a Delfin como proprietária e os riscos e prazos daí decorrentes, teriam o valor potencial líquido de Cr\$ 29,9 bilhões em abril de 1982 e, conseqüentemente, de Cr\$ 42,6 bilhões em 15.12.82. E, na hipótese de aliená-las em pregão público, para pagamento à vista, conforme esclareceu ao BNH o engenheiro Victor Luiz Vieira...

II — ... um valor de mercado UPC 6.760.622, ou seja, Cr\$ 16,2 bilhões em 15.12.82. Os Cr\$ 9 bilhões citados no referido parecer correspondem aos mesmos Cr\$ 16,2 bilhões a preços de dezembro de 1981, um ano antes, pois, da dação.

Em 21.03.83, considerando as áreas de propriedades do BNH e expurgando do cálculo os riscos e prazos só aplicáveis à situação do Grupo Delfin, o mesmo engenheiro Victor Luiz Vieira chegou à conclusão de que o referido "valor de mercado" (Cr\$ 16,2 bilhões) corresponderia em dezembro de 1982 a Cr\$ 70 bilhões. Dispensáveis, portanto, novos argumentos ou comentários sobre a adequabilidade dos valores aplicados à dação (Cr\$ 60,8 bilhões).

A propósito da metodologia utilizada nesses pareceres dos peritos da CEF e Banco Central, particularmente no de 23.04.82, é indispensável a leitura atenta do trabalho do professor José Carlos Pelle-

grino, de 07.03.83, que conclui, afirmando:

"... o critério abraçado pela comissão de peritos — transformação do valor potencial líquido em valor de mercado, através da aplicação do fator de valor atual (fator de capitalização no denominador) — é inteiramente injustificável. Aliás, o equívoco chega a ser por demais grosseiro e tão elementar que basta para invalidar todo o documento elaborado por aqueles técnicos da CEF, do Banco Central e do Banco do Brasil"; (grifos nossos).

"... aquela comissão de peritos não avaliou as glebas de Jacarepaguá e Cotia, mas limitou-se apenas a utilizar critérios e fatores inadequados ou impertinentes a uma avaliação pronta que, absolutamente, não se encaixam no modelo do método involutivo empregado pelo profissional que a elaborou, o perito judicial, engenheiro Wilson da Silva Maia. Por conseguinte, a manifestação por ele apresentada é inócua, porque desprovida de base técnica verdadeira e carecedora de fundamentação, invalidando-se por sua própria debilidade". (grifos nossos)

Cabe reconhecer que não somente os responsáveis pela campanha desencadeada contra a operação laboraram em erro. Certamente, por consubstanciar tecnicismo especializado (avaliações), a conclusão do parecer de 23.04.82 dos peritos da CEF e do Banco Central foi encarada como premissa não

passível de discussão, espécie de dogma, a que por muito tempo se apegaram setor internos e a própria administração superior do BNH. No pressuposto de correta, tal conclusão foi a pedra angular de várias manifestações no curso do respectivo processo, até que sua disparidade em relação a novos elementos e dados sobretudo de mercado, levou o BNH ao reestudo dessa premissa e, por fim, ao pronunciamento de 01.12.82 e ao despacho interministerial da mesma data. É evidente, não obstante, que o BNH se utilizou da conclusão do parecer de 23.04.82 para obter o melhor resultado possível na negociação do valor pelo qual se processaria a finalização.

Entre seus objetivos, os atos de dezembro de 1982 consideraram evidentemente a hipótese de recuperação do Grupo, como dever de ofício do BNH. Mas também consideraram a situação inversa admitida desde 26.04.82 e passível de suceder como aconteceu, em janeiro de 1983, em consequência da grave crise de liquidez por que passou o SBPE. Na hipótese, com a não permanência do Grupo no SBPE, através de intervenção ou liquidação, a dação colocaria o BNH a salvo das consequências financeiras negativas do parecer nº 44 da Consultoria Geral da República, pelo menos em relação à atualização e valorização do montante de Cr\$ 60,8 bilhões.

Importa finalmente ressaltar que o balanço dos efeitos da deci-

são de 15.12.82, conjugados com os da intervenção (21.01.83) no Grupo Delfin, demonstra o saldo incontestavelmente positivo das ações do BNH, em defesa do público, de seu patrimônio e dos recursos do SBPE. Com efeito:

a) as poupanças confiadas pelo público ao Grupo Delfin, da ordem de Cr\$ 115 bilhões, ficaram integralmente preservadas e garantidas. Sua transferência para a Caixa Econômica Federal evitou que o BNH sofresse, à época, um descalço de cerca de Cr\$ 100 bilhões e, assim, deixasse de ganhar, como ganhou, sobre as ORTN-cambiais de que dispunha, mais de Cr\$ 30 bilhões em decorrência da maxidesvalorização do cruzeiro;

b) a dação dos terrenos em pagamento ao BNH, respaldada nas Leis nº 4.380, de 21.08.64 e 5.762, de 14.12.71, no Decreto nº 72.512, de 23.07.73 e na Resolução nº 386, do Banco Central do Brasil, de 21.07.76, foi a única alternativa de se obter, programadamente, o retorno dos recursos (Cr\$ 60,8 bilhões, em 15.12.82) dos agentes depositados no Fundo de Assistência à Liquidez (FAL) e imobilizados há longo tempo sob a forma de assistência financeira ao Grupo Delfin;

c) esse retorno se acha em processo, através de empreendimentos habitacionais que — neles computados os valores pelos quais a dação se realizou — permitirão, den-

tro dos padrões normais do BNH, a venda de unidades habitacionais, se necessário, até mesmo abaixo dos preços atualmente comercializados nas imediações desses lotes;

d) com a edição do Decreto-lei nº 2.015, de 23.02.83, as demais obrigações do Grupo Delfin para com o BNH continuarão, em qualquer hipótese, a fluir juros e correção monetária, uma vez que esse diploma legal eliminou os efeitos do citado Parecer nº 44 da Consultoria Geral da República; e

e) ficam demonstradas, assim, pelo próprio mercado, a adequabilidade e a aceitabilidade dos valores pelos quais os bens foram dados em pagamento ao BNH.

Não houve, em suma, nem falta de legitimidade à operação, nem lesividade nos atos que a formalizaram. Não houve prejuízo para o público; não houve perda patrimonial para o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo; não houve prejuízo para o BNH. É fundamental lembrar que o SBPE dispõe de um mecanismo próprio para compensar perdas: o Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias constituído por contribuições das próprias empresas do Sistema. O que significa dizer que, ainda que, ao final, se configurasse uma perda líquida na Delfin, a eventual diferença não teria cobertura proveniente do Erário Público. A diferença correria à conta desta modalidade de auto-seguro do

SBPE, denominada FGDLI, cujos recursos são administrados pelo BNH.

Houve, na verdade, determinação e lucidez em resolver um problema crônico. Com a solução, ganharão o Rio de Janeiro e a Gran-

de São Paulo, em seus desenvolvimentos urbanos, com os planos de ocupação não especulativa de áreas em processo de valorização real crescente, conforme revelam as pesquisas de instituições dedicadas a esses levantamentos periódicos.



INFORMAÇÕES

CARABINA DA IMBEL PARA INSTRUÇÃO DE TIRO

Como muitos países, o Brasil também enfrenta os problemas dos elevados custos da instrução de tiro, o que levou o pessoal técnico da Fábrica de Itajubá, pertencente à Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil), a criar uma solução, ao que tudo parece, inédita em todo o mundo. Trata-se de uma carabina em calibre .22L R que imita, com absoluta fidelidade, o conhecido fuzil militar FAL, calibre 7,62 milímetros, equipamento padrão de nosso Exército e Corpo de Fuzileiros Navais, além de ser empregado, aos milhões, pelas forças armadas de meia centena de países.

Provisoriamente conhecida apenas pelo apelido de "Faibina" (uma mistura de "Fal" com "carabina"), a arma tem as mesmas dimensões e peso do fuzil de verdade, o que a torna utilíssima para dar, aos recrutas, exata noção dos procedimentos básicos de manuseio e de tiro. O fato de utilizar munição de menor potência, fora o importante fator economia, significa a possibilidade de ser dada instrução em estandes de tiro de dimensões reduzidas, inclusive em interiores, com absoluta segurança. O soldado novato também pode ter experiência inicial de tiro, com uma arma de fogo verdadeira, sem sofrer os efeitos habituais do forte barulho e recuo ("coice") da munição 7,62 milímetros do FAL.

Como o FAL, a carabina de instrução da Imbel tem pouco mais de um metro de comprimento e pesa 4,2 quilos, municiada. O cano, propriamente dito, tem um comprimento

total de 57 centímetros, com seis raia à direita e passo de 42 centímetros, possuindo o mesmo quebra-chamas do fuzil, o que permite, portanto, a adaptação da baioneta. O que seria, no FAL, o carregador removível, é, na "Faibina" uma peça fixa, no interior da qual é inserido o carregador de dez tiros, calibre .22LR. A janela de ejeção, à direita, é, naturalmente, proporcional aos estojos menores. O funcionamento de ambas as armas é idêntico, com a alavanca de manejo (do tipo rebatível) localizada à esquerda da caixa da culatra e o registro seletor de tiro, acima do punho. Suas posições, facilmente selecionadas por um movimento do polegar direito do atirador, são "I" (tipo intermitente, ou semi-automático), para a frente, e "S" (segurança) para trás.

A "Faibina" dispara com o ferrolho à frente, empregando um sistema de percussão por martelo. Isto evita uma pequena — mas inevitável — "sacudidela" da arma no momento em que o gatilho é pressionado, resultando em excelente precisão de tiro, reforçada pelo recuo inexistente com a munição .22LR. Em teste realizado pelo GLOBO com um dos protótipos, foram obtidos excelentes agrupamentos de impactos em alvos situados a até 200 metros, distância para a qual o aparelho de pontaria sai ajustado de fábrica.

A desmontagem básica, para limpeza de rotina, é muito simples e não requer qualquer ferramenta especial: a remoção de dois pinos separa a arma em dois conjuntos principais, dando acesso ao mecanismo de disparo e permitindo a remoção do ferrolho e da mola recuperadora.

As vantagens oferecidas por este "mini-FAL" (custando cerca de um terço do fuzil

e utilizando munição dez vezes mais barata) já atraíram, inclusive, a atenção de clientes no exterior, que solicitaram à Imbel cotações de preços e prazos de entrega. O programa de produção seriada da arma está em fase de implantação, e, tendo em vista as excelentes perspectivas de mercado, tudo leva a crer que se constituirá em mais um sucesso de nossa indústria bélica.

Ronaldo S. Olive

"O Globo"

HELICÓPTEROS SUPER PUMA TRANSPORTAM MISSEIS EXOCET

O helicóptero francês AS332 Super Puma, incorporou ao seu sistema de armamentos de ataque, mísseis AM39 Exocet e AS15TT, todos, helicóptero e mísseis, fabricados pela Sociedade Aerospatiale, da França, a maior empresa do setor aerospacial daquele país. Equipado com duas turbinas Turbomeca Makila, que lhe permitem transportar 4.500 quilos a uma velocidade máxima de 279 km/h a distâncias de até 865 quilômetros, o Super Puma pode voar sob condições IFR e possui também um sistema autônomo de navegação, radar panorâmico e piloto automático.

Seu armamento pode ser disposto de diferentes maneiras, transportando dois mísseis AM39 Exocet, seus AS15TT, sendo três de cada lado ou em uma terceira configuração, onde um Exocet é instalado de um lado e três AS15TT do outro. Neste caso é possível combater navios postados em distâncias bem diferentes, ou seja, 50 quilômetros para o Exocet e 15 quilômetros para os AS15TT.

27 PAÍSES AFRICANOS CONHECERAM O "ESQUILO"

A Aerospatiale, da França, realizou uma viagem de demonstração por 27 países do continente africano com o helicóptero AS350B Ecureuil, que no Brasil é fabricado pela Helibras S.A., de Itajubá, em Minas Gerais, com o nome de "Esquilo". O modelo francês iniciou suas demonstrações em Dakar, para terminá-las em Dar-Es-Salam, na Tanzânia, seis meses depois. Durante este período o "Esquilo" francês

voou 360 horas, realizou 200 demonstrações e transportou mais de 3.000 passageiros, com um índice de 98% de disponibilidade, só permanecendo no solo durante cinco dias, no Quênia, para uma revisão obrigatória após 300 horas de voo.

Um detalhe interessante é que durante todo o período em que esteve em demonstração na África, somente em 10% das noites o "Esquilo" foi recolhido a lugares cobertos, permanecendo todo o restante do tempo exposto a toda sorte de intempéries. Cerca de 560 helicópteros de todos os tipos produzidos pela Aeropastiale já foram exportados para o continente africano, o que representa quase 50% da frota de helicópteros em operação naquela parte do Mundo.

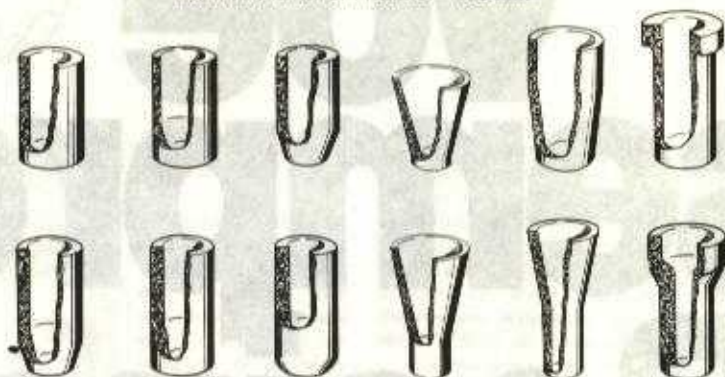
NOVA LINHA DE PROJÉTEIS POR FORJAMENTO

Uma nova linha de fabricação por forjamento a quente de projéteis de artilharia, compreendendo um forno, uma prensa controlada por computador e manipuladores de controle a distância, foi instalada na unidade fabril da Bofors, na Suécia. O custo total do novo equipamento, que aumenta para o dobro a capacidade de produção diminuindo em 50% as necessidades de mão-de-obra, é de 8 milhões de Coroas Suecas (aproximadamente £ 750.000). Esta despesa faz parte de um investimento total da Bofors durante 1982, num total de 120 milhões de Coroas Suecas em equipamentos, e de 250 milhões de Coroas Suecas em investigação e desenvolvimento.

A decisão de se investir na nova linha foi tomada não só para modernizar a produção de lingotes para a fabricação de projéteis, mas também para criar uma linha de produção capaz de fabricar produtos civis tais como os cubos das rodas dos eixos traseiros para a indústria automóvel e acessórios de tubagens para utilização em instalações petrolíferas. As operações de encalçamento, de enformagem em taça e de rebaixamento profundo são executadas automaticamente na nova prensa de 1000 ton., cuja seqüência de operações é controlada por computador. O novo equipamento permite uma grande liberdade de escolha quanto à dimensão e à forma do produto final (ver Figura 1) — incluindo configurações com faces paralelas, cônicas e combinações paralelas/

EXEMPLOS DE PEÇAS FORJADAS A QUENTE

Diâmetro Exterior Máximo – 185 mm



Comprimento máximo – 770 mm

Comprimento máximo – 480 mm

Fig 1



Fig 2

Manipuladores automáticos controlados por computador

cônicas, com uma variedade de espessuras de parede.

Além de proporcionar uma maior capacidade de produção, a nova linha está concebida para fornecer maiores padrões de qualidade. Também permite melhores condições de trabalho no interior da fundição, visto terem sido virtualmente eliminadas as necessidades de

se elevarem cargas pesadas manualmente pela introdução de manipuladores automáticos controlados por computador (ver Figura 2). A Bofors fabrica todo o tipo de munições desde os calibres de 20 mm até 155 mm, detonadores, propulsores e explosivos de grande potência e, visto também fornecerem armas, podem oferecer sistemas completos especialmente adequados a missões de combate específicas.

Voe sempre Boeing 727.



Pela maior frota de Boeing 727 da América do Sul. Todo dia, toda hora, tem sempre um Boeing 727 da Transbrasil voando para algum lugar do País. Por uma razão muito simples: a Transbrasil voa sempre trijato Boeing 727. Basta você escolher o dia, o horário e o destino. Fale com a Transbrasil e seus agentes de viagem. E voe pela maior frota de Boeing 727 da América do Sul.

TRANS  BRASIL
Brasil é com a gente



LIVROS

A ESPIA, Virgil Gheorghiu, tradução de José Lívio Dantas, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1983.



Indiscutivelmente, "o maior escritor vivo da língua francesa", Virgil Gheorghiu, "um dos maiores da nossa época", é um escritor maldito. O primeiro livro de pós-guerra, A 25ª Hora explodiu, em 1949, qual um raio. O existencialista da esperança, Gabriel Marcel, saudou-o como "um romance ter-

rível!": "Não creio que se possa encontrar obra mais significativa do que esta, mais reveladora da situação temerosa em que a humanidade mergulha". Traduziram-no, de imediato, praticamente em todas as línguas, desde o grego até o chinês e o coreano.

Passado o primeiro espanto, choveram logo os insultos e as acusações. Pró-nazista, anti-semita, antiocidental, anticomunista, traidor dos irmãos que buscavam libertar-se do inferno soviético... A defesa constituiu-se num livro primoroso, angustiante e machucado: O homem que viajou sozinho. Na verdade, sentenciava Vitorino Nemésio, A Vigésima Quinta Hora não é por uns contra outros, senão por todos contra todos. Principalmente, procuraram abafá-lo com o manto pesado e sufocante do silêncio. Seu nome aparece timidamente numa enciclopédia alemã e noutra inglesa. E mais nada. Nem no "Dicionário de Autores", de Bompiani. Procurem-no em qualquer das nossas: Barsa, Mirador, Delta-Larousse, na luso-brasileira "Verbo" e outras, que registram tantas insignificâncias. O que me faz lembrar uma senhora do litoral-norte de S. Paulo: "Seu padre, feijão podre é que bôia. Feijão bom fica no fundo"...

Gheorghiu machuca. O seu compromisso é com a verdade. Não pode deixar de denunciar.

Sua própria vida, alma e corpo triturados, são uma denúncia. Mais que isto, um apelo a que pensem e não repitam os erros. Principalmente depois que ele se fez padre na Igreja Ortodoxa de seu país, outra coisa não visa senão a ajudar aos irmãos. A residência em Paris, "rue de Siam, 16" é um centro de auxílio e informações aos refugiados das cortinas (ou grades?) de ferro das jaulas vermelhas.

Ele mergulha até o fundo da corrupção e do vazio do Ocidente. Sabe, como Berdiaef, que "o comunismo é a má consciência dos cristãos". Como os povos que Deus deixou no Antigo Testamento para vergastar a infidelidade dos hebreus e fazê-los voltar.

Mas ele não aceita que entreguem as mãos ao inimigo. Nem os dedos. Seria um autêntico suicídio. Basta olhar ao redor para ver até onde chegaram tantos povos, vítimas de uma escravidão que quer, antes de tudo, acorrentar as almas. Dar liberdade ao inimigo que objetivava somente a destruição de Deus e, por consequência, do homem, é votar-se ao extermínio. E não basta dizer, com uma cegueira incompreensível, que, legalizado, ele aparece à luz do sol. Doce e iedo engano. Sua força está na clandestinidade, na sombra. Tal qual a serpente que se esconde e, ao revelar-se, já nada a pode deter, como câncer impiedoso. Um reconhecimento jurídico, pelo qual se bate com todas as forças, só lhe permitiria atuar mais profunda e livremente. As embaixadas não esgotam, no seu caráter oficial, a atividade dos governos. Quanta coisa se faz atrás dos biombo! E daí tantos imprevistos e atritos diplomáticos, e expulsões frequentes. Claro está que nada serviria lutar contra o comunismo quando se alimenta um clima de injustiça e corrupção, tão propício ao seu fortalecimento. Disse alguém que o "o palácio só está em segurança, quando o casebre é feliz". E estamos muito longe disso...

Gheorghiu incomoda. Mas, quando não se consegue impedir que ele fale e escreva, e edite, os homens gostam de lê-lo e ouvi-lo, um pouco assim como Herodes a João Batista, o

profeta, que lhe dizia duras mas sérias verdades, imprescindíveis a quem não renunciou ao sagrado direito de pensar. Os livros de bolso espantosamente multiplicaram entre o povo as edições...

Seu inigualável talento, graças a Deus, não se esgotou numa só obra-prima. "A Única Salda" alcançou um êxito retumbante, até certo ponto comparável ao do primeiro livro. São páginas dificilmente superáveis sobre a tragédia dos prisioneiros de guerra. Andarilho por quarenta e sete campos de concentração, torturado e faminto, colheu da vida o mais precioso material. Já o confessara Axel Munthe, num dos prefácios ao seu "O Livro de San Michele: "O maior compilador de histórias sensacionais é a vida". E me garantiu Virgil que, trabalhado ou não, o mais fantástico de suas obras é real e ele está em condições de documentá-lo.

Em Fome de Milagres, antecipa quase profeticamente a tragédia africana, apertando firme o dedo na chaga dos erros e iniquidades dos colonizadores. A Casa de Petrodava retrata, com traços de mestre incomparável, o orgulho feminino. Perahim reedita o eterno e sempre atual Romeu e Julieta. A Chibata atinge, a golpes de um realismo aparentemente cruel, a maldade humana. Porque, como ele colocou no frontispício de Os Sacrificados do Danúbio, "Sendo poetas, não podemos ser prudentes. A minha missão na Terra consiste em chamar as coisas pelos seus nomes" (Thomas Mann).

A partir de Os Imortais de Agábia, Virgil Gheorghiu escreve em francês. Seguem-se num clima cinematográfico da melhor cepa, poemas autênticos: O crime de Kyrlessa, A Condottiera, A túnica de pele, Deus só recebe aos domingos, e tantos outros. Ao lado de Precisa-se de heróis (que nenhuma editora francesa quis publicar). Os desconhecidos de Heilberg (sobre as fontes insuspeitadas de manutenção dos serviços secretos comunistas), O Grande Exterminador, O olho americano, de cunho marcadamente político no sentido mais elevado do termo, surgem A infelicidade de me chamar Virgílio, Antenágoras, Da 25ª Hora à Hora Eterna, jóias da literatura biográfica. É aí que André Malraux, acadêmico de França e ministro da Educação, o proclama "o maior escritor vivo da língua francesa"! Dito de um estrangeiro por um francês como ele, torna-se algo de absolutamente inédito. E, quase a cada ano, o poeta de Cristo e da Ro-

mênia, como gosta de intitular-se, brinda-nos com novo livro. A crítica oficial continua a esquecê-lo. Ideólogos de todos os naipes riscaram-no de seu mundo, porque sabem que a melhor arma é o esquecimento (aliás, "o pior dos ódios é o esquecimento consciente", como escreveu Sta. Terezinha do Menino Jesus). Pouco importa se merece, muito mais do que tantos pelo volume e profundidade das suas obras, o Prêmio Nobel de Literatura, não fosse o descrédito em que este vem caindo... A 25ª Hora chegou às telas. Os direitos de outros romances já foram adquiridos, não sei se para serem filmados, ou para que isto não aconteça. Sabe-se lá o que vai pela cabeça dos grandes!...

Agora a Bibliex lança L'espionne. Um primor de literatura, emoção, surpresa e vida, que se lê de um fôlego, embora fazendo sentir o prazer de saborear profundamente. Passeiam pelas suas páginas, com nomes mal disfarçados, reais personagens do mundo vermelho. Levanta-se o véu da podridão de alto coturno na faixa dos "iguais mais iguais que os outros", como ironizava George Orwell, em "A Revolução dos bichos".

Gheorghiu vale pelo essencial que descobre, como ouro no cascalho. E por isso ele marca sua presença, testemunha da eternidade no tempo, do essencial e do absoluto na mole gigantesca das superfluidades vazias da época. Como os grandes escritores e poetas, que a humanidade não pode esquecer, sob pena de sub-humanizar-se, por desprezar os mais autênticos valores.

O espanto de Max abre a ponta da cortina de um mundo psicodélico, onde, sem perigo, ninguém conhece ninguém, nem, sob qualquer hipótese, pode ser conhecido e conservar tranqüila a cabeça. "Lá, confundia-me um engenheiro iugoslavo, eu sentia medo até de ter tentação de pensar mal do regime!" Nada parecia permanecer oculto à onividência do Estado onipotente, o deus Moloch dos pagãos modernos. Soljenitzyn que o diga, de dentro do seu Arquipélago Gulag... E é a este paraíso que acenam, tentadores, inconscientes ou embriagados de orgulho e infalibilidade, esgaratando as injustiças, os recalques, a inveja, a cobiça e as misérias do ocidente, os mascates da libertação!...

Dom Manoel Pestana Filho
Bispo de Anápolis



REGISTROS

PLANEJAMENTO FAMILIAR

Waldemar Cavalcanti

"A Natureza como que teve a intenção de que os métodos anticonceptivos naturais só fossem descobertos pela espécie humana ao se constatar o desordenado crescimento da natalidade no mundo" (Dr. J. J. Walsh, do Instituto Ginecológico Lambert).

O economista inglês Thomas Roberto Malthus (1766-1834), criador da teoria do Malthuismo, um sistema econômico e sociológico, baseou-se na previsão de que a população do mundo tendia a crescer em uma progressão geométrica, enquanto os suprimentos para a subsistência da Humanidade cresceriam em uma progressão aritmética, o que seria calamitoso para a espécie humana, pois desequilibraria o sistema. A "Moral restraint" isto é, a abstenção dos direitos matrimoniais por aqueles que não tivessem condições de conceber e criar filhos sadios, constitui a base teórica — e polêmica — do sistema econômico Malthuismo. Malthus, que era também pastor da igreja anglicana, nascido de uma família de classe média, alertou que algo deveria ser feito para impedir uma catástrofe da Humanidade, embora não tenha estimulado o controle populacional.

A solução preconizada pelo economista do Século XVIII, que era influenciado pelo dogma da predestinação da doutrina calvinista, seria obtida através a supressão da assistência do Estado aos pobres, para que fosse compulsoriamente desestimulada em certas camadas sociais a natalidade, além de recomendar a abstinência sexual dos casais. Tais idéias vieram a ser criticadas mais tarde por Marx e pelos socialistas da época e exerceram mais tarde grande influência sobre os programas da ONU na década de 50, porém houve também a política de conscientização das populações do planeta

através a educação, para a livre escolha individual dos casais quanto à sua prole. Os demógrafos constatarem atualmente que a limitação do número de filhos está em geral ligada ao poder aquisitivo familiar, principalmente na classe média.

— Os cientistas australianos, o casal Billings, médicos e pesquisadores John e Evelyn, autores do método anticonceptivo natural da ovulação e da fertilidade feminina, acabam de pronunciar uma série de conferências em diversas cidades brasileiras, para médicos e principalmente para as mulheres adeptas dos métodos anticonceptivos naturais. Eles entendem que as mulheres já de longa data descobriram os segredos da sua fisiologia e antes de conhecerem as bases científicas do método da ovulação pelo aparecimento do muco cervical, elas puderam fazer certas observações no seu ciclo fisiológico catamenial, sem qualquer orientação médica, embora alguns "médicos tenham uma certa dificuldade com a virtude da humildade para admitirem esta verdade" (da Conferência do Dr. John Billings em São Paulo).

Dada a importância do assunto e a sua atualidade, a "A Defesa Nacional" irá publicar um trabalho sobre a base científica do "método Billings", oportunamente.

Genética é a ciência da hereditariedade e da variação dos organismos e constitui o ramo da Biologia que trata da evolução dos caracteres hereditários no processo da descendência. São suas características essenciais a auto-reprodução, a continuidade e as mutações através as gerações.

Modernamente surgiu a Engenharia Genética, que é a utilização desta ciência matemática para a solução dos problemas que se relacionam com a medicina e, na opinião do engenheiro Maurício Joppert da Silva, decano dos engenheiros brasileiros, tudo que a engenho-

sidade do homem conceber para estudar assuntos da Genética, é também tarefa de engenheiros. Assim, o dispositivo prático idealizado pelo engenheiro Walfredo Cavalcanti, autor de Calendários cronológicos de longa validade e agora posto a serviço dos métodos anticoncepcionais naturais para o planejamento familiar, e que assina o presente artigo sobre o "método Billings", acha-se à disposição dos obstetras e ginecologistas interessados. ■

ATUALIDADE BRASILEIRA — PROBLEMAS ESTRATÉGICOS PRIORITÁRIOS

O Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) realiza, de 7 a 11 de novembro de 1983, seu IV Seminário sob o título geral de "Atualidade Brasileira — Problemas Estratégicos Prioritários", no auditório da Associação Comercial do Rio de Janeiro. O temário do Seminário inclui palestras da Professora Therezinha de Castro e General Doutor Carlos de Meira Mattos sobre "A Problemática do Cone Sul"; do Doutor Leandro Tocantins e Senador Jarbas Passarinho sobre "Fronteira Norte, suas Repercussões Políticas e Estratégicas"; dos Doutores Celso Furtado e Olavo Setúbal sobre "Brasil — Atual Conjuntura Política, Econômica e Social", servindo de coordenador-geral o Brigadeiro Oswaldo Terra de Faria. Como membro da Coordenadoria-Geral e Controlador dos Debates atuarão, respectivamente, o General Heitor A. Herrera e o Cel. Hélio C. T. de Mendonça. ■

O EXÉRCITO NA BAIXADA SANTISTA

Em edição comemorativa da Semana do Exército — 1983, acaba de vir a público um bem organizado e fartamente ilustrado opúsculo que reconstitui a história da Guarnição Militar da Baixada Santista desde os seus primórdios em 1824 até os dias de hoje. Uma equipe de historiadores, liderados por J. Muni Jr., Jaime Mesquita Caldas e Reginaldo Moreira de Miranda, tomou a si o encargo de pesquisar fontes e fatos dando-lhes a excelente estrutura historiográfica que o EXÉRCITO NA BAIXADA SANTISTA apresenta.

Para que se tenha uma idéia do valor documental dessa pequena obra, transcrevemos a

apresentação do Gen Bda Glênio Pinheiro, Comandante da AD/2:

"O histórico que descortinamos, nesta Edição Comemorativa, é, antes de tudo, uma tentativa pioneira de reunir os conhecimentos e os dados disponíveis sobre a participação do Exército Brasileiro no desenvolvimento, na integração e segurança da Baixada Santista. Os marcos testemunhos dessa presença na Região Célula Mater da Nacionalidade, no litoral paulista, remontam aos idos de 1824, com os 5º e 6º BC e abrangem um período de mais de 159 anos. Trata-se de um documento aberto a todos os historiadores, civis e militares, e pessoas que desejarem dar sua valiosa cooperação para enriquecer, com novas informações, esse trabalho de pesquisa que abnegados colaboradores ora dão a público, na Semana do Exército." ■

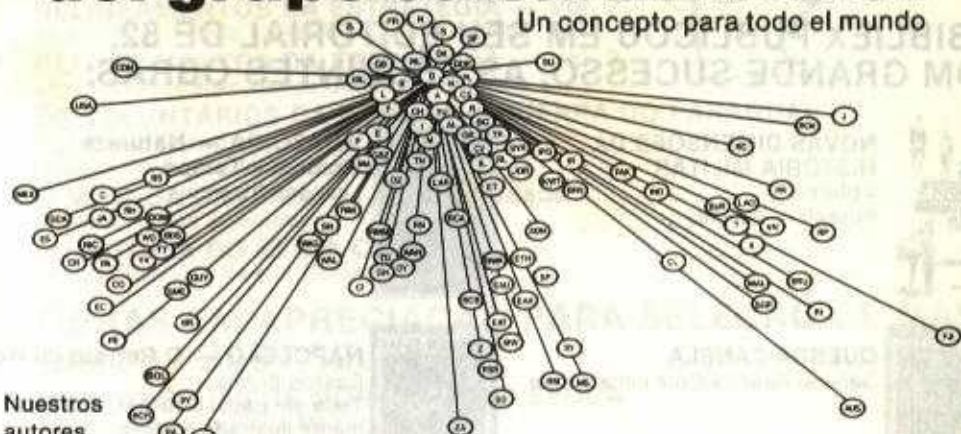
EFEMÉRIDES CARIOCAS NOTÁVEIS

O Centro de Informações Culturais concluiu, recentemente, a conversão das *Efemérides Cariocas*, de Roberto Macedo, em texto por ordem cronológica.

Essa conversão se completa com a atribuição, a cada verbete por data, do tipo de história que focaliza (História Política, História Econômica, por exemplo) e, dentro dele, pelo destaque das informações analíticas (nomes de logradouros, de personagens, etc.). Assim, o texto fica preparado para o processamento por meios manuais, mecânicos ou eletrônicos. Pelos meios tradicionais, seriam feitas fichas tendo como cabeçalhos os tipos de história e os assuntos analíticos, referidos às datas e, obviamente, à obra. Essas fichas, em ordem alfabética, constituirão o índice analítico da obra. Pelo processamento eletrônico, as informações são registradas em fita magnética do computador e este apresenta os mesmos produtos obtidos através do processamento tradicional, quer no vídeo, quer através de listagens impressas.

Vencida a fase inicial, crítica e prioritária, da catalogação coletiva legível pelo computador, liderada no Rio de Janeiro pelo Centro de Processamento de Dados da Fundação Getúlio Vargas, os dados referentes às *Efemérides Cariocas*, como outros análogos, poderão receber o tratamento eletrônico, enriquecendo o Sistema CALCO. ■

Un concepto para todo el mundo



son expertos internacionales, saben hacer comprender los problemas y las nuevas tendencias de la investigación en todos los campos de la política de defensa, así como las conclusiones técnicas para las fuerzas de seguridad de todo el mundo. Las publicaciones contienen análisis de tecnologías modernas del Este y del Oeste. La composición cuenta con reproducciones en color a gran formato y muchas fotos que se publican por primera vez, dibujos detallados y tablas exactas. Todas las ediciones cuentan con una parte dedicada a noticias de los ejércitos e industrias de todo el mundo.

Organ der Deutschen
Gesellschaft für
Wehrtechnik e. V.
(DWT).
Erscheint monatlich.
Jahresabonnement
Inland DM 90,—
Ausland DM 102,—



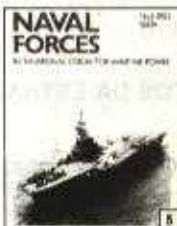
Published in English
— 12 times per year.
Subscriptions US \$ 48,—
or DM 96,—
Airmail rates on
request.



Publicado en
español en 7
números al año.
Precio de la
suscripción
US \$28. — o DM 56. —



Published in English.
— 8 times per year.
Subscription US \$ 38,—
or Hfl 75,— or DM 68,—
Airmail rates on
request.



NAVAL FORCES
International Forum
for Maritime Power
Published in english
— 6 times per year
Subscription £ 12,50 or
US \$ 28. — or DM 54. —



Selt 1890. Herausgegeben vom Arbeitskreis
für Wehrforschung. Erscheint monatlich.
Jahresabonnement Inland DM 96,—
Ausland DM 102,—

Por favor recortar y mandar a:



☒ Por favor marque las revistas que desea

Nombre _____

Calle 1A T209 52 3841 750 25 13 0015

Ciudad 9 3 00A 1 04 AMICAM-TH 00A

Pola

Grupo editorial
Mórch
Ortega y Gasset
1827, 5° P.
(ex-Concepción
Arenal)
Buenos Aires
Rep. Argentina



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA**

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

**A BIBLIEX PUBLICOU EM SEU EDITORIAL DE 82,
COM GRANDE SUCESSO, AS SEGUINTE OBRAS:**



**NOVAS DIMENSÕES DA
HISTÓRIA MILITAR**
Volume 2
Russell F. Weigley



**AMAZÔNIA — Natureza,
Homem e Tempo**
Leandro Tocantins



QUEBRA-CANELA
General Raul da Cruz Lima Junior



NAPOLEÃO — O Retrato do Homem
Gaston Bonheur
Toda em papel Couchet, ricamente ilustrada a cores.



ATÉ BERLIM
Volume 1
General James M. Gavin



**FREI ORLANDO — O Capelão
que não voltou**
Tenente Gentil Palhares



ATÉ BERLIM
Volume 2
General James M. Gavin



**REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA
BRASILEIRA**
Dalton Daemon



**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI**
Volume 2 — Tomo 1
General Paulo de Queiroz Duarte



DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA
Volume 1
Vice-Almirante
João Carlos Gonçalves Caminha

COMO JÁ ERA PREVISTO O SUCESSO ALCANÇADO EM 82, A BIBLIEX IMPRIMIU ALGUMAS COLEÇÕES DO EDITORIAL, ALÉM DO NÚMERO NECESSÁRIO PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ASSINANTES, E COLOCA ESSAS COLEÇÕES A DISPOSIÇÃO DO PÚBLICO EM GERAL, ATENDENDO PEDIDO PELO REEMBOLSO POSTAL. PARA TANTO BASTA PREENCHER O PEDIDO NA PÁGINA AO LADO E REMETER PARA:

APROVEITE Ainda existem em pequena quantidade, coleções de 80 e 81 pelo mesmo preço do Editorial 82

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias — Pç. Duque de Caxias, 25
3º andar, Ala Marçílio Dias
CEP 20455 — Rio de Janeiro (RJ) — Tel. (021) 283-3881

apresentamos a PROGRAMAÇÃO 83

OBRAS JÁ SELECIONADAS

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 2

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

DELINEAMENTOS DA ESTRATÉGIA — Vol. 3

Vice-Almirante João Carlos Gonçalves Caminha

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 — Tomo II

General Paulo de Queiroz Duarte

O MITO DA CAVERNA — Sua atualidade

Professor Jorge Boaventura

A HISTÓRIA DO 4º G A C

Coronel Oswaldo Pereira Gomes

OBRAS EM APRECIACÃO PARA SELEÇÃO DE MAIS CINCO "BEST-SELLERS"

MASCARENHAS DE MORAES E SUA ÉPOCA

General Carlos de Meira Mattos

A ESPADA E A PENA

Sir Liddell Hart

A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Suas duas vidas

General Umberto Peregrino

A ESPIÃO

Virgil Gheorghiu

A ERA DA INCERTEZA

John Kenneth Galbraith

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Ernani Fornari

A ANTÁRTIDA — Nos confins dos três mares

Aristides Pinto Coelho

A GUERRA DE CANUDOS

Macedo Soares

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtois

UM PROFESSOR NA GUERRA

Sir David Hunt

EU QUERIA TANTO AINDA VIVER

Rutina U. (Ruta)

AS GUERRAS ÁRABES-ISRAELENSES — Guerra e Paz no Oriente-Médio

General Chaim Herzog

Assinatura 83
Cr\$ 3.600,00

Você receberá 10 livros
anualmente no seu endereço
em qualquer ponto do País



**BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
EDITORIA**

Assinaturas

☐ 80 ☐ 81 ☐ 82

Valor de cada assinatura
Cr\$ 3.000,00

Você somente pagará a(s) assinatura(s) solicitada(s) quando recebê-la(s) pelo Reembolso Postal.

Assinatura 83
Cr\$ 3.600,00

Remeta nominalmente à
Biblioteca do Exército

NOME

ENDEREÇO

ENDEREÇO PARA REMESSA

CEP

ASSINATURA

☐
☐
☐

— Vale postal — Agência 520641 Correio QG I Ex

— Cheque nominal n.º _____ Banco _____

— Ordem de pagamento — Banco do Brasil — Ag. Tiradentes (_____)
Conta 396 00

Pedido de assinatura



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1983: Cr\$ 2.000,00

— PAGAMENTO:

- Em cheque ☐ Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal ☐ A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25

20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 283-3030



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.

É BOM CRESCER QUANDO MUITOS CRESCEM JUNTO COM A GENTE.

Você acredita na imensa potencialidade do Brasil. Mas sabe que o futuro dele, como o de todos os brasileiros, depende do que cada um for capaz de realizar.

O Sistema Financeiro Haspa é um complexo de 12 empresas que trabalha duro, atuando nos mais diversos setores da economia. O resultado deste trabalho colocou a Haspa entre os mais sólidos e bem administrados grupos financeiros do país. E estamos crescendo ainda mais. Gerando novos negócios e, portanto, mais desenvolvimento.

É bom saber que, junto conosco, também cresce o bem-estar de todas as comunidades onde estamos presentes. Seja pelo aumento da oferta de empregos ou pela nossa participação no processo social, cultural e econômico de cada região.

É bom saber que o nosso trabalho, representado por todas as empresas do Sistema Financeiro Haspa, também está construindo um futuro melhor de ser vivido.

HASPA - HABITAÇÃO SÃO PAULO S.A. DE
CRÉDITO IMOBILIÁRIO
HASPA S.A. DE CAPITALIZAÇÃO
HASPA S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO
HASPA - CORRETORA DE CâMBIO E VALORES S.A.
HASPA - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES IMOBILIÁRIOS S.A.
HASPA - INCORPORAÇÕES, ADMINISTRAÇÃO
E SISTEMAS S.A.
HASPA - CORRETORA E ADMINISTRADORA
DE SEGUROS S/C LTDA.
HASPA - CLUBES
HASPA INFORMÁTICA LTDA.
FUNDO DE INVESTIMENTOS HASPA
FUNDO DE INVESTIMENTOS HASPA-167
HASPA - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E
PARTICIPAÇÕES S.A.

SISTEMA FINANCEIRO HASPA

"Foram 2 anos, que pareceram 2 séculos..."

Não porque fossem intermináveis.

*Mas porque foi um período de tantas realizações,
de tantas alegrias, de tantas horas de dedicação
e tanto trabalho recompensado,*

que nos pareceram, realmente, 2 séculos...

Por isso, agora, nada melhor que o reconhecimento.

*Reconhecer que se não fossem vocês, companheiros,
acreditarem na nossa capacidade,*

confiarem nas pessoas que se propuseram

a servir a essa nobre causa,

"idéia nova, e sempre renovada, de velhas aspirações"

— a sua casa própria —,

jamais nos seria permitido,

neste 08 Out 83, lhes escrever estas palavras.

Aos mais de 30.000 associados da POUPEX

— a Poupança que o SEU EXERCITO criou para você;—

aos 560 companheiros

que já se beneficiaram

dos nossos financiamentos imobiliários;

aos Oficiais e Praças do Exército;

aos funcionários do Ministério do Exército

e do Banco do Brasil;

à Reserva, aos aposentados e pensionistas,

nos permitam agradecidos expressar,

que sem o seu manifesto apoio,

não nos teria sido possível

chegar até aqui

e passar esta página.



08 Out 81 - FHE - 08 Out 83



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

TEMA UNIVERSAL DE FOGUETES DE ARTILHARIA
A SATURAÇÃO DE ÁREA

